



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**XI Legislatura**

**Número: 130**

**IV Sessão Legislativa**

**Horta, quarta-feira, 20 de maio de 2020**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.*

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão teve início com a apresentação de Declarações Políticas.

A primeira **Declaração Política** coube ao Bloco de Esquerda, apresentada pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), na qual intervieram os/as Srs./as Deputados/as José Contente (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Graça Silveira (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde (*Maria Teresa Luciano*).

A **Declaração Política** que se seguiu foi apresentada pelo Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*), tendo intervindo os/as Srs./as Deputados/as Paulo Mendes (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Paulo Estêvão

(PPM), Graça Silveira (*Independente*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

A última **Declaração Política** foi apresentada pelo Sr. Deputado Francisco César (*PS*), na qual intervieram os/as Srs./as Deputados/as António Lima (*BE*), Luís Maurício (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Iniciou-se a agenda da reunião com a continuação do debate do [Projeto de Resolução n.º 218/XI – “Redução das taxas nacionais sobre o Rendimento das Pessoas Singulares \(IRS\)”](#), apresentado pela Sra. Deputada independente Graça Silveira.

Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Alonso Miguel (*CDS-PP*), Carlos Silva (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Graça Silveira (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Mendes (*BE*), Luís Maurício (*PSD*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*). Submetido a votação, o diploma foi rejeitado.

Posteriormente, foi debatido o [Projeto de Resolução n.º 223/XI – “Sistema de incentivos à inovação produtiva no contexto da COVID-19”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Carlos Silva (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira (*Independente*), João Corvelo (*PCP*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido a votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Prosseguiu-se com a discussão do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XI – “Revê o complemento para aquisição de medicamentos pelos](#)

[idosos \(COMPAMID\)](#)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as João Corvelo (*PCP*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Domingos Cunha (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*).

Submetido a votação, o diploma foi rejeitado.

Por fim, iniciou-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 221/XI – “Reforçar o combate ao abandono escolar em tempos de pandemia”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do diploma coube à Sra. Deputada Sónia Nicolau, tendo intervindo os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Maria João Carreiro (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira (*Independente*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino Meneses*).

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 05 minutos.*

**Presidente:** Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa Jorge Jorge o favor de fazer a chamada.

*Eram 10 horas e 09 minutos.*

**Secretário:** Bom dia, Sra. Presidente. Bom dia a todos.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

*Partido Socialista (PS)*

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Dionísio Medeiros Faria e Maia**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Maria da Graça Oliveira Silva**

**Iasalde Fraga Nunes**

**João Paulo Lopes Araújo Ávila**

**João Vasco Pereira da Costa**

**José Manuel Gregório Ávila**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

**Manuel José da Silva Ramos**

**Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira**

**Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta**

**Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto**

**Mário José Diniz Tomé**

**Marta Cristina Moniz do Couto**

**Marta Ávila Matos**

**Mónica Gomes Oliveira Rocha**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Sónia Cristina Franco Nicolau**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António Manuel Silva Almeida**

**António Oldemiro das Neves Pedroso**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Carlos Manuel da Silveira Ferreira**

**Catarina Goulart Chamacame Furtado**

**César Leandro Costa Toste**

**Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**

**Elisa Lima de Sousa**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Maurício Mendonça Santos**

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**

**Marco José Freitas da Costa**

**Maria João Soares Carreiro**

**Mónica Reis Simões Seidi**

*Partido Popular (CDS-PP)*

**Alonso Teixeira Miguel**

**Artur Manuel Leal Lima**

**Catarina de Oliveira Cabeceiras**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**António** Manuel Raposo **Lima**

**Paulo** José Maio de Sousa **Mendes**

*Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)*

**João** Paulo Valadão **Corvelo**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

*Independente*

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

**Secretário:** Está concluída a chamada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP, conforme ficou definido pela Conferência de Líderes. Vamos continuar com as Declarações Políticas. A primeira desta manhã cabe ao Bloco de Esquerda. Os tempos foram os que ontem anunciei.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos tempos de incerteza. Incerteza provocada por um fenómeno natural, que para a esmagadora maioria das pessoas será único nas suas vidas.

A pandemia causada pelo novo coronavírus atingiu o mundo de surpresa, e ninguém, mas ninguém, estava preparado para uma situação destas.

Hoje, passados seis meses do início deste pesadelo, começam a vislumbrar-se sinais de esperança. Ao nível científico, apesar de todas as dúvidas persistentes, hoje sabemos mais do que ontem e o conhecimento segue em rápida evolução. Os esforços gigantescos que estão a ser feitos pronunciam, a médio prazo, saídas para o problema. Sinais de esperança nas formas de combate no imediato que foram sendo aprendidas, como não podia deixar de ser, no dia a dia, o que permitiu ir afinando estratégias. Mas, sobretudo, sinais de esperança na consciencialização crescente das pessoas sobre as formas como podem e devem proteger-se, assim como a progressiva capacidade de substituir o medo pela precaução responsável e consciente.

Não parece haver dúvidas que, enquanto não houver cura ou vacina, o fator essencial de combate ao vírus é o comportamento do ser humano.

O avanço gradual necessário e imprescindível para uma normalidade, que todos e todas desejamos, terá de assentar não na interiorização do medo, mas na forma consciente como cada um e cada uma de nós assume a saúde do outro como sendo responsabilidade também sua.

Não temos dúvidas que a forma exemplar como a maioria esmagadora das açorianas e açorianos enfrentaram esta pandemia se vai traduzir numa abertura progressiva plena de êxito.

Nos Açores, num processo no essencial bem conduzido, permite-nos dizer hoje que a situação epidemiológica está de forma geral sob controle. Algumas famílias percorreram estes meses de forma mais dolorosa com a perda dos seus entes queridos. A estas não podemos deixar de demonstrar toda a nossa solidariedade.

Se é verdade que o tempo que vivemos em matéria de saúde, e não só, é de incerteza, é também tempo de reforço de convicções. É uma grande

conclusão que se retira deste tempo é a importância decisiva dos serviços públicos de saúde. O essencial destes serviços são as pessoas, que nas mais diversas funções dão o melhor de si para preservar a saúde de todos nós. Como vimos por todo o mundo, também nos Açores estes profissionais, como humanamente é compreensível, tiveram os seus receios e dúvidas, mas disseram presente para acudir a quem precisava. A eles, o nosso agradecimento profundo, sentimento que tem sido expresso também por toda a sociedade sem exceção. Mas o melhor agradecimento que todos podemos dar a estes profissionais é, de uma vez por todas, proporcionar-lhes adequadas remunerações, perspetivas de carreira e os meios necessários para executarem o seu trabalho. Pergunto que passos pensa o Governo Regional dar nesse sentido.

Como ficou provado neste tempo, mas parece ser necessário lembrar a muita gente, investir em saúde em todas as suas dimensões é investir na sociedade.

As respostas aos problemas de saúde não se limitam unicamente à COVID-19, mas, infelizmente, esta pandemia ainda não terminou e uma segunda vaga parece ser um cenário bastante provável.

O fator confiança é, hoje, mais do que nunca, essencial para a vida das pessoas, e a confiança no seu Serviço Regional de Saúde é imprescindível. Para isso, neste momento, parece que a primeira batalha está controlada. Exige-se, no entanto, um conjunto de respostas. Respostas, desde logo, sobre o passado recente. Por exemplo, o motivo pelo qual se demitiu o diretor clínico do Hospital da Horta em plena pandemia.

A público vieram notícias de divergências com a Autoridade de Saúde pelo facto de esta exigir aos médicos que se deslocam do Continente para prestar serviço no Hospital da Horta o cumprimento de quarentena obrigatória. Se foi esta a razão, como se justifica, numa altura de carência de médicos para



acudir a outras necessidades do SRS que não a resposta à COVID-19, não terem sido delineadas respostas mais expeditas, mas seguras, para despistar a possível contaminação destes profissionais?

Ainda dentro deste tema, foi público, em outubro passado, a assinatura de um protocolo entre o Hospital da Horta e o Centro Hospitalar de Lisboa Central para deslocação de médicos especialistas a esse hospital.

Consta que o Governo Regional não apoiou esta iniciativa. Será que isso corresponde à verdade? Não será essa hipótese, a deslocação de médicos do Continente, uma hipótese concreta e séria de combate as intermináveis listas de espera?

Nesta fase em que não chega apelar à confiança, mas apresentar dados para fazer crescer essa confiança, é hora do Governo apresentar o seu plano para o futuro.

Há questões que gostaríamos que o Governo respondesse nesse plano e que estão longe de esgotarem a problemática, mas que pensamos serem elementos importantes, pois não é possível continuar a parar toda a atividade de saúde para respondermos à COVID-19.

Neste período foram contratados médicos e enfermeiros para reforçarem o Serviço Regional de Saúde. Quantos foram? Pensa o Governo Regional mantê-los? Haverá novas contratações?

Que linhas de orientação e reforço de meios estão planeadas ou em marcha para continuar o trabalho de testes de despiste, testes serológicos, rastreios das cadeias de transmissão, entre outras?

Foi pública a recomendação dos especialistas para alargar de forma substancial as camas de cuidados intensivos, ou ventiladores. Qual a situação neste momento nos Açores? E o que é que está previsto para o seu reforço?

Por causa da COVID-19 a capacidade de resposta a outros doentes foi necessariamente reduzida em todo o lado. Agora, o que importa é recuperar este atraso.

Apesar de todas as medidas até hoje aprovadas na Saúde, a Região, nos tempos pré-COVID-19, já sofria de um enorme deficit.

Não basta os números do que se fez mais este ano que no ano passado em consultas e cirurgias quando o resultado é sempre o mesmo: listas de espera para consultas e cirurgias que aumentam constantemente.

Para entreter o debate parlamentar pode-se voltar à ladainha do costume, mas o que está em causa é a saúde dos açorianos e açorianas.

É a própria Autoridade de Saúde que assume que até doentes oncológicos ficaram para trás. E porque o assunto é grave, não se entende o anúncio público do Governo de que só a partir de 25 de maio o Hospital de Ponta Delgada retomará a atividade normal, nomeadamente a consulta externa.

Quando apresenta o Governo Regional um plano sério, com metas e compromissos para a recuperação do que ficou para trás?

Se hoje se exigem medidas concretas céleres e calendarizadas, não podemos deixar de apontar para o futuro.

Todos sabemos que na base deste problema crónico de debilidade do Serviço Regional de Saúde está a sua suborçamentação constante ao longo de anos. Mesmo em anos mais recentes, como demonstramos no debate do Orçamento para 2020, a suborçamentação não desapareceu, apenas diminuiu.

O Governo Regional tem uma oportunidade de no próximo orçamento suplementar alterar esta política. Resta saber se está na disposição de o fazer. Mas, desde já, se me é permitido uma sugestão: não vale meter no Orçamento o que se gastou a mais nesta fase do combate à COVID-19 para depois

apresentar números muito sonantes. A bem da verdade e da transparência seria útil um anexo à parte com as continhas bem explicadas.

É verdade que temos de viver com o que temos, mas não evoluímos deste patamar se não definirmos claramente o que precisamos e o caminho para lá chegar.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições. Agradeço que se inscrevam para participar no debate.

**Deputado Francisco César (PS):** Pronto, Sra. Presidente, ninguém se quer inscrever.

**Presidente:** Terá de ser...

**Deputado Francisco César (PS):** Lá terá que ser... Bom, Sra. Presidente, eu gostava de inscrever o Sr. Deputado José Contente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Vou dar então a palavra ao Sr. Deputado José Contente.

(\* **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria, em primeiro lugar, de dizer que o Governo Regional, é justo dizê-lo, teve desde o princípio uma intenção muito clara, que foi estar à frente, naquilo que podia ser, dos acontecimentos. Isto verificou-se nos mais variados setores da área económica e da área social, mas também na área da saúde. E é por isso que nós temos, hoje, felizmente, os números que são muito bons para a saúde e para a vida dos açorianos. Isto foi uma estratégia pensada, por isso é que os resultados até agora são bons, mas o Governo está e continua focado nas questões da pandemia. E é por isso que esta intervenção do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, sem prejuízo de querer

chamar a atenção para situações que fazem parte do Sistema Regional de Saúde, não deve, de nenhum modo, esquecer que o foco continua a ser as questões ligadas à doença e à pandemia, que ainda não passou.

Nós, felizmente, estamos a viver num tempo melhor. E é por isso também que os partidos agora já se ocupam e preocupam com situações que parecem que desapareceu o foco central, mas ele não desapareceu.

E para o Governo e para o Partido Socialista, nós vamos continuar a trabalhar com o método que até agora foi feito, que é: mais vale, naturalmente, pecar por excesso, porque isso é virtude, do que pecar por defeito, que isso sim seria pecar. E o Governo, por isso, juntamente com o Partido Socialista, continua atento para as outras questões da vida, porque é essa a nossa maior preocupação, porque foi isso que aconteceu ao longo deste tempo (até com algumas penalizações processuais que nós ultrapassamos), porque a vida dos açorianos está no pináculo das preocupações do Governo e do Partido Socialista.

Portanto, a questão não é como enfrentar o problema, é o modo como o fazemos. E nós temo-lo feito bem porque os resultados estão à vista. Mas nós não estamos descansados porque a vida é um bem maior para o Partido Socialista, e o sentido coletivo também.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam para podermos dar continuidade a este debate. Julgo não haver mais inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado Luís Maurício, diga.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo-me a mim próprio.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver para já.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, em particular a Sra. Secretária Regional da Saúde:

Eu queria, no âmbito desta Declaração Política do Bloco de Esquerda, reafirmar e enaltecer o esforço de todos os profissionais de saúde que estiveram no combate a esta pandemia, de todas as forças de segurança, da proteção civil, dos bombeiros voluntários e de todos os açorianos que cumpriram com responsabilidade a sua parte, confinando-se e responsabilmente cumprindo as orientações que lhes foram transmitidas.

Estamos numa fase, nos Açores, em que a pandemia está aparentemente controlada. E, tal e qual como nós tivemos a oportunidade de dizer no último Plenário, há doentes para além da pandemia. E é urgente, tal e qual como em todos os países se debate e, desde logo, em Portugal também, com urgência, retomar-se um plano de tratamento para os doentes não atingidos pela pandemia. O cancro não desapareceu, os enfartes do miocárdio não desapareceram, os acidentes vasculares cerebrais não desapareceram. E é preciso, com urgência, também, até pelo medo do acesso às unidades de saúde que se viveu nessa altura, não só transmitir a confiança às pessoas de que as unidades de saúde continuam a funcionar, mas dizia que é preciso que o Governo estabeleça com as unidades de saúde um plano de retoma urgente de toda a atividade clínica.

Houve centenas de ecografias, de endoscopias, de colonoscopias, de TAC, adiados por via de um combate que naquela altura era necessário fazer contra o vírus que nos assolou, contra a pandemia que nos assolou. Mas nestes exames que ficaram por fazer, nos milhares de consultas que ficaram por realizar, há certamente situações muito preocupantes para abordar, situações

de saúde complicadas. Como vos disse, os enfartes não desapareceram, nem o cancro desapareceu. E há que apresentar, Sra. Secretária Regional da Saúde, números concretos relativamente às consultas adiadas, às centenas de exames complementares de diagnóstico adiados.

E que plano concreto o Governo tem para com a retoma da atividade clínica e evitar mortes, que porventura já aconteceram? E nós, nos Açores, não conhecemos o excesso de mortalidade verificado neste período homólogo, neste período quando comparado com o período homólogo do ano anterior, nem sabemos os números, e era bom que o Governo os dissesse, relativamente às centenas e milhares de atos médicos e complementares de diagnóstico que ficaram adiados, para termos a noção, a verdadeira noção da realidade nos Açores. Mas dizia que é preciso urgentemente retomar um plano de retoma da atividade clínica, de atendermos todos esses açorianos que continuam à espera.

E, Sra. Secretária Regional da Saúde, não é com a observação de cinco doentes em consulta externa, por manhã, que se retoma a atividade clínica de qualquer unidade de saúde. Isto não pode ser encarado como uma atitude de “para inglês ver”, os políticos e neste caso o Governo dizer que a atividade clínica foi retomada. Isso não é retoma, Sra. Secretária Regional da Saúde!

É certo que o grande impedimento a essa retoma efetiva é a existência de espaços, nomeadamente nas salas de espera das consultas, dos exames complementares de diagnóstico, que permitam o garantir do distanciamento social, mas é preciso que as unidades de saúde da nossa Região arranjem alternativas para que esse distanciamento social se verifique, procurando outros espaços dentro das próprias unidades e recorrendo a outras unidades de saúde disponíveis na Região, que até, olhe, no caso de Ponta Delgada, já estiveram em funcionamento. Porquê não na velha Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada?

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Já termino, Sra. Presidente.

Arranjar espaços próprios para, com investimentos diminutos, que seja possível retomar a atividade clínica, que tão urgentemente é necessária retomar em relação àqueles que, estando inscritos em consultas, em exames complementares de diagnóstico, têm problemas graves de saúde e que nós desconhecemos, mas que todos nós certamente queremos evitar.

Portanto, Sra. Secretária Regional da Saúde, para além de discursos generalistas, são necessários, desde logo, um diagnóstico concreto, números que a todos os açorianos possam ter acesso e são necessárias medidas concretas para uma retoma da atividade clínica que urge no sentido de evitar aquilo que todos nós queremos evitar: mortes indevidas por inércia de atividade clínica.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Queria-me inscrever, Sra. Presidente.

Artur Lima.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Queria-me inscrever, Sra.

Presidente. Graça Silveira.

**Presidente:** Graça Silveira.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver para já.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\* **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo, presumo, presentes:

Eu gostaria de recordar aqui a proposta concreta que o CDS fez para um desconfinamento seguro a todos os açorianos e para a Região Autónoma dos Açores retomar a sua normalidade.

E também gostaria de dizer que foi uma resposta muito concreta, a pedido do Sr. Presidente do Governo, que a fizemos chegar e com questões muito pertinentes e que esperamos que venham a ser implementadas.

De resto, queria dizer o seguinte: eu queria, mais uma vez, prestar a minha homenagem e a homenagem do CDS a todos os profissionais de saúde, desde o auxiliar de ação médica até ao diretor de serviço de um hospital, a todos os profissionais, os enfermeiros, toda a gente, pela coragem, pela determinação com que enfrentaram esta pandemia.

Os Açores não são exceção no mundo, na saúde. Tivemos um Serviço Regional de Saúde que esteve à altura da resposta à COVID-19. Não foi perfeito, com certeza que houve erros, mas no global temos que ser absolutamente sérios. Conseguimos, obviamente, com mortes a lamentar, mas conseguimos enfrentar esta pandemia com prudência, com cuidados e evitando até que se alastrassem a todas as ilhas dos Açores. Há que fazer este reconhecimento a todos os envolvidos.

E naturalmente que de um dia para o outro não podemos passar a fazer 20 consultas externas. E naturalmente que temos que ter primeiro em conta a segurança dos utentes. Não sabemos quantos assintomáticos andam, quantos assintomáticos somos e por isso defendemos aumentar a capacidade de testagem. É isso que nós defendemos, para sabermos onde andamos e quem somos. Não é dizer: abram a consulta externa! Vejam toda a gente agora do dia para a noite! Isso é de uma irresponsabilidade que não tem medida. Não tem medida essa irresponsabilidade, porque de repente poderíamos pôr tudo a perder. Vamos com cuidado abrir paulatinamente as consultas externas.



Naturalmente, nos Açores, em Portugal Continental, na Madeira, na Europa, há milhares de doentes que sofreram, há milhares de mortes a lamentar, há milhares de ataques cardíacos, de AVC, etc., que não foram tratados. Todos nós sabemos isso. Agora, não podemos é levar isso até ao ponto da demagogia, da demagogia fácil.

E o que eu espero é que os Srs. diretores de serviço dos hospitais, as administrações dos hospitais, cada serviço de cada hospital, como elaboraram um plano de contingência, que elaborem agora um plano de recuperação, em articulação com o Governo e a Direção Regional da Saúde, para se implementar e aumentar gradualmente o número de consultas, o número de cirurgias, tudo o que for necessário, dando, obviamente, prioridade àqueles doentes que efetivamente têm as necessidades mais prementes e que são mais urgentes tratar e até emergentes nalguns casos. É preciso recuperar toda essa gente, é preciso fazer uma escala prioritária de atendimento porque há uns mais prioritários do que outros. Agora, não pôr nunca em causa a segurança do que se conquistou até hoje. Temos que ser prudentes, muito prudentes!

E, Sra. Secretária Regional, apenas tenho uma pergunta para lhe fazer, gostaria que me respondesse: é sabido que foi oferecida uma máquina, um equipamento de testagem para vir para o laboratório de Angra do Heroísmo. Queria saber onde para essa máquina, o novo equipamento para o laboratório do Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo. Onde está essa máquina, Sra. Secretária, para podermos aumentar a nossa capacidade de testagem?

A outra pergunta é se uma empresa dos Açores não terá oferecido outra máquina ao Serviço Regional de Saúde. E, portanto, há duas máquinas, dois equipamentos, melhor dizendo, que estão à espera da decisão do Governo para serem instalados.

E, Sra. Secretária, devo aqui dizer o seguinte: quero prestar aqui o meu reconhecimento ao Laboratório de Epidemiologia do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, que, desde o início da pandemia, esteve preparado e disse presente para testar os açorianos de todas as ilhas e de todos os Açores. Esse laboratório de epidemiologia, que no passado já critiquei, presto-lhe agora aqui o reconhecimento e a homenagem pelo seu trabalho.

E, Sra. Secretária, para quando a instalação da nova máquina no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira?

E se efetivamente existe outra oferta para instalar, eventualmente, no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada.

São duas perguntas, Sra. Secretária, muito pertinentes, muito focadas e que eu agradecia a sua resposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados (e não sei quais os Membros do Governo):

Bom, porque tenho muito pouco tempo, vou aproveitar para acrescentar à lista de agradecimentos que todos têm feito aqui, e muito merecidos, todas as pessoas que estiveram durante todo este tempo a trabalhar para nos alimentar, todos os que estiveram na agricultura, todos os que estiveram na pesca, todos os que tiveram que ir para as superfícies comerciais sem máscara, sem se proteger, na linha da frente também esses, para que nós pudéssemos sobreviver à COVID e não morrer à fome.

E além da lista de todas as doenças que o Sr. Deputado Luís Maurício disse, lembro também os autoimunes, que estão numa situação muito complicada, até porque têm toda a sua imunidade diminuída. Em relação a esses ninguém

fala, confinem-se em casa é a ordem. E em relação aos dependentes da hemodiálise, porque só ficaram a fazer hemodiálise aqueles que já faziam antes. Todas as novas situações estão ainda em compasso de espera a aguardar uma falência renal sem que nada seja feito.

E, portanto, é importante ter uma resposta. Há 15 dias atrás, a Sra. Secretária disse aqui que cada hospital e centro de saúde já estava a fazer um plano de retoma. Afinal, onde é que estão esses planos de retoma? Todos nós sabíamos que o Sr. Presidente do Governo fez, e bem...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Só para terminar. Nos manter isolados para lá daquilo que era possível e do impossível para ganhar tempo. A questão é: ganhou-se tempo para fazer o quê?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Secretário Regional...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Saúde. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Gostava de me inscrever. João Corvelo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Da parte do PPM, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Estêvão.

**Presidente:** Está inscrito, Sr. Deputado, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

E o Sr. Deputado João Paulo Corvelo também se inscreveu, não foi?

**Deputado João Corvelo (PCP):** É, por parte do PCP, também é para inscrever o Sr. Deputado João Corvelo.

**Presidente:** Obrigada.

Vamos então dar de imediato a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde.

**(\*) Secretária Regional da Saúde (Maria Teresa Luciano):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas:

É importante aqui referir que a situação que vivemos foi uma situação excecional. O Governo tem sempre a Saúde e será sempre uma prioridade do Governo Regional dos Açores.

É importante também referir que o Serviço Regional de Saúde não falhou aos açorianos, com COVID ou sem COVID. Qualquer pessoa na urgência foi tratada. As consultas crónicas e o que foi necessário fazer também foi realizado. Todos também sabemos que esta situação excecional e que nos apanhou a todos, não de surpresa porque estávamos preparados, mas é verdade que não estamos preparados para uma pandemia. E, neste momento, estamos mais preparados para uma segunda vaga. Apesar de tudo, o Serviço Regional de Saúde atendeu quem precisou, com COVID e sem COVID.

E dando exemplo de alguns números, no caso dos cuidados de saúde primários, consultas de saúde de adultos: em fevereiro, foram realizadas 50 mil consultas; em março, 40 mil; em abril, 28 mil. Portanto, num total de 118723 consultas.

Em consultas, por exemplo, de saúde infantil: 6474 em fevereiro; 4513 em março; 2398 em abril. Num total de 13375.

E por aí fora, poderia aqui partilhar convosco todos estes números, nas várias áreas e várias valências, desde o nascimento até à geriatria. No entanto, não

vale a pena, poderei partilhar estes números e podemos distribuir todos estes números.

É importante perceber que todos os profissionais de saúde, todos os que estiveram na frente da pandemia, forças de segurança, proteção civil, profissionais de saúde, os profissionais nas instituições, nos supermercados, que nos alimentavam, todos fizeram o seu melhor. E o seu melhor no caso concreto da Saúde foi, para além da pandemia, tratar os nossos doentes. Os doentes oncológicos foram tratados. Não é verdade que os doentes oncológicos não foram tratados. Também, há 15 dias, dei os números de, por exemplo, em determinados hospitais, as cirurgias foram realizadas. E todas as cirurgias oncológicas, dentro dos tempos de prioridade, foram realizadas. Portanto, é importante focar aqui que, com COVID ou sem COVID, o Serviço Regional de Saúde trata dos açorianos todos os dias, 24 horas por dia.

Em termos de consultas, se quisermos ver por exemplo exames de ambulatório, foram realizados: em fevereiro, 350949 exames de ambulatório, foram cancelados 711; em março, 268495, foram cancelados 572. Portanto, é importante aqui que saibamos que foram realizados e estão a ser realizados, não na quantidade que uma situação normal nos levaria, mas estão a ser realizados e os doentes estão a ser tratados.

Adaptamo-nos com as novas tecnologias, não houve falta de receituário crónico a qualquer um dos doentes.

Portanto, é importante ter esta mensagem importante: com COVID ou sem COVID, o Serviço Regional de Saúde presta os cuidados que os açorianos merecem.

É importante dizer que a retoma está a ser faseada. A título de exemplo, os doentes no Triângulo já não fazem quarentena, podem ir às suas consultas. Começou esta semana, na semana passada ainda não estávamos nesta fase

de retoma. Os médicos especialistas, para virem ajudar, quer nos hospitais, quer nas unidades de saúde de ilha, nomeadamente nos serviços de urgência (também temos uma nova Circular), de forma seriada, fazendo testes no primeiro, terceiro, sétimo, décimo e décimo quarto dias, já podem vir para a Região e já estão a trabalhar. Portanto, estamos a trabalhar, estamos atentos, fazemos o nosso melhor todos os dias.

Fica o meu agradecimento especial a todo o Serviço Regional de Saúde, a toda a proteção civil, a todas as forças de segurança, que todos os dias damos o nosso melhor no combate desta pandemia.

Respondendo às questões que me foram colocadas, relativamente aos dois laboratórios da Região, para estes dois laboratórios foram encomendados reagentes, extratores e equipamento. E já chegou à Região 90% do equipamento necessário aos dois laboratórios. Relativamente aos extratores, da ilha de São Miguel já chegou e o da ilha Terceira chegará na próxima semana... ou esta sexta-feira ou na próxima semana. Portanto, 90% de todo o material dos laboratórios já chegou à Região.

Comparativamente a nível nacional e comparativamente com todas as regiões, os Açores têm 5% dos testes realizados em todo o Portugal Continental. A Madeira tem 2,5% dos testes realizados.

**Presidente:** Agradeço que termina, Sra. Secretária.

**A Oradora:** Portanto, isto para vos dizer que, com COVID, sem COVID, o SRS está sempre presente, fará sempre o melhor por todos os açorianos e açorianas. O plano de retoma está a fazer-se. Tal como a palavra indica, tem que ser feito de forma faseada.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, e Srs. Membros do Governo:

Eu quero começar por dizer o seguinte: é muito importante que um dia, quando se fizer a análise pormenorizada do que fizemos bem e do que fizemos mal, há uma coisa que nos Açores nós fizemos bem, foi a união que tivemos em relação a esta matéria, em que foi possível evitar um ambiente de conflitualidade política a poucos meses das eleições, e que todos os partidos, juntamente com o Governo, tivessem remado para o mesmo lado para tentar resolver este problema. Eu considero que isto foi uma mais-valia tremenda.

Mas isto, obviamente, não apaga aquilo que estava a acontecer no período anterior da governação e que acontece agora, também, posteriormente, noutras matérias. Isto não significa que se esteja de acordo com muitas das opções do Governo, nomeadamente, por exemplo, em relação à suborçamentação da Saúde, que aqui foi referenciada e que eu reitero, aliás, é algo que não pode ser contestado, é olhar para os números, é olhar para o endividamento do setor e é olhar também para as questões que estavam relacionadas com as listas de espera e muitas, muitas insuficiências que o nosso Serviço Regional de Saúde tinha porque não tinha os meios materiais, e continua a não ter, e os meios humanos suficientes para resolver este tipo de questões.

Mas devo dizer também que a opção do Governo era a única possível perante a fragilidade do Serviço Regional de Saúde, era fechar o mais possível, confinar o mais possível e tentar isolar a Região, tirando partido do seu isolamento geográfico. Outras regiões fizeram a mesma coisa, adotaram a mesma estratégia e até com resultados melhores do que os nossos, como por exemplo as Ilhas Faroé que têm 18 ilhas habitadas e que conseguiram, de facto, não registar nenhuma morte e, portanto, controlaram com maior eficácia do que nós o fizemos. A Madeira, por exemplo, que também, até ao

momento, felizmente, não regista nenhuma morte. E, portanto, foram arquipélagos com condições muito semelhantes às nossas, que tiraram partido do seu isolamento, mas que ainda conseguiram resultados melhores do que os nossos porque não têm a lamentar nenhuma morte.

Mas o que é importante é que exista agora também uma perspetiva de futuro, por isso o meu discurso de ontem sobre esta matéria apontou para o futuro. É preciso manter as cautelas, é preciso manter um conjunto de contingências em relação a esta situação atual. É necessário fazer isso, é manter a estratégia. Eu tenho que concordar com a estratégia que tem sido implementada. Agora, não podemos é morrer da cura, porque a nossa Região é uma região que conhecia enormes problemas do ponto de vista social, enormes problemas em diversos setores, com muitas questões para resolver, com uma governação (que eu neste contexto tenho que referir porque sempre o referi), na minha perspetiva, muito deficiente em muitas áreas. E, portanto, é evidente que esses problemas não desapareceram, esses problemas mantêm-se.

E, portanto, há mais vida para além da COVID-19. Tem que ser! Nós temos que tomar posições, temos que planificar, temos que preparar a Região para continuar a vida normal dentro dos atuais condicionalismos, mas permitindo que a Região possa retomar a atividade agrícola em pleno, que possa nas pescas fazer a mesma coisa, que possa resolver os problemas que temos, como o problema da SATA, problemas que temos no âmbito da educação. Portanto, o que nós temos que fazer é sair desta situação de contingência e temos que tentar, de facto, resolver estes grandes problemas em simultâneo. Portanto, não podemos ficar parados no tempo, única e exclusivamente à espera que cheguem as vacinas, durante 5 meses, 6 meses, 1 ano, 2 anos. Não é possível mantermo-nos numa situação destas, temos que reagir, temos que começar a pensar no futuro, continuando a fazer aquilo que nós estamos a



fazer em relação à COVID, mas, entretanto, há muitas outras coisas que devem ser feitas. E por isso, na minha perspetiva, o que é importante aqui assinalar é que há mais vida depois da COVID-19.

É fundamental também que este próprio Parlamento, e eu tenho insistido muito nisto, que nós estamos a fazer plenários que são quase monotemáticos, exclusivamente sobre esta matéria.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termina, Sra. Presidente.

E por isso é que eu tenho insistido bastante para que possa aqui ser discutido um conjunto de problemas que afetam a nossa sociedade, que são muito, e que é necessário que sejam discutidos e é necessário encontrar soluções para estes problemas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(\*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É da mais elementar justiça manifestar a todos os profissionais que integram o Serviço Regional de Saúde o nosso apreço e gratidão pela forma séria e abnegada como têm trabalhado em prol da saúde de todos os açorianos, como é óbvio.

Mas é preciso não esquecer aqui uma coisa importante, que é o desinvestimento que tem sido ao longo dos anos feito em relação a setores estratégicos nos Açores, como é o caso por exemplo da Saúde.

Como dizia o Deputado Paulo Estêvão agora na sua intervenção, há vida antes da COVID-19 e há vida depois da COVID-19. É preciso deixar bem presente que antes da COVID-19...

Aliás, quando se agradece e quando se faz louvor, e achamos muito bem, a todos aqueles profissionais que estiveram na linha da frente, nas linhas de supermercado, da agricultura, das pescas, é preciso não esquecer que o PCP tem proposto na Assembleia Regional dos Açores, e não só, aumentos de salários, e têm sido negados pelas forças políticas, algumas forças políticas que até estão representadas no Parlamento e pela maioria que está representada no Parlamento. Ou seja, não é só preciso agradecer de boca, é preciso valorizar o trabalho de quem o presta. E valorizar esse trabalho é em relação a salários. Porque tem sido pedido para aumento de salários por parte do PCP desde há muito e tem sido negado por parte de quem governa e por parte de quem tem a maioria.

No entanto, deixar aqui bem patente: sem um Serviço Regional de Saúde valorizado, sem um investimento em profissionais de saúde (não acontecer o que tem acontecido até aqui, os profissionais de saúde estarem dando horas excessivas sem remunerações), não podemos ter serviços públicos de qualidade sem que esses serviços públicos de qualidade tenham que ser remunerados por quem de direito.

Da nossa parte, vamos continuar a lutar para que os serviços públicos da Região Autónoma dos Açores sejam valorizados e seja valorizado o trabalho de quem os presta e não apenas um muito obrigado a eles. Mas um muito obrigado reflete-se também em pagar aquilo que eles merecem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para encerrar a Declaração Política, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradecer, obviamente, todas as intervenções sobre esta matéria, que é efetivamente um assunto da maior importância, não só o combate à pandemia, mas também toda a resposta que o Serviço Regional de Saúde tem de dar neste momento à pandemia, mas também a tudo o que é a sua atividade normal em saúde.

A pandemia foi e não poderia deixar de ser a prioridade, no momento em que vivemos, do Serviço Regional de Saúde. Foi a sua prioridade e isso nós reconhecemos e concordamos. Foi necessário efetivamente direcionar todos os recursos ou quase todos os recursos para esse combate e fazer todas as adaptações necessárias para que esse combate pudesse ser feito.

Agora estamos numa nova fase e é uma fase em que o sucesso deste combate não pode significar a estagnação da atividade do Serviço Regional de Saúde. Não podemos criar vítimas do sucesso. Não negamos, obviamente, que o Serviço Regional de Saúde continuou a exercer a sua função naquilo que era efetivamente mais urgente. Mas muitas situações que não são urgentes rapidamente se tornam, como é alertado pelos profissionais de saúde.

E se essa prevenção não for feita, esse trabalho de recuperação não for feito, podemos criar outras pandemias com consequências tão graves como a COVID-19. Para evitar isso é necessário, como defendemos, um trabalho de recuperação, de planeamento, um trabalho de organização, de reorganização dos serviços, que é fundamental para se recuperar aquilo que foi perdido.

Mas, Sra. Secretária, fala que há um plano de recuperação, mas não basta que ele exista, ele tem de ser conhecido. E ele tem de ser conhecido não apenas pelas notícias avulsas que vão sendo libertadas aqui e ali. Ele tem que ser conhecido do Parlamento, mas acima de tudo tem que ser conhecido dos açorianos e açorianas, que têm que ter essa confiança em saber o que é que está preparado para a retoma do serviço, quando terão a possibilidade de ter as suas consultas de forma normal, a sua cirurgia, porque há milhares de

açorianos a aguardar por elas. E já existiam antes e esta situação veio obviamente trazer-lhes uma dificuldade acrescida, uma incerteza acrescida, um sofrimento acrescido pelo tempo de espera que isso significa para as suas vidas.

Acima de tudo, para além desse processo no imediato, para além desse planeamento no imediato, para além dessa transparência que é necessária no imediato, é preciso preparar o futuro, o futuro do Serviço Regional de Saúde. Ele teve um embate muito forte nesta situação, um embate que demonstrou também algumas das suas fragilidades. E é preciso aprender com esse embate, é preciso aprender com os erros do passado, com a suborçamentação crónica e é preciso de uma vez por todas colocar o Serviço Regional de Saúde como a grande prioridade da Região, dando-lhe os recursos necessários, atribuindo esses recursos aos profissionais, recursos físicos, os meios, equipamentos, o investimento que ele precisa e não tem tido ao longo dos últimos anos, a bem da saúde dos açorianos e açorianas, a bem da confiança no seu Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Concluimos esta Declaração Política. Vamos passar para a próxima, que cabe ao PCP, e por isso dou a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 veio colocar inúmeras questões novas à sociedade e simultaneamente revelar muitas outras que ou passavam despercebidas ou eram intencionalmente ocultadas, várias das quais, contudo, foram sendo denunciadas, apesar do esforço de que o Governo e a sua maioria faziam tudo para esconder. Hoje, é impossível esconder por mais tempo as debilidades da nossa frágil economia, que devido

a inúmeras aplicações de políticas erradas, ou da falta de serem feitas apostas sérias em investimentos produtivos e seguros, foi sendo conduzida para alguns becos sem saída e que esta crise põe em evidência.

Seguindo as tendências para as quais a União Europeia tem vindo a empurrar países como Portugal, cada vez foi e tem sido a aposta de terciarização da economia em detrimento de uma aposta séria no setor primário e secundário, deixando a nossa economia extremamente dependente de fatores que lhe são externos e que conseqüentemente não são possíveis de dominar.

Esta aposta, no nosso caso concreto, tem-se vindo a caracterizar, nos últimos anos, sobretudo por uma aposta no setor do Turismo, setor este que antes da atual crise estava, como aliás é reconhecido, em franca expansão. Se é certo que sempre entendemos a importância numa região como a nossa de haver uma boa aposta neste setor, também não podemos esquecer a extrema volatilidade dos fluxos turísticos, sendo que, no caso concreto, a pandemia veio pulverizar por completo o setor, não se adivinhando para quando a sua retoma, e criar situações sociais graves, quer lançando trabalhadores no desemprego, quer reduzindo já os seus já poucos salários ou ainda arrastando pequenos e médios empresários que haviam apostado em investimentos nesta área para situações preocupantes de quebras de rendimentos e até de incumprimentos das suas obrigações.

Hoje, é sabido que de um modo geral muitas são as situações de quebras de rendimentos em quase todos os setores e que se vivem já situações de miséria potenciadas, quer pelo desemprego, quer pela quebra inesperada das fontes de rendimento das famílias.

Se a situação de pandemia explica quase tudo, não podemos, contudo, admitir é que pouco ou nada se faça para combater essas situações e apenas se justifiquem as situações mas não se lance desde já políticas de investimento a sério que recuperem a nossa frágil economia, dando

possibilidades a todos os açorianos de voltarem a ter hipóteses de, através do seu trabalho, terem uma vida digna. Esta situação pandémica pôs em evidência a enormíssima e fundamental importância que o investimento público tem sobretudo numa região como a nossa, bem como a enorme importância da gestão pública de setores e empresas fundamentais e estruturantes, como é por exemplo o caso da SATA.

Tivesse sido cometido o colossal erro, diria mesmo o criminoso intento de entregar a SATA a privados, como foi tentado, não só o Governo tinha ficado sem o instrumento de política que usou, e bem, para condicionar e limitar o surto pandémico, como teríamos hoje a SATA em função da crise e das falências que grassam no setor aéreo, eventualmente a declarar falência como tantas outras empresas congéneres entregues à gula do capital privado e que, perante a quebra dos seus lucros, não exitariam em fechar portas e atirar para o desemprego a totalidade dos seus trabalhadores.

Trona-se cada vez mais evidente o fundamental e insubstituível papel que as empresas públicas regionais, todas elas, têm e terão no sentido de evitar o descalabro social na Região e na reativação da nossa economia nestes tempos conturbados.

Não podemos admitir que a política de venda, muitas vezes ao desbarato, daquilo que é nosso venha de modo algum a tornar-se de novo realidade.

Nesta fase de combate à pandemia do SARS-CoV-2 é impossível deixar de referir o papel indispensável e essencial que o nosso Serviço Regional de Saúde tem vindo a desempenhar. O que não seria de nós se não tivéssemos um serviço público com profissionais de excelência como temos no nosso Serviço Regional de Saúde? Se provas fossem necessárias para demonstrar aos defensores de tudo o que é privado, em detrimento daquilo que é público, este seria um bom exemplo para lhes demonstrar o quanto estão errados.

É da mais elementar justiça manifestar a todos os profissionais que integram o Serviço Regional de Saúde o nosso apreço e gratidão pela forma séria e abnegada como têm trabalhado em prol da saúde de todos os açorianos.

Disse, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado...

**Deputado António Lima (BE):** Gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes, então.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Trouxe aqui hoje a debate, através de uma Declaração Política, o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, portanto, todas as implicações socioeconómicas que a pandemia de COVID-19 nos trouxe.

Eu tive a ocasião, ainda ontem, a propósito de uma das Declarações Políticas da manhã, de ter referido a vulnerabilidade, que ficou bastante evidente a partir desta pandemia, da nossa economia, do modelo económico que a nossa Região optou por seguir. Infelizmente, um modelo económico que assenta em poucos setores, em dois ou três setores, aliás, sendo que um deles tinha tido um desenvolvimento fulgurante nos últimos anos, mas que também foram várias as vozes que avisaram que não podíamos ter no setor do Turismo o alfa e o ómega do nosso desenvolvimento económico, porque é um setor que à mínima crise é um dos primeiros a ser afetado e isso ficou demonstrado a partir da crise que atualmente vivemos. Isso não quer dizer

que não devemos deixar de apostar e investir no Turismo, não é isso, mas simplesmente que não devemos ter a nossa economia entregue a um ou dois setores, ainda mais quando são setores tão vulneráveis às condicionantes externas.

É importante, tal como referiu o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, ter em atenção o desenvolvimento do setor primário, da Agricultura e da Pesca, até porque é a partir do desenvolvimento desse setor que também conseguimos garantir algo que é muito importante e tem particular importância no momento em que vivemos, que é de garantir a independência alimentar da Região. É um tema que muito se fala hoje em dia, não só no que toca à Região, mas também no que toca ao País. Neste momento, esse debate faz-se por todo o mundo, de que até as pequenas economias devem precaver esta independência alimentar.

Também é importante, e isso ficou muito evidente com esta crise, termos nas nossas mãos, nas mãos de todos, aqueles que são setores fundamentais para a economia, setores estratégicos. E aqui já foram referidos vários exemplos, o caso da EDA, o caso da SATA. Eu iria mais longe, que devemos refrear aqueles que são os ímpetos de alguns neoliberais em ir mais além disso, como por exemplo a privatização da Educação ou a entrega a privados da Educação, até mesmo transformar a ação social numa espécie de negócio. Portanto, isso são tudo áreas por onde as tendências neoliberais tendiam e tendem atualmente a caminhar e que nós devemos, a partir da experiência que estamos a atravessar, aprender com isso e evitar que se privatize cada vez mais áreas consideradas essenciais da nossa economia e da nossa sociedade.

Eu iria mais longe e recordaria aquela que tem sido uma aposta do Bloco de Esquerda, seguida timidamente pelo Partido Socialista, que é de apostar nos nossos recursos endógenos. E quando me refiro aqui aos nossos recursos



endógenos, refiro-me aqui às riquezas do nosso mar e principalmente do nosso subsolo marinho. E nesse aspeto é importante investir em investigação e desenvolvimento para que se faça uma obtenção ou se consiga obter uma riqueza sustentável a partir desses mesmos recursos. Não podemos deixar os nossos mares e o nosso subsolo marinho, digamos, à disposição de qualquer um para toda e qualquer atividade depredatória. E, nisso, penso que de facto todos nós estamos sensibilizados para pelo menos precaver essas situações, para que a nossa Região tenha uma palavra decisória acerca do futuro destes nossos recursos e que são fundamentais para garantir um modelo de desenvolvimento económico muito diferente daquele que nós atualmente temos.

A investigação e desenvolvimento e o papel da ciência é também fulcral em outras áreas. Volto aqui ao caso do setor primário, porque não basta ter vacas, não basta ter produtos hortícolas, não basta ter produção na área da horticultura, é preciso também aliar essa produção a um investimento em ciência, haver aqui uma ponte entre investigação e desenvolvimento e o setor primário. E esta ponte deverá ser feita na Região e é um investimento que serve para aumentar o valor acrescentado à nossa produção, porque o nosso leite, a nossa carne, aquilo que produzimos na horticultura, na fruticultura, poderá ter um maior valor acrescentado se à produção aliarmos a devida investigação e desenvolvimento. E, nesse sentido, também, penso que a Universidade dos Açores poderá ter um papel fundamental. Não é que não tenha tido, mas poderá ser ainda maior.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Agradeço que se inscrevam, por favor. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos ter que encerrar esta Declaração Política.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado Luís Maurício...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César...

**Deputado Francisco César (PS):** Queria inscrever o Sr. Deputado Francisco Coelho.

**Presidente:** Francisco Coelho.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A avaliação e a estimativa do que será o futuro próximo em termos da retoma da economia e da situação não propriamente pós-pandemia, mas ainda retomando a economia e vivendo simultaneamente com a pandemia, na avaliação que será feita da Região é bom que se faça previamente aquilo que era a situação da Região, aquilo que era o ponto de partida antes da pandemia. E nós devemos ter isso em conta, porquê? Porque nós já vivíamos numa situação com relativa dificuldade. Tínhamos crescimentos do PIB, é verdade, mas tínhamos crescimentos do PIB inferiores àquilo que são os países que estão em convergência com a média europeia. Nós estávamos na cauda da Europa em termos de convergência entre os vários países que estão no nosso campeonato. Nós tínhamos e temos ainda, somos a região, porventura, da Europa com mais fundos comunitários em termos relativos e

apesar disso não convergimos com a Europa no atual quadro comunitário, nós baixamos, nós estamos neste momento com cerca de 68% daquilo que era o PIB *per capita* europeu, quando os objetivos no atual quadro comunitário apontavam para uma convergência entre os 80 e os 85%. Nós tínhamos taxas de desemprego... a região do País com a maior taxa de desemprego entre as várias regiões do País, apesar de elevado número ainda de empregados em programas ocupacionais. O crescimento da economia nos diversos setores, designadamente na Agricultura, nas Pescas, na própria Indústria, era incipiente e vivia em dificuldades. O Turismo foi a única exceção nos últimos anos, com o boom que aconteceu. E, portanto, esta situação inicial é relevante. Para além disso, a taxa de pobreza na Região é das mais elevadas do País. O número de açorianos com rendimento social de inserção também é do mais elevado do País.

E, portanto, quando se planear a retoma após pandemia ou simultaneamente com a pandemia, as preocupações da Região são, infelizmente, acrescidas. Daí que o PSD tenha tido a preocupação, seguindo aquilo que é a preocupação também partilhada pelos diversos parceiros sociais, pelo Conselho Económico e Social, na Região, que tivesse um conjunto de medidas adicionais àquelas que tem o País, mas um conjunto substancialmente superior. E aquele que tem sido o nosso contributo tem sido esse. Nós propusemos e foi aprovado na Assembleia um plano de retoma da economia, um plano gradual. E todo o conjunto de medidas que são essenciais devem ser incluídas nesse plano de uma forma articulada, de uma forma em que os objetivos sejam claramente transparentes e percetíveis por todos os agentes económicos, que passem mensagens daquilo que é a importância relativa do contributo de cada um, de que a população também tenha uma compreensão para aquilo que é a urgência da Região iniciar essa retoma, com transparência relativamente aos riscos do vírus, mas também

com aquilo que é fundamental para que as pessoas não caiam na miséria, como muitos açorianos já estão.

E, portanto, a intervenção e a Declaração Política do Deputado João Paulo, nós partilhamos parte daquilo que apresentou, são preocupações transversais. Esperamos agora que, no conjunto, todos os partidos, sobretudo o Governo, consiga, de uma forma coerente, de uma forma pragmática, elaborar um plano para que a Região não só saia da crise em que já vivia, mas que supere e que eventualmente até a situação de crise possa ser uma oportunidade para o futuro, para eliminar barreiras que nós tínhamos e constrangimentos que não tínhamos conseguido ultrapassar até ao momento. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Gostava, na sequência da intervenção do Sr. Deputado João Paulo e naquilo que tem sido, aliás, o tom das Declarações Políticas desta manhã, onde inclusive se disse, e eu registei, que há mais vida para além da COVID, é com muita satisfação, mesmo com alguma emoção, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda e constata que, em maio de 2020, o Parlamento dos Açores e a oposição no Parlamento dos Açores possa dizer isso. É porque se há mais vida que a COVID-19, passado tão pouco tempo, isso significa, com certeza, o reconhecimento que no essencial conseguimos que a vida no geral sobrevivesse e tem sobrevivido à COVID. E isso é o melhor elogio que podemos fazer desde logo ao nosso Serviço Regional de Saúde e à maneira como os açorianos se portaram no geral, os que estiveram na linha da frente, desde logo os profissionais de saúde, mas também os agricultores, mas também os homens do lixo, mas também os representantes democráticos do

povo açoriano, como nós, mas também os que estiveram na retaguarda trabalhando, como os professores. E, portanto, esta vitória de todos permite-nos hoje dizer que há mais vida para além de COVID, permite-nos começar, felizmente, a desconfinar e permite-nos começar a pensar em alternativas, em oportunidades.

Gostava também de lembrar o seguinte: para o Partido Socialista, o caráter estratégico e regulador do setor público sempre foi uma realidade muito presente. Independentemente dos matizes dos graus e dos cinzentos, nós sempre tivemos consciência desta essencialidade, sempre o defendemos, como aqueles que a cada momento o quiseram fazer, designadamente nos últimos 4 anos e ao nível da República, também com o PCP, também com o BE, tendo a consciência que hoje em dia os serviços públicos são em 80% serviços operativos da Saúde e da Educação e que a sua presença é verdadeiramente fundamental. E várias medidas foram tomadas nesse sentido, no sentido do seu investimento, no sentido da valorização dos seus profissionais.

Àqueles que falam em desinvestimento no Serviço Regional de Saúde, eu convidava, usando uma análise comparativa, a tentarem perceber que região arquipelágica com 250 mil pessoas terá três hospitais com serviços de cuidados intensivos e terá por exemplo três serviços de hemodiálise.

Mas quando se fala em prioridades, falamos em muitas prioridades. E temos que ter o cuidado de perceber que quem tem muitas prioridades acaba por não ter nenhuma prioridade. E, portanto, é preciso que fique claro que se a Saúde é uma prioridade, mesmo que não esteja no setor primário ou no setor secundário da economia, a Agricultura também sempre foi e continua a ser, nos Açores, uma prioridade, o que, aliás, em nada é contraditório com a necessidade de retoma e de continuação do Turismo, porque, naturalmente, as coisas estão ligadas, naturalmente, os turistas vêm ver os jardins que os

nossos agricultores cuidam, vêm também comer dos nossos produtos agrícolas e vêm com certeza se sentirem confiança num serviço de saúde de qualidade.

Também é fundamental não esquecermos que esta crise tem algum potencial de agravar desigualdades e de pôr em causa alguma iniciativa privada. Por isso, desde logo, foram tomadas, quer pelo Governo da República, muitas das vezes complementadas por nós, e também já por medidas tomadas no nosso último Plenário online, um conjunto de apoios com vista a salvaguarda das empresas, da atividade económica, mas também do emprego, do emprego com direitos, do emprego com qualidade e do emprego com rendimento. Continuamos com essa preocupação. Vamos, ainda neste Plenário, apresentar algumas medidas neste sentido.

E contamos com todos, já mais ligeiramente desconfinados, para continuarem com a sua crítica e com a sua atividade propositiva a ajudarem a maioria e o Governo dos Açores a ultrapassarmos esta crise, para conseguirmos fazer uns Açores mais desenvolvidos, mais solidários e mais iguais.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Gostava de me inscrever, Sra. Presidente. Paulo Estêvão.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Graça Silveira, eu gostava de me inscrever.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, gostava de me inscrever a mim.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo que para já não. Então tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizer que acompanho muitas das preocupações que foram aqui apresentadas pelo PCP, nomeadamente no que diz respeito ao controlo público de setores estratégicos. É evidente que nem todos têm esta coerência. O Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista, que tanto criticou a privatização da TAP, afinal aqui na Região queria privatizar parcialmente a SATA. E, portanto, há aqui ziguezagues em relação a estas matérias, uma vez convém acompanhar os liberais, os setores mais liberais, noutras circunstâncias é necessário apoiar a manutenção dos setores estratégicos. Bom, há aqui um conjunto de ziguezagues em relação a esta matéria.

Da parte do PPM [*inaudível*] e por isso apresentamos a proposta, que ontem aqui foi votada favoravelmente, no que diz respeito à SATA. Isto não quer dizer que se esteja de acordo com aquela que foi a gestão da SATA, que foi uma gestão, nos últimos anos, absolutamente ruinosa. Não é por estar em mãos públicas que a gestão tem que ser ruinosa. Há muitos exemplos de que é possível fazer uma gestão equilibrada, uma gestão estruturada estando em mãos públicas, ou melhor, aí é que é possível fazer se estiver sempre em causa a defesa do interesse público, de uma forma bem estruturada, de uma forma competente. E foi isso que não foi feito no caso da SATA. Não deu prejuízo por ser pública, deu prejuízo por ter tido uma má gestão.

A questão também é o que nós temos verificado, caiu outro mito, é o mito de que os privados gerem melhor. Bem, nós, os contribuintes, estamos a pagar os resultados dessa gestão, em muitos hospitais, em muitas companhias, em muitas empresas, na banca, absorvendo prejuízos colossais de senhores que geriram essas empresas e ainda por cima recebendo salários principescos.

E, portanto, nós, os portugueses, os açorianos, em relação a essa perspetiva, estes últimos anos acho que têm sido muito importantes, têm significado uma aprendizagem muito importante em relação a estas matérias.

Devo dizer e anunciar aqui aquilo que para mim é fundamental: há um caso, depois de resolvido o problema da SATA e o devaneio da privatização da SATA, há um caso que é um caso escandaloso nos Açores, que eu ontem já referenciei e quero aqui anunciar que vou apresentar uma iniciativa, uma proposta no sentido de a Região adquirir a totalidade do capital social da EDA. É uma vergonha aquilo que se está a passar na EDA, no contexto da crise atual que nós estamos a atravessar, que o dinheiro que os consumidores nacionais estão a transferir para os Açores, para a EDA, no âmbito da prestação de serviço regional, tal como também para a Madeira, portanto, do conjunto dos portugueses, estão a fazer um esforço para que exista uma convergência tarifária e isso significou no ano passado a transferência de 70 milhões de euros, depois o que acontece é que esse dinheiro é parcialmente distribuído aos privados, não para diminuir as contas dos açorianos, as contas das faturas que os açorianos pagam, mas esse dinheiro é transferido depois, cerca de 8 milhões de euros, para os acionistas privados da EDA.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Não é esse o objetivo do esforço que os consumidores estão a fazer! Não é esse o objetivo, portanto, que esse dinheiro sirva depois para ser oferecido todos os anos, uma quantia de dinheiro dessas tão grande para os



grupos privados, como depois a EDA (e termino já, Sra. Presidente) necessita para fazer um investimento, já não tendo os lucros de distribuiu, procede a um endividamento junto da banca! Portanto, isto é que é um escândalo!

E, portanto, nós o que queremos é ultrapassar esta questão e ainda hoje vamos apresentar uma iniciativa no sentido de a Região adquirir a totalidade do capital social e acabar com estas transferências anuais de milhões de euros para os privados que são acionistas no Grupo EDA.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que penso que o discurso que este debate está a tomar de querer considerar mais legítima a vida dos açorianos na sobrevivência à COVID em relação à sua sobrevivência em relação a qualquer outra patologia é no mínimo perigoso. Não é tempo para o autoelogio. É tempo para o autocomprometimento de cada um de nós poder fazer melhor, com a humildade de aprender aquilo que até agora se fez pior.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional Berto Messias.

(\*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, caras e caros colegas:

A Declaração Política que aqui nos trouxe o PCP versa sobre um conjunto de questões sobre as quais tivemos oportunidade de discutir ontem. De qualquer forma, tendo em conta também algumas das referências que foram feitas, parece-me pertinente usar da palavra para, por um lado, reiterar aquilo

que afirmamos ontem e, também, para, enfim, esclarecer algumas matérias que são importantes.

A verdade é que o futuro é certamente desafiante tendo em conta este contexto de pandemia e este contexto absolutamente excecional em que nós vivemos. E, de facto, a preparação do futuro é muito complexa, mas é também estimulante e desafiante, porque nós não podemos ambicionar o futuro no curto/médio prazo como um simples regresso à normalidade. Não, nós temos que nos posicionar de forma a lidar com um contexto económico e social muito diferente e excecional tendo em conta todos os constrangimentos que esta pandemia nos trouxe do ponto de vista, naturalmente, de saúde pública, mas também do ponto de vista económico e social.

E este desafio é maior ainda porque é possível dizer-se que, no período pré-pandemia, nós tínhamos uma Região Autónoma dos Açores que do ponto de vista económico e social estava pujante, estava robusta, estava em crescimento. Nós tínhamos indicadores da atividade económica muito significativos e muito relevantes. Nós tínhamos e batíamos recordes ao nível da população empregada. Nós tínhamos o número de beneficiários do rendimento social de inserção a diminuir. Nós tínhamos índices de pobreza a diminuir. Nós tínhamos a atividade económica relacionada com a Agricultura e com as Pescas a crescer consideravelmente. Nós tínhamos e batíamos anualmente e trimestralmente recordes na área do Turismo, da ocupação turística e do número de passageiros desembarcados na nossa Região. E, portanto, é justo dizer, e os números comprovam isto, nós não estamos no âmbito das opiniões, nós estamos no âmbito de uma avaliação séria e credível do ponto de vista estatístico, a Região Autónoma dos Açores estava num ciclo de crescimento económico muito significativo. E isso é mérito não só, obviamente, das políticas públicas que temos vindo a

implementar na nossa Região, mas também fruto dos nossos empresários, dos nossos trabalhadores e de todos aqueles que contribuíram para essa situação. Aliás, dizer o contrário é também, pode dizer-se, desrespeitar e pôr em causa o esforço e o trabalho de todos aqueles que nos permitiram chegar a essa situação do ponto de vista económico.

Eu recordo que por vezes na atividade política nós gostamos de discutir o momento e fazer pouco a história. Eu recordo, por exemplo, que, há relativamente poucos anos, no início de 2014, nós tínhamos índices de desemprego na casa dos 18%. E passados apenas 6 anos, nós passamos a ter índices de desemprego de apenas um dígito, batendo recordes ao nível da população empregada.

E, portanto, é fundamental que nesta perspetiva tenhamos também uma abordagem global, séria e credível, com a análises dos dados concretos que temos.

Não estou a dizer que está tudo bem. Não estou a dizer que não há questões que têm que ser corrigidas. Não estou a dizer que não há problemas em vários setores importantes e pilares da nossa atividade económica e social que têm que ser melhorados. Não estou a dizer que há soluções que o Governo implementou que não têm que ser revistas e nalguns casos abandonadas. É importante que tenhamos a capacidade de fazer esse exercício em permanência. E verdadeiramente sempre o fizemos.

E com base nisso, tive a oportunidade de afirmá-lo ontem, nós tivemos que ter uma abordagem, tendo em conta esta pandemia, que concilia uma abordagem e um conjunto de intervenções do ponto de vista conjuntural e conciliá-la também com uma abordagem estrutural que prepare o futuro.

Eu ontem referi aqui e volto a dizer: eu relembro que estão em curso cerca de 60 medidas de apoio ao nosso tecido empresarial, de apoio às famílias, que, na esmagadora maioria, vai muito mais além daquelas que foram as

medias nacionais, chegando a mais pessoas, complementando as nacionais, mas indo mais longe através da nossa opção e também da nossa autonomia enquanto órgão de governo próprio.

Eu arriscar-me-ia a dizer que nos Açores temos um pacote de medidas muito mais abrangente e mais consistente do que aquilo que se assiste na Região Autónoma da Madeira e também no Continente Português. Isso decorre também da capacidade que nós tivemos de, nos últimos anos, construir uma economia e uma atividade económica e social que nos permite também agora acudir numa situação difícil, ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Secretário.

**O Orador:** ... que é reconhecida por todos e que tem sido o trabalho não só do Governo, mas também de todos os partidos políticos e de todos os grupos parlamentares.

Na perspetiva estrutural, esse trabalho está a ser desenvolvido, tive a oportunidade de o referir ontem, que é o trabalho que está a ser já desenvolvido no âmbito da construção, da agenda para o relançamento económico e social da nossa Região, que definirá aquelas que serão as linhas orientadoras do trabalho que temos que desenvolver no futuro, que não será apenas, e é bom que isso fique claro, o regresso à normalidade, é algo que nos obriga a posicionarmos com grande determinação para que possamos enfrentar e lidar com esta pandemia do ponto de vista da saúde pública, mas que tem também, obviamente, como é conhecido e reconhecido, grandes consequências do ponto de vista económico e do ponto de vista social.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Queria-me inscrever, Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem então a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu quando ouvi V. Exa. falar, deu-me vontade de intervir, porque ouvi a palavra pojante, uma economia pojante. E julguei, Sr. Secretário, que V. Exa. tinha regressado milhares de anos na história e estava a falar de um arquipélago chamado Atlântida, que, reza a lenda, deu origem a estas maravilhosas ilhas. E reza a lenda que na Atlântida viviam todos muito felizes e contentes, com uma economia muito pojante e, portanto, não faltava nada. Eu julguei que V. Exa. se estava a referir à Atlântida, mas depois percebi que efetivamente se queria referir aos Açores.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Era aos Açores, Sr. Deputado. Era aos Açores.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

E para lhe dizer, Sr. Secretário, que, se se queria referir aos Açores, pojante é a taxa de pobreza que temos na Região Autónoma dos Açores, pojante é a taxa de abandono escolar precoce que temos na Região Autónoma dos Açores, pojante é a falência do setor público empresarial na Região Autónoma dos Açores e pojante é o índice de privação extrema na Região Autónoma dos Açores, Sr. Secretário. E é isso que me preocupa e preocupa o CDS.

E, portanto, vamos com calma, não vamos com populismo e aproveitamentos políticos desnecessários com a desgraça dos outros! Queria apenas deixar este alerta. Tivemos a nossa economia segurada por pinças e dependurada por molas, como numa linha de roupa, pelo Turismo. E era isso que nós abanávamos. Porque, como é que estavam as nossas Pescas? Como é que estava a nossa Agricultura? Os setores primários, como é que estavam?

E, portanto, senhor, não desmerecendo o trabalho que o Governo fez, não podemos ir nessa onda de exagerado otimismo que V. Exa. aqui quis transmitir. Queria, nesse aspeto, manifestar a minha discordância para com a análise que V. Exa. tem.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado Artur Lima.

Vou dar então novamente a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo para fazer o encerramento desta Declaração Política.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para encerrar, gostaria ainda de deixar algumas ideias. As ideias da saúde pública de combate à pandemia que têm vindo a ser tomadas, e que o PCP tem defendido, têm impactos económicos e sociais incontornáveis, mas as suas consequências dependem das opções e decisões políticas que forem assumidas.

Para combater o impacto do surto pandémico da COVID-19, a Região precisa de uma política que assegure o emprego, que defenda os salários e os direitos dos trabalhadores e do povo, reforce os serviços públicos, promova a produção regional e assegure o forte investimento público e privado necessário a um caminho próspero de desenvolvimento harmonioso da Região.

A realidade que enfrentamos é assustadora. No dia 14 de maio de 2020, estavam em lay-off 10777 trabalhadores. Para a nossa Região, valores como este de pessoas sem receberem a totalidade dos seus salários é avassalador, já para não falar dos despedimentos, das arbitrariedades, dos horários e condições de trabalho na apropriação de recursos públicos pelos grupos económicos, a liquidação da atividade de milhares de micro, pequenas e

médias empresas e pequenos produtores, o condicionamento da atividade produtiva e o escoamento da produção regional.

A Região precisa de um rumo que garanta e valorize os salários, que assegure a estabilidade do emprego e elimine a precariedade, que combata o desemprego, assegure a redução de horários de trabalho e a sua compatibilização com a vida familiar.

Neste contexto, será necessário, designadamente, um ambicioso programa de aplicação e reforço de emprego público. No imediato, é necessário assegurar o pagamento dos salários por inteiro a todos os trabalhadores (recorrendo a um fundo público quando necessário), proibir os despedimentos, alargar os apoios sociais, garantir a proteção da defesa da saúde de milhares de trabalhadores que assegurem funções essenciais. É necessário dinamizar um forte investimento no serviço público, rompendo com o seu crónico subfinanciamento, degradação e privatização.

O investimento público regional precisa de ser projetado de acordo com as necessidades do desenvolvimento harmonioso das nove ilhas, nas mais diversas áreas: saúde, segurança social, educação, investigação científica, cultura, transportes, energia e equipamentos públicos.

Termino, Sra. Presidente, a relembrar que esta não é uma luta de um partido, entidade ou governante. É uma luta de todos os açorianos!

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrada esta Declaração Política.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

*Eram 11 horas e 45 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 12 horas.*

Passamos para a última Declaração Política deste Plenário. Cabe ao Partido Socialista. E tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Passados mais de dois meses desde o início da pandemia é-nos possível fazer uma avaliação do caminho que percorremos na nossa Região.

Bem sabemos que qualquer apreciação séria, idónea e construtiva deste período deve ser realizada, não tendo em conta o que sabemos hoje sobre o comportamento desta doença e das suas consequências, mas, sim, tendo sempre como base as informações disponíveis nos momentos das decisões.

Deparamo-nos todos, sociedade civil, no qual incluo, com particular relevo, Governo, funcionários públicos, atores políticos e sociais, empresas e IPSS, com uma doença desconhecida, de efeitos – a todos os níveis – incógnitos, que nos deu poucas semanas de avanço, em relação à sua chegada, para realizarmos uma tarefa hercúlea: mobilizar meios e recursos nunca antes vistos – nem sequer durante as nossas calamidades mais violentas – ao nível do nosso Serviço Regional de Saúde, para poder cuidar em segurança daqueles que pudessem eventualmente ficar infetados com o novo corona vírus ao mesmo tempo que, de uma forma segura, garantíamos o tratamento e o atendimento urgente a doentes com outras patologias.

Sempre dissemos que faríamos o possível e o impossível para providenciar meios e condições de trabalho aos nossos profissionais de saúde, não olhando



a despesas, a restrições ou a constrangimentos de qualquer tipo e indo aonde fosse preciso, até à China se fosse necessário, para assegurar a proteção devida às nossas populações.

Todos demos o nosso contributo.

Hoje, olhando para trás percebemos que, embora, numa ou noutra área, nem tudo o que fizemos tivesse alcançado os resultados que pretendíamos, que o Serviço Regional de Saúde, os seus profissionais de saúde – porque não dizê-lo, o Governo dos Açores e Administração Regional – as forças de segurança e de proteção civil, os laboratórios, os transportes, a distribuição, a indústria, a agricultura, as pescas, enfim, todos aqueles que na linha da frente não viraram a cara à luta e travaram e travam esse combate, merecem o nosso elogio e o reconhecimento de que sem eles não teria sido possível aos Açores responder com sucesso a essa emergência sanitária.

Queremos também demonstrar o nosso reconhecimento às entidades privadas que ofereceram diversos equipamentos, quer ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, quer o Hospital do Divino Espírito Santo de São Miguel. Este é um ato que devemos reconhecer e enaltecer porque veio reforçar, ainda mais, a capacidade do nosso Serviço Regional de Saúde nesta situação.

Mas sabíamos também que, face ao conhecimento da ciência atual, a opção de um Governo responsável não poderia estar depositada, exclusivamente, no reforço da capacidade de tratamento.

Foi necessário agir com o objetivo de impedir e o alastrar desta infeção! Foi fundamental ter coragem! Foi necessário liderar a Região no combate a esta doença!

E foi o que foi feito, ignorando o incómodo de muitos – que sabemos não estarem apenas lá fora – optou o Governo dos Açores por, antecipadamente, proceder ao fecho do espaço aéreo inter-ilhas, retirar a Azores Airlines das

ligações ao exterior, instalar cercas sanitárias em vários concelhos e proceder à implementação de quarentenas preventivas em hotel a todos os cidadãos que viajassem do exterior para a Região. Ao mesmo tempo que, de uma forma organizada, a autoridade de saúde instituiu testes de rastreio de vírus de uma forma muito superior à média nacional e da Região Autónoma da Madeira.

Hoje, não nos esquecemos dos óbitos ocorridos nem deixamos de os lamentar, mas temos a consciência da importância do conjunto de medidas que tomamos, indo até ao limite dos nossos recursos e mesmo até ao limite das nossas competências, nomeadamente ao nível da restrição de liberdades, nomeadamente ao nível do confinamento obrigatório à chegada, para desincentivar a vinda de mais cidadãos potencialmente infetados para os Açores.

Sabemos das movimentações que ocorreram, infelizmente, com apenas um rosto visível e que providenciaram junto da justiça o fim destas medidas. Todavia, será justo lembrar aos açorianos e às açorianas que, à data da decisão do tribunal, estas medidas resultaram que a Região tivesse apenas 0,49% dos casos infetados do País, três ilhas sem nenhum caso detetado e as restantes ilhas com vários dias sem casos positivos. Estes resultados estavam à vista e inclusive permitiram que um articulista de um reconhecido jornal português nos apelidasse a Nova Zelândia da Europa no combate ao novo coronavírus, e uma prestigiada publicação europeia considerasse os Açores como um dos sítios mais seguros do mundo para viajar.

Todavia, face a estes acontecimentos, tudo teve de ser ponderado novamente. Não há retoma económica sem a garantia de controle da pandemia.

Não há desconfinamento seguro, se este for feito de uma forma descoordenada, com todos a contestar as regras que não sejam do seu agrado,

agora que com os bons resultados que temos podemos respirar um pouco melhor.

Mas apesar das contrariedades, com o objetivo de evitar um colapso económico e social, mantivemos a nossa motivação firme, pelo que fizemos, tendo o Governo Regional suportado pelo PS agido, em parceria com o Estado Português, prontamente, concomitantemente e bem – dizemos nós – com dezenas e dezenas de medidas, em todos os sectores de atividade económica – agricultura, pescas, comércio, etc. – no sentido de assegurar a manutenção dos níveis de emprego, que, aliás, hoje, podemos verificar com os números que saíram do IFP, de garantir tesouraria às empresas, e de providir um nível de rendimento digno que assegure o funcionamento do mercado interno, de um acesso geral a moratórias de crédito, de um acesso a financiamento bancário a baixo custo e a um deferimento de rendas a particulares e empresários. Tudo isto, não só destinado aos trabalhadores por conta de outrem, mas também para as grandes, médias, pequenas e microempresas, com ou sem trabalhadores, empresários em nome individual, recibos verdes, bem como aqueles que em virtude da crise que atravessamos sofreram o infortúnio do desemprego.

Mantemos a nossa convicção firme pelo que ainda queremos fazer: restabelecer progressivamente a atividade económica e o normal funcionamento da nossa sociedade de acordo com a realidade de cada ilha, queremos capacitar o Serviço Regional de Saúde para repor o tempo perdido e simultaneamente prepararmo-nos para uma segunda vaga de infeções e queremos também implementar uma verdadeira estratégia de retoma económica devidamente enquadrada nos planos de recuperação do País e da União Europeia.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me que refira a responsabilidade da maior parte dos dirigentes políticos dos Açores, que se uniram em relação àquilo que é o essencial, a provar que a política pode e deve ser diferente para melhor, exemplo este que deve ser seguido por todos no futuro, naturalmente, respeitando as diferenças de todos, mas valorizando aquilo que é mais forte e que nos une a todos: os Açores e os açorianos.

Confiança, determinação e transparência têm sido, e serão sempre, as marcas do nosso Governo, sempre em defesa dos Açores e em benefício dos açorianos.

Que fique claro que para nós, para o Partido Socialista, é uma honra servir as açorianas e os açorianos neste momento histórico tão difícil e tão exigente. Para aqueles que se preocupavam com os anos de governação do PS nos Açores, fica agora absolutamente claro que o que verdadeiramente importa e o que esta crise comprova é que o que realmente interessa é o alcance da visão que temos, a força da nossa determinação, a nossa capacidade de realizar e o resultado das nossas soluções.

É por isso que, como sempre, cá estaremos para apoiar quem precisar e para dar fôlego a quem necessitar de mais tempo para recuperar.

Nós assumimos a nossa parte de responsabilidades na difícil missão de devolver a esperança e o futuro aos açorianos.

É necessário seguir em frente, com estabilidade, prosseguir uma política de ação, com confiança, construir consensos e fortalecer a união com todos os partidos que estiverem disponíveis para tal.

Sras. e Srs. Deputados:

A plena recuperação social e económica da Região será morosa e difícil, sabemos-lo bem, mas esta não é a primeira grande calamidade pela qual passamos e, infelizmente, não será a última.

Aliás, importa recordar que os açorianos já passaram por diversas adversidades ao longo da sua história...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... – sismos, erupções vulcânicas, tempestades, guerras, pragas e doenças. De todas elas saímos mais fortes, porque os açorianos sempre souberam aprender com o seu passado e reinventar-se para o futuro.

Cabe-nos a nós, eleitos pelas açorianas e pelos açorianos, independentemente das nossas diferenças, liderar este processo.

Fazendo nossas as palavras do Presidente Vasco Cordeiro, ir “até ao derradeiro limite daquilo que nos é permitido, nós não desertamos deste combate, nós não desistimos, nós não baixamos os braços”.

As açorianas e os açorianos podem contar connosco.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições. Agradeço que se inscrevam caso queiram participar neste debate. Julgo não haver inscrições.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, por favor.

**Presidente:** António Lima.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo-me a mim próprio.

**Presidente:** Obrigada. Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver para já. Tem então a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já por diversas vezes temos tido oportunidade de debater e dizer ao longo destes dois dias de Plenário, tem sido amplamente debatida e analisada aquela que foi a resposta necessária da Região à pandemia de COVID-19. Foram aqui elencadas e foram elogiadas as medidas tomadas pelo Governo no combate a essa pandemia que nos assolou e que continua e terá certamente efeitos que perdurarão no tempo.

O Bloco de Esquerda já muitas vezes o disse, que, de forma geral, esteve de acordo com a generalidade das medidas implementadas, o que é facto é que elas tiveram também de forma geral bons resultados, como é sabido, mas todas essas medidas, nos Açores e em qualquer parte do mundo, tiveram efeitos secundários gravosos e que têm uma consequência também ela muito dura na nossa sociedade. Esses efeitos têm de ser respondidos com medidas de emergência social para que quem perdeu rendimento e quem perdeu o emprego não fique abandonado à sua sorte.

E temos trabalhado nesta área apresentando também propostas para que as insuficiências e as lacunas de todas as medidas que têm sido implementadas, e têm sido muitas, sejam efetivamente recuperadas e que não haja açorianos e açorianas em situação de sem terem rendimentos, apesar de sabermos que muitos perderam efetivamente rendimentos e que não tem sido possível em muitos casos atenuar essa perda ou fazer com que ela não exista de todo.

É preciso, para além de responder à emergência social, como temos procurado fazer com as nossas iniciativas, como o Complemento Regional ao Lay-off, como também temos estado atentos àquelas que são as lacunas de inúmeras medidas nacionais que têm sido aplicadas, como ontem mesmo a Provedora de Justiça alertou para um conjunto de situações e de pessoas que continuam desprotegidas, como procuramos também dar resposta a elas numa iniciativa que ainda hoje entregamos com apoios sociais para que efetivamente não haja ninguém que fique desprotegido e sem apoio, mas

também é preciso preparar o futuro. E sabemos que o futuro próximo será um futuro muito difícil. Os tempos não serão mais fáceis, porque teremos ao mesmo tempo que viver com o novo coronavírus, teremos que dar resposta a ele, mas teremos também que preparar e fazer tudo para que haja uma retoma da economia de uma forma segura, colocando a saúde em primeiro lugar, é certo, mas é necessário efetivamente que haja a retoma das nossas vidas, de uma economia que é frágil e que precisa efetivamente de uma direção para seguir o seu caminho.

E essa preparação do futuro, não nos iludamos, implica escolhas, implica saber que caminhos é que queremos trilhar. E não será tudo consensual e muito menos unânime, haverá escolhas que é preciso fazê-las. O Bloco de Esquerda estará sempre do lado do emprego, na resposta e no combate à pobreza, na defesa dos serviços públicos, do investimento público, para uma Região mais justa e mais solidária, não permitindo e não aceitando que esta crise seja mais uma situação em que os mais fracos é que pagam pela crise e os mais fracos ficam ainda mais fragilizados. Esse é o caminho que o Bloco de Esquerda está disponível para trilhar no futuro e fará com as suas propostas. O caminho exige escolhas, exige debate e exige diferentes opções que têm de ser e que terão de ser tomadas.

E aqui reafirmo aquela que é a escolha do Bloco de Esquerda e os princípios que o Bloco de Esquerda norteará a sua atuação para o futuro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como afirmou por diferentes vezes o Líder do PSD, “a Saúde esteve e está sempre em primeiro lugar”. Cito uma expressão também do Líder do PSD,

o Dr. José Manuel Bolieiro, de que “mais vale excesso na prudência do que negligência na ação”.

Mas, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, essa prudência que sempre o PSD defendeu foi a prudência que, no momento mais difícil que Açores passavam, o Governo da República não teve. No momento mais difícil que os Açores passavam, em que a disseminação do vírus ocorreu por casos importados, no momento mais difícil que os Açores passavam, faltou prudência ao Governo da República. Faltou prudência porque manteve os aeroportos da Região abertos à linha aérea nacional, à TAP, e permitiu que a TAP voasse para os Açores. E essa opção do Governo da República não foi tomada de forma ligeira. Ainda ontem foi reafirmada por um Membro do Governo da República, bem próximo do Sr. Deputado Francisco César, afirmando com todas as letras que a opção da TAP voar para os Açores era uma opção política firme e que tinha sido assumida com consciência por parte do Governo da República.

E o que disse o Partido Socialista dos Açores às dificuldades colocadas pelo Partido Socialista e pelo Governo da República, a nível nacional? Nada! O Partido Socialista permitiu ou promoveu ou preferiu subjugar-se a uma lógica partidária do que defender os interesses dos Açores e estar subjogado, repito, àquilo que o Ministro, ontem, Pedro Nuno Santos, bem próximo do Sr. Deputado Francisco César, afirmou: é uma opção política e foi uma opção política firme manter a TAP a voar para os Açores.

No momento mais difícil, o Governo da República e o PS a nível nacional falhou. E o que disse o Partido Socialista nos Açores sobre essa opção? Nada, Sr. Deputado Francisco César! Disso certamente os açorianos não se esquecerão!

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.



Pergunto se há inscrições. Pergunto se há mais inscrições para participação no debate.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma inscrição da parte do PPM. Paulo Estêvão.

**Presidente:** Paulo Estêvão. Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado João Corvelo (PCP):** João Corvelo, se faz favor.

**Presidente:** João Corvelo. Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi no sentido de enaltecer aquele que foi o trabalho realizado por parte do Governo Regional e por parte do ser próprio partido.

Eu devo dizer que o Governo Regional fez o que tinha que fazer. E fez o que tinha que fazer com o apoio da generalidade das forças políticas nos Açores. Mas eu devo dizer também, ao contrário do que uma intervenção anterior aqui fez uma referência, que estávamos perante uma situação gravíssima, mas, evidentemente, que tinham que ser tomadas nestas circunstâncias medidas e tinham que ser tomadas medidas racionais. E as medidas racionais que foram tomadas tiveram sobretudo a ver com dois fatores:

O primeiro fator foi a fragilidade evidente do Serviço Regional de Saúde, que foi alvo de cortes cegos nos últimos anos e as suas capacidades foram diminuídas ao longo de todos esses anos. Essa é uma responsabilidade política que não é de agora, é uma responsabilidade política anterior, mas eu não a esqueço. E por isso tínhamos menos opções no âmbito desta crise;

A segunda questão é tomar partido e fazer e aproveitar aquele que é o isolamento geográfico da Região. E aí não inventamos nada, fizemos o que estava à vista dos olhos que tinha que se fazer, ou seja, foi o que a Madeira

fez, foi o que as Ilhas Faroé fizeram, aproveitaram o isolamento geográfico, foi o que a Nova Zelândia fez também e com resultados que até foram superiores aos nossos. Na Madeira, como há pouco referi, não se registou nenhum óbito. Nas Ilhas Faroé, que tem 18 ilhas habitadas, não se registou nenhum óbito e foi possível alcançar bons resultados. Isso não quer dizer que nos Açores os resultados não tivessem sido bons, mas temos 16 óbitos a registar. Veja-se que, por exemplo, no Alentejo, que ocupa um terço do território nacional, só se registou um óbito também. E isto deveu-se também ao isolamento geográfico, à dispersão do povoamento no Alentejo. Portanto, há regiões que aproveitaram os fatores geográficos, o relativo isolamento, a menor densidade populacional para permitir alcançar bons resultados. E foi isso que aconteceu nos Açores, mas, eu repito, temos perdas a registar, que lamento profundamente e que obviamente ficarão para sempre registadas. Mas aquilo que foi feito foi de facto aquilo que racionalmente podia ser feito. Mas eu aqui quero também referenciar que há coisas que me surpreenderam, como por exemplo a falta de solidariedade do Governo da República, liderado pelos socialistas, como se sabe, em Lisboa, em que, perante uma situação de enorme fragilidade dos Açores, insistiram em manter os voos para os Açores e, portanto, aqui desembarcar passageiros. Isto foi feito contra a autonomia dos Açores. E a mim surpreendeu-me muito a fragilidade que o Governo Socialista dos Açores demonstrou perante o Governo Socialista da República.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termina já, Sra. Presidente.

Considero que esse é um episódio negro no âmbito deste combate que foi necessário fazer à COVID.

E depois quero também, para terminar, dizer que ficou evidente também, pelas palavras do Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, que foi uma opção

política. Ele gosta de falar grosso e falou grosso e o que disse foi: bom, nós fizemos isto, impusemos isto e impusemos por razões políticas. Por razões políticas, não sanitárias! Por razões políticas! E por razões políticas e por razões do exercício de soberania, o Governo acabou por fazer um conjunto de voos que tinham as consequências que tinham e que tiveram, não é, mas tinham sobretudo uma motivação ou exclusivamente uma motivação política. E, em relação a esta matéria, o Partido Socialista, no conjunto da República, não foi nada solidário com aquelas que eram as nossas necessidades e os pedidos que aqui foram feitos por parte do Partido Socialista dos Açores.

Termino, Sra. Presidente, dizendo apenas que há muita coisa para fazer. Eu, há pouco, disse que há mais vida para além da COVID-19. Há e temos que arregaçar as mangas e começar a preparar o futuro porque a situação social é tremendamente difícil.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(\*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP enaltece todos aqueles que estiveram na linha da frente em relação à COVID-19.

E sabemos e temos consciência que vamos viver no futuro tempos difíceis, mas também afirmamos, já reafirmamos e tornamos a reafirmar que não podem ser sempre os mesmos a pagar esta fatura, ou seja, com despedimentos, com precariedade laboral, com mais injustiças sociais principalmente para aqueles que são mais desfavorecidos. Aliás, nós temos que combater a pobreza, também temos que estar no combate ao desemprego e a favor dos serviços públicos de qualidade com os investimentos necessários por parte da Região, desde o Serviço Regional de Saúde, na

Educação, nos Transportes, mas também em setores estratégicos, como ontem aqui o afirmamos. Só assim é que podemos dar passos importantes para que se continue a trabalhar condignamente na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Graça Silveira, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada. Pergunto se há mais inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Diga, Sr. Secretário.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Gostaria de inscrever o Sr. Presidente do Governo. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada. Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver para já. Tem então a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\* **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Bom, ultimamente, toda a gente quer discutir o que é que é constitucional e o que é que é institucional. Devo lembrar que, além da questão da TAP que quebrou esse isolamento que nós poderíamos ter tido e que é por decisão da República, houve uma situação bem mais complicada que foi a situação dos presos, que nós queríamos testá-los, a Autoridade Regional de Saúde, e bem, queria testá-los e uma vez mais houve a questão de uma hierarquia constitucional ou institucional em que não foi dada essa autorização. E aí não estávamos apenas a impedir que entrassem novos casos na Região,

estávamos a impedir uma situação bem mais complicada que era de criar novas cadeias de transmissão.

Devo dizer, como referenciou o Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Ministro falou grosso. Infelizmente, o PS na Região nem sequer fininho falou.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

(\*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu faço esta intervenção porque julgo que, em nome do Governo, também me parece importante salientar três ou quatro aspetos neste período em que o Parlamento analisa e debate Declarações Políticas.

Em toda esta situação há, e gostaria de realçá-lo, ideias que não podem, de certa forma, ficar submersas pelo fragor do combate em que estamos envolvidos.

A primeira destas ideias é a importância da nossa autonomia. Para uns poderá parecer paradoxal, para outros não tanto. A mim parece-me absolutamente essencial realçar a importância da nossa autonomia na forma como lidamos com este desafio. Importância que resulta da atuação de um conjunto de entidades, que resulta da atuação de um conjunto de profissionais, os nossos pescadores, os nossos agricultores, os funcionários públicos, as instituições particulares de solidariedade social, funcionários da Administração Regional e da Administração Local, enfim, todos cujo trabalho deve ser reconhecido e enaltecido neste momento, desde os mais evidentes àqueles que porventura sejam menos evidentes, mas que nem por isso deixam de ter dado e de dar um contributo essencial para a forma como os Açores, como a Região

Autónoma dos Açores se posicionou, lutou e, no fundo, está a enfrentar esse desafio.

De entre estes, eu gostaria de fazer uma referência especial ao Serviço Regional de Saúde. Não é de agora que tenho a posição de dizer que nós temos um Serviço Regional de Saúde que é motivo de orgulho para os açorianos. Nós não temos um Serviço Regional de Saúde perfeito, não é isso que eu estou a dizer, mas temos seguramente um Serviço Regional de Saúde que é motivo de orgulho para os açorianos.

E é importante que hoje não se caia no erro de, mantendo todo o rigor na crítica e na apreciação crítica, que se passe do oito para o oitenta, ou seja, o Serviço Regional de Saúde que apenas há 3 ou 4 meses atrás era, na apreciação de alguns, motivo de desgraça para os Açores e para os açorianos, não passe hoje a ser motivo de loas. Eu mantenho hoje a apreciação que mantinha no passado. Não sendo um Serviço Regional de Saúde perfeito, não estando isento de falhas, de erros, de carências, é para mim, hoje, como no passado, um motivo de orgulho para os açorianos.

A segunda ideia é que nós estamos envolvidos em várias batalhas decisivas. A batalha principal é a batalha de proteger e defender a saúde dos açorianos, mas também é a batalha de proteger e defender o emprego e a nossa economia. E todos os dias, todos os dias, surgem dados objetivos de fontes independentes que permitem a qualquer pessoa ajuizar a forma como nos Açores nós estamos a combater e que resultados estamos a alcançar neste combate.

Não estamos nessas batalhas a falar de situações estanques. Nós não podemos cometer o erro de considerar que, vencida a batalha da saúde pública, então passaremos à batalha da economia. Não. Elas influenciam-se mutuamente. Elas influenciam-se e interligam-se. E talvez um dos exemplos mais claros seja referir que a forma como saímos da primeira batalha, da

batalha de proteger e defender a saúde dos açorianos, influencia decisivamente a forma como podemos sair da segunda, em todos os setores, mas talvez em especial naquele que mais diretamente pode ser afetado pela leitura de segurança, de confiança que podemos ter no nosso Serviço Regional de Saúde, e refiro-me em concreto ao Turismo.

Os dados são públicos, são evidentes para todos os cidadãos, para todas as empresas, para todas as organizações representativas da mais diversa índole. E é importante que nunca deixemos de ter presente o quadro global desta situação, por uma questão de rigor, por uma questão de verdade, mas também por uma questão de seriedade intelectual.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Presidente.

**O Orador:** Já termino, Sra. Presidente.

A terceira ideia que eu gostaria, muito rapidamente e a concluir, de salientar tem a ver com a proposta que foi conhecida nos últimos dias, do Governo Francês e do Governo Alemão, para fazer face a esta situação, uma proposta que envolve um montante global de 500 mil milhões de euros, mas uma proposta também que para mim é importante porque salienta o papel das regiões no processo de reforma, de retoma, digo, e não apenas os Estados-membros, o papel que os instrumentos atuais europeus têm, nomeadamente a política de coesão, e o facto de ser uma proposta concretizável não só através de empréstimos, mas também através de subvenções.

E mesmo a concluir, há uma questão que foi referida na Declaração Política do Sr. Deputado Francisco César e que também já tinha sido referida antes e que me parece essencial esclarecer. Aliás, suscitou, inclusive, uma questão do Sr. Deputado Artur Lima. A bem do esclarecimento, eu peço a indulgência da Sra. Presidente da Assembleia para mais alguns minutos.

Do ponto de vista de equipamentos laboratoriais, foram oferecidos cinco equipamentos à Região: dois extratores e três PCR. Desses cinco

equipamentos, quatro já estão na Região e estão em funcionamento. Em concreto, no que diz respeito aos extratores, houve um extrator que foi oferecido, o primeiro que foi oferecido, pela Finança para o Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada. Esse equipamento já está no hospital e se não está já em funcionamento, dentro em breve estará. Houve um segundo extrator que foi oferecido pela Caixa de Crédito Agrícola para o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Este extrator, por razões que não têm a ver com o serviço em concreto (o SEEBMO), que não têm a ver com o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e que não têm a ver com o Governo Regional, não está ainda no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Prevê-se a sua chegada para o final de junho. Entretanto, foi dada a possibilidade de, temporariamente e por empréstimo, ser disponibilizado ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira um equipamento não igual àquele que foi oferecido, mas semelhante, com a mesma capacidade e que provisoriamente asseguraria a realização do serviço. Essa oferta foi aceite. E, portanto, esta semana ainda, segundo os dados que tenho, chegará esse equipamento provisório, que tem a mesma capacidade e que em final de junho será então substituído pelo equipamento que foi oferecido.

Serve isso para dizer que não houve, até poderia ter havido, mas essa será outra discussão que o tempo exíguo de que disponho não me permite entrar, até poderia ter havido, não houve afetação diferente de equipamentos entre hospitais. O equipamento que o doador indicou para um determinado hospital foi o equipamento que foi para esse hospital. E no caso do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, por razões que não têm a ver nem com o doador, nem com o serviço, nem com o hospital, nem com o Governo Regional, é que temos essa situação. Ou seja, o equipamento exato que foi oferecido chegará no final do mês de junho e, entretanto, foi disponibilizado



um equipamento alternativo com a mesma capacidade que assegurará esse serviço no hospital.

Era isso que eu gostaria de dizer ou concluir. Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Artur Lima, queria-me inscrever.

**Presidente:** Tem a palavra então, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Começo por agradecer o esclarecimento do Sr. Presidente do Governo, que de uma forma direta veio aqui esclarecer aquelas que eram as dúvidas na opinião pública.

E, Sr. Presidente, nesta matéria tem que haver transparência. E agradeço a sua informação, porque com estes equipamentos que são essenciais para se fazer o trabalho em defesa da saúde das pessoas não pode haver dúvidas na imprensa e aqui e acolá. E, portanto, as coisas têm que ser devidamente explicadas, como agora acabou de fazer, para percebermos todos o que se está a passar.

Já aqui o referi e volto a referir o extraordinário trabalho feito pelo Laboratório de Epidemiologia do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, a que se juntou depois o Hospital do Divino Espírito Santo.

E aqui, Sr. Presidente, devo-lhe dizer e faço aqui um apelo: é que os Açores são nove ilhas! Nove ilhas! E temos que trabalhar em união de esforços! E não, como eu já vi, algum Líder Partidário vir exigir coisas se é a ilha maior ou é a ilha menor. Nós temos que concentrar os esforços ao serviço dos açorianos onde quer que seja melhor para o fazer. E devo lembrar que o hospital de referência para a COVID-19 foi por V. Exas. indicado como o

Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Foi o Governo Regional que o fez.

Depois, agradecendo a transparência da informação e o esclarecimento público que se impunha fazer, devo dizer também o seguinte: no documento que tive o gosto de mandar a pedido de V. Exa, Sr. Presidente, como fará a justiça de reconhecer, naturalmente, está lá, que o CDS refere muito bem, o binómio saúde pública-economia. Não há economia sem saúde, nem saúde sem economia. E é com este binómio que nós temos que avançar.

E devo dizer também que devemos transmitir à população que estamos preparados, uma sensação de segurança. A população precisa de sensação de segurança, não precisa de outras sensações.

E devo-lhe dizer também que temos que ir desconfinando. Apoiamos todas as medidas que o Governo até agora implementou, como também fizemos outras propostas nesse mesmo documento para se desconfinar com segurança.

E nessa matéria devo também, Sr. Presidente, não prescindir das críticas que sempre fiz, fundamentadas, que o CDS fez ao Serviço Regional de Saúde, mas também não esquecendo os contributos que o CDS deu para melhorar. E não apenas nesta altura da pandemia que viramos oposição construtiva, já o éramos antes, e V. Exa. é particular testemunha disso, no Plano e Orçamento passado e no outro Plano e Orçamento e em alguns outros. Portanto, mantemos a nossa postura de coerência no presente, tal como no passado.

Resta-me fazer uma última referência e dizer que, a nível de ventiladores, por exemplo, devido a uma iniciativa solidária, mas também a doações de privados, o Serviço Regional de Saúde mais que triplicou o número de ventiladores disponíveis para tratar os açorianos. E, portanto, para a esquerda radical, que diaboliza a privada todos os dias e sempre que pode, fica aqui a

resposta de solidariedade das empresas privadas nos Açores, que se disponibilizaram para oferecer ao Serviço Regional de Saúde muitos ventiladores, necessários para manter a vida e proteger a saúde dos açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vou dar então agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César para fazer o encerramento desta Declaração Política.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, todos conhecemos e é óbvio qual é a posição do PS/Açores, do mesmo modo que todos os açorianos conhecem bem qual a posição do Governo Regional quanto à questão dos voos e do encerramento dos aeroportos. Todos conhecem a nossa posição. Somos contra. Incluindo o PSD, conhece a nossa posição. Do mesmo modo que toda a gente sabe quem discordou e quem acionou em tribunal as ações contra o Governo Regional dos Açores.

Dito isto, aquilo que gostaria de salientar tem a ver com o trabalho que todos tivemos no sentido de suportar a atividade económica nesta altura tão difícil em que fomos atacados por este vírus. Nós lançamos mais de 64 medidas, mais de 160 milhões de euros de apoio específico ao emprego, mais de 250 milhões de euros de apoio específico às empresas, medidas do Governo dos Açores lançadas em parcerias e para complementar medidas do Governo da República. Apoiar as empresas, apoiar o rendimento, apoiar a manutenção do emprego, apoiar as IPSS, apoiar inclusive os órgãos de comunicação social privada, foram sempre prioridades da parte do Governo Regional suportado pelo Partido Socialista.

Nós sabemos, naturalmente, que a nossa economia seria afetada, mas nós tudo fizemos para poder suportar a atividade económica neste período. Os resultados que temos hoje, quer ao nível de saúde, quer ao nível da nossa economia, não são naturalmente os resultados que todos gostaríamos, mas são positivos. Nós, segundo os números que saíram do IEFP hoje mesmo, nós verificamos que a única região do País que não decresceu ao nível do seu emprego foi a Região Autónoma dos Açores. E se é verdade que isto deve-se a muitas políticas lançadas pelo Governo dos Açores no sentido de suportar a atividade económica, o mérito deve-se sobretudo aos açorianos e açorianas que nesta altura de crise souberam aguentar e souberam suportar exatamente a atividade económica.

É, portanto, este o nosso compromisso e é este também o apelo que fazemos de união a todas as forças políticas, a todos os setores sociais, no sentido de trabalharmos juntos para prepararmos a retoma, podermos preparar um desconfinamento progressivo da atividade económica e da nossa sociedade, para podermos, com cuidado, com ponderação, ultrapassar os tempos difíceis que estamos a passar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos aqui os nossos trabalhos. Regressamos à 14h30 com a agenda.

*Eram 12 horas e 50 minutos.*

**Presidente:** Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

*Eram 14 horas e 38 minutos.*

*(Após o intervalo, o Sr. Deputado Bruno Belo substituiu o Sr. Deputado Jorge Jorge no lugar de Secretário da Mesa)*

Ontem, ficamos no debate do ponto 5 da nossa agenda. Não tínhamos inscrições. Por isso, peço o favor de se inscreverem. Pergunto se há alguma inscrição. Julgo não haver.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado Alonso Miguel...

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Uma inscrição.

**Presidente:** Uma inscrição. Pergunto se há mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Não. Sra. Presidente, eu pedi uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Ah, sim, sim. Ok. Já vou anotar. Pergunto se há mais inscrições para o debate, só para aproveitar para registar. Penso que não.

Então, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

**(\*) Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, para saber se tem conhecimento se o Sr. Vice-Presidente ou outro Membro do Governo está connosco.

**Presidente:** Sra. Deputada, como eu ontem já tive oportunidade de explicar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, da forma como a imagem passa e está para mim disponível, eu não consigo saber exatamente... Sei quantas pessoas estão a participar, mas não consigo visualizar para lhe poder dar essa confirmação.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente...

**Presidente:** Já acabei de saber que o Sr. Secretário Regional Berto Messias está, como, aliás...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Está desde o início e estará até ao fim, portanto...

**Presidente:** Claro que sim, que nos acompanha sempre, Sr. Secretário. Acompanha-nos sempre.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): O Governo está sempre representado no Plenário. Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Secretário, também por me ter ajudado a responder à Sra. Deputada Graça Silveira.

Penso que respondi à questão que colocou. Vou dar então a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como saberão seguramente, o CDS tem um vasto património e um histórico considerável em matéria de abaixamento de impostos e de redução de carga fiscal.

No entanto, nós queríamos colocar algumas questões ao Governo Regional no âmbito da proposta que agora estamos a discutir. Não sei se ao Sr. Vice-Presidente, mas, de qualquer forma, como disse o Sr. Secretário Berto Messias, o Governo está representado. E, portanto, de uma forma muito concreta queríamos saber qual é que foi o impacto desta pandemia nas finanças regionais e também qual é que é o impacto desta medida no Orçamento Regional, nomeadamente em termos de receita. E se o Governo

Regional considera que é exequível que a mesma possa ser implementada neste momento e no atual contexto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César...

**Deputado Francisco César (PS):** Primeiro pergunto se a Sra. Presidente ouviu bem.

**Presidente:** Sim, agora sim.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem. Nada como aumentar o volume do microfone.

Segundo, Sra. Presidente, é para inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sim, Sr. Secretário...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Gostaria de inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada. Pergunto se há mais inscrições. Para já, julgo que não. Tem então a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

**(\*) Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No seguimento daquilo que dissemos ontem, o Partido Socialista entende ser necessário realçar que os Açores já têm os impostos mais baixos do País e são das regiões com os impostos mais baixos até da Europa. Isso é visível

quando se fala do IRS, do imposto que as famílias pagam todos os anos, onde no 1.º escalão já beneficiam de uma redução máxima que pode atingir os 30% até ao limite do diferencial fiscal.

Também no IRC e no IVA, as famílias e as empresas açorianas têm ao seu dispor impostos mais baixos e assim conseguem ter maior capacidade de realizar investimento e de aumentar o seu consumo.

Uma nota também importante que entendemos trazer aqui para o debate é que, no período entre 2014 e 2018, as receitas fiscais com IRS na Região reduziram sensivelmente cerca de 23 milhões de euros, menos 12%. Isso traduz na prática uma opção que foi seguida pelo Governo dos Açores, na altura, juntamente com o CDS, de reduzir os impostos sobre as famílias de forma sustentável e responsável, do qual nós não abdicamos.

Além disso, nós verificamos que a proposta que aqui está em discussão, apresentada pela Sra. Deputada Graça Silveira, é uma proposta que tem um âmbito de aplicação transversal às famílias açorianas, entre o 2.º e o 5.º escalão, embora na prática o escalão com maior peso nas receitas fiscais será seguramente o 3.º, 4.º e 5.º. Daí nós dizermos que esta é uma proposta que tem uma aplicação transversal, ou seja, iria beneficiar, se fosse aprovada, todos os contribuinte e não teria em conta se perderam ou não rendimentos no âmbito desta pandemia. E o que nós temos vindo a fazer ao longo desses últimos Plenários é apresentar e aprovar medidas dirigidas especificamente para o combate aos efeitos da crise. Entendemos que esta medida não tem essa componente, não é dirigida, mas sim transversal, o que poderia provocar injustiça do ponto de vista social, pois poderia beneficiar quem não foi prejudicado.

A opção do Partido Socialista e do Governo suportado pelo Partido Socialista tem sido clara, tem colocado como prioridade a adoção de medidas que permitam manter o nível de emprego na Região. Ainda hoje foram



conhecidos números divulgados pelo IEFEP que demonstram que as políticas do Governo dos Açores têm sido eficazes, pelo menos para já. No mês de abril, o desemprego manteve-se em níveis estáveis, não houve um crescimento, quando no resto do País houve um crescimento acima dos 14% e na Região manteve-se inalterado. Isto é um sinal de confiança. É verdade que os efeitos da crise serão duros e terão implicação nas finanças das empresas e das famílias, mas os dados que temos hoje ao nosso dispor demonstram que as políticas públicas criadas pelo Governo do Partido Socialista foram para já as mais eficazes e têm permitido cumprir um dos seus objetivos primordiais: manter o nível de emprego na Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado Carlos Silva.

Vou passar agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente, eu gostaria de dizer, na sequência do debate de ontem, de esclarecer algumas coisas que foram faladas, nomeadamente o Sr. Deputado penso que do Bloco de Esquerda, que referiu que o objetivo era repor o diferencial fiscal de IRS que havia em 2010. Ora bem, é bom esclarecer que, no âmbito da redução fiscal que implementamos, hoje, o diferencial fiscal no IRS é superior àquele que era em 2010. Portanto, em relação ao IRS não há absolutamente nada a repor em termos de diferencial fiscal. O diferencial fiscal do IRS é, neste momento, superior àquele que era, que sempre foi, que foi anteriormente e antes da lei de 2010. Nesse contexto, não há lugar à necessidade de reposição de diferenciais fiscais no IRS porque o mesmo já foi feito, até superior àquele que existia antes.

Segunda questão e respondendo ao Sr. Deputado Alonso Miguel, eu penso que em primeiro quem tem que quantificar o impacto da medida do ponto de

vista orçamental é o proponente. Não acredito que o proponente tenha tido a falta de responsabilidade de apresentar uma proposta sem saber qual era o seu impacto orçamental.

Terceira questão essencial, a matéria aqui, em termos de posição do Governo sobre esta proposta e também indo de encontro àquilo que disse o Sr. Deputado Alonso Miguel, é muito clara: nós consideramos essa proposta socialmente e profundamente injusta e é profundamente ineficaz, porque, ao contrário do que tem sido dito, o IRS e os escalões de IRS são escalões progressivos e abrangem todos os rendimentos, ou seja, quem está no último escalão de rendimentos beneficia profundamente desta proposta, e quem está no escalão de rendimentos mais baixo não beneficia nada desta proposta. Ou seja, esta proposta, por um lado, não apoia os rendimentos mais baixos, não apoia 56% das famílias açorianas que têm os rendimentos mais baixos e não apoia quem perderá o seu emprego. Por outro lado, beneficia quem tem mais rendimentos. Quanto mais rendimento tiver, maior é o benefício desta proposta. Quanto mais rendimento tiver, será por essa via também o maior beneficiário desta proposta. E, essencialmente, irá beneficiar aqueles que não irão perder rendimento se tiverem rendimentos mais elevados. Por outro lado, por exemplo, é uma proposta que fará com que, se fosse aprovada, todos os Srs. Deputados desta Assembleia iriam ter um aumento do seu vencimento líquido ao final do mês, o que nós não consideramos que seja correto neste momento de sacrifício de todos os açorianos.

E é também uma proposta que, a bom dizer, assenta num modelo que eu penso que já estaria arredado da atual análise da situação e que é um modelo que nesse momento é só defendido por modelos extremamente liberais, que têm reflexo em algumas ações governativas em países como os Estados Unidos ou o Brasil, onde faz com que, aumentando os rendimentos de quem mais tem, retira-se rendimentos ao financiamento do serviço público de

saúde, ao serviço público de educação e, no fundo, tira-se ao Estado, a quem todos apelam que tenha um reforço de recursos. Retira-se recursos, mas retira-se recursos não de quem menos tem, retira-se recursos de quem mais tem e de quem não perde rendimento. Por isso, é uma proposta, na nossa opinião, injusta socialmente e não é um contributo para fazermos face à situação em que estamos.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo, para já, não haver mais. Tem a palavra então o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria acrescentar alguns dados que penso que são relevantes. É evidente que quando se fala em IRS e de cobrança de IRS, é sempre possível escolher um ano que seja mais favorável e comparar com um ano que seja menos favorável. Sendo que a Região partiu, em 2012, 2013, de uma crise em que ocorreram aumentos substanciais de impostos, nomeadamente de IRS com um imposto extraordinário, seria relevante acrescentar o seguinte àquilo que foi a informação que o Sr. Deputado Carlos Silva prestou, comparando 2014 com 2019 ou com 2018: a verdade é que, entre 2012, 2013 e 2014, há um aumento substancial do IRS. Em 2012, tinham sido cobrados 133 milhões de euros de IRS na Região, mas, em 2014, com o aumento generalizado dos impostos, muitos deles impostos na sequência da Troika, em 2014, passou

para 188 milhões de euros, ou seja, em 2 anos houve um aumento de 55 milhões de euros. E o que existe atualmente, os dados mais recentes que são os 2019, nós estamos com ainda cerca de 32 milhões de euros a mais do que aquilo que era a cobrança de IRS antes da crise. E, portanto, quando se fala na baixa de impostos, não é muito correto comparar o ano de maior cobrança em resultado de medidas extraordinárias, que depois foram aliviadas, com aquilo que é a situação atual.

E, portanto, nesse sentido, daí também a nossa posição favorável relativamente à iniciativa, tem a ver com a avaliação da cobrança de IRS, não com um período limitado, mas com um período mais alargado e tomando como ponto de partida aquilo que era a situação de cobrança de IRS antes da crise, da Troika.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Queria apenas dar uma nota à Câmara, de que, de forma provisória, o Sr. Deputado Jorge Jorge está a ser substituído na Mesa pelo Sr. Deputado Bruno Belo.

De momento, a Mesa não tem inscrições. Pergunto se há alguma inscrição. Julgo não haver mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, não havendo mais inscrições, e estando eu muito condicionada ao meu tempo, sendo a proponente da proposta, estava-me a guardar para falar no fim para poder responder a todas as questões que forem colocadas. Não havendo mais inscrições, eu então inscrevo-me.

**Presidente:** Ok. Tem a palavra então, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Bom, em relação àquilo que o Sr. Deputado Carlos Silva disse, é óbvio que pagamos menos impostos na Região, pois se eu estou trazendo aqui uma iniciativa que fala exatamente do diferencial fiscal que a Lei das Finanças Regionais nos permite, que é ter um desconto até 30% em relação àquilo que é cobrado no Continente, obviamente que temos menos cobrança de impostos.

Aquilo que está aqui em questão é se podemos ir mais além, até aos 30% ou até 25%, nessa prerrogativa que a Lei das Finanças Regionais nos confere.

Mais, que o Sr. Deputado Carlos Silva tenha vindo fazer a defesa de que isto era extremamente injusto porque nós, Deputados, íamos ser beneficiados com esta medida. Já achei estranho que tenha sido corroborado pelo Sr. Vice-Presidente. É que eu não sei se o vosso salário é diferente do meu, mas eu estou no 6.º escalão e esta iniciativa só atinge até ao 5.º escalão. Portanto, o 6.º escalão é a partir dos 36800 por ano. O 5.º escalão é até aos 36000. Portanto, os Srs. Deputados não vão ser afetados.

E também acho estranho que digam que é uma medida muito injusta porque é transversal. Efetivamente, aquilo que se propõe é um aumento de 5 pontos percentuais desde o 2.º ao 5.º escalão. Mas aquilo que nós estamos a propor é que fiquem o 1.º, o 2.º e o 3.º escalões com 30%, o 4.º e o 5.º escalões com 25%, e o 6.º e o 7.º escalões apenas com 20%. Isto para não dizer que cada um dos escalões é afetado com uma taxa de tributação completamente diferente em função da sua riqueza e do rendimento que é capaz de gerar, que eu penso que isso nós todos sabemos e ninguém aqui está a discutir.

Mais, eu nunca disse que esta iniciativa era para compensar perdas pela pandemia. Aquilo que eu disse é que esta é uma iniciativa de redistribuição de rendimentos, que é fundamental para a recuperação da economia, ou seja, quando acabar a pandemia, se as famílias não tiverem rendimentos para

poderem consumir nas empresas, medidas única e exclusivamente de apoio às empresas não vão ser suficientes.

Mais, o Sr. Vice-Presidente diz que o 1.º escalão e o último escalão são apoiados. O 1.º escalão não é apoiado nesta iniciativa, Sr. Vice-Presidente, pela simples razão que já tinha os 30%, que é o valor máximo. A medida só se aplica a partir do 2.º escalão. E os últimos escalões, que são o 7.º e o 6.º, não estão abrangidos por esta iniciativa. Portanto, não percebi qual é que era a sua argumentação.

O 1.º escalão, efetivamente, representa 66%. Disse que eram 50 e tal por cento dos agregados familiares. Os dados que eu tenho disponíveis, de 2017, do Portal das Finanças, são 66% dos agregados familiares. Mas sabe quanto é que isso representa em termos de receita fiscal? 3,5%. Isso diz muito da região que nós somos em termos populacionais. 66% dos agregados familiares representam apenas 3,5% com descontos de receita fiscal.

Mas, como disse e bem, é uma questão da forma como nos posicionamos. Aquilo que está aqui em discussão é se estes 5% dos impostos dos açorianos devem ficar na receita fiscal, nos cofres do Governo, ou devem ficar na conta dos açorianos que ganharam esse dinheiro com o seu trabalho. Porque se vamos só apoiar as empresas, e as famílias não tiverem rendimento disponível para consumir nos nossos serviços, para consumir bens nas nossas empresas, mais dia, menos dia, vão ter que fechar as portas, com os seus funcionários a ir para o desemprego, com todas as consequências económicas e sociais que isso terá para a Região.

E, portanto, a questão aqui não é que a medida é injusta porque é transversal. Ela é justa porque é transversal. Porque os funcionários públicos foram para casa com 100% de rendimento e os privados com 60%. Os funcionários públicos foram aumentados este ano e os do privado não foram. E ainda tiveram, os funcionários públicos da Região, a remuneração complementar

aumentada e os do privado não. E se nós queremos ajudar as famílias, com a baixa de impostos é única forma que nós temos de, de uma forma transversal, ajudar todos. Esta é a questão que está aqui em cima da mesa.

Se a Sra. Presidente me permitir, porque o Sr. Deputado Alonso Miguel queria saber quanto é que representava esta medida, e o Sr. Vice-Presidente disse que a proponente é que tinha que dizer, eu devo dizer que, consultando o Portal das Finanças, 2017, retirando o 1.º escalão e os dois últimos escalões, que são o 6.º e o 7.º, a tudo o que foi tributação de IRS eu apliquei-lhe 5%. É uma forma simples e grosseira de fazer, mas penso que não está tão incorreta quanto isso. E deu-me 5,8 milhões, aproximadamente 6 milhões. Portanto, não sei se os dados estão atualizados, que são os únicos que eu tenho, que são de 2017.

E penso que 6 milhões, para o Governo Regional, que está habituado a injetar 60 milhões em empresas falidas na Região, não deve ser nada que não possa fazer pelas famílias açorianas.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que esgotou o seu tempo.

Não sei se ainda há inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente... Há sim, senhora.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, para inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo.

**Presidente:** Muito bem. Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria alertar para o que acabou de se passar aqui. Eu lamento muito ter que dizer isso, mas a Sra. Deputada apresentou uma proposta sobre uma matéria que não conhece e que não sabe a proposta que apresentou, porque, ao contrário do que diz, o IRS é um imposto cujo cálculo da taxa de imposto é progressivo. Se baixar o 3.º escalão, as pessoas do último escalão, do escalão mais elevado, também beneficiam. A Sra. Deputada diz que não se aplica por exemplo aos Deputados porque estão no 6.º escalão. Ninguém está no 6.º escalão. Todos os rendimentos são tributados pelo valor do 1.º escalão à taxa do 1.º escalão, pelo valor do 2.º escalão à taxa do 2.º escalão e assim sucessivamente, ou seja, se baixar o imposto no 2.º ao 5.º escalão, beneficia todos os rendimentos mais elevados até ao mais elevado que exista, beneficia o 6.º e o 7.º escalão também, beneficia essencialmente quem mais ganha nessas componentes do seu vencimento.

Ó Sra. Deputada, não correspondeu à verdade, isso não acredito, ou demonstrou que não conhece como é calculado o apuramento da taxa de IRS. Esses escalões que a Sra. Deputada refere são os escalões em que, dentro desse intervalo de rendimento, é tributada essa taxa. E são cumulativos, ou seja, os valores mais elevados são tributados mais elevado. Portanto, não é verdade o que a Sra. Deputada disse, que por exemplo os Deputados não eram beneficiados porque, segundo o seu entendimento, estariam no 6.º escalão. Portanto, também são beneficiados nos seus rendimentos até 36856 euros. Quem ganha 100000 euros, os seus rendimentos até 36850 euros têm uma redução do seu imposto. Portanto, quanto maior for o rendimento, maior é o benefício que têm. E isso é socialmente injusto porque não beneficia a grande maioria da população e beneficia quem mais rendimento tem.



Portanto, a Sra. Deputada, ao fazer a sua intervenção anterior, demonstrou que não tem conhecimento de como é que se calcula a taxa de IRS, o apuramento do IRS para cada trabalhador. E, por isso, acredito que tenha apresentado uma proposta sem conhecer o impacto real dessa proposta.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma inscrição.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Bem, para apresentar a posição do PPM nesta matéria.

E dizer que as explicações aqui do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional nesta matéria foram convincentes.

Eu penso também que da parte da Sra. Deputada não era esse o efeito que pretendia atingir, mas ao longo da discussão eu penso que ficou claro que esta proposta vai, sobretudo, favorecer aqueles que têm rendimentos mais altos.

Ora, nas circunstâncias que estamos a viver, aprovar uma medida deste tipo, perante o enfraquecimento, a fragilidade de grandes setores da população nos Açores, neste momento e nas atuais circunstâncias, é uma medida errada. E, portanto, da parte do PPM, não podemos acompanhar esta iniciativa da Sra. Deputada.

Como ela explicou, a Sra. Deputada tinha um determinado objetivo político e social, mas, de facto, em termos de concretização prática, isso significa um benefício para as famílias com rendimentos mais altos. E nas circunstâncias que estamos a atravessar e que vamos atravessar no âmbito desta crise, em que se irão aprofundar dificuldades das famílias mais fragilizadas neste

momento, esta é uma medida que, do ponto de vista político e do ponto de vista até ético, não podemos de forma nenhuma apoiar.

O que se tem que fazer é precisamente o contrário, aqueles que neste momento têm mais rendimentos na sociedade açoriana têm que fazer um esforço maior para que esses rendimentos e esses apoios aos mais desfavorecidos e aos mais fragilizados possam chegar. E, portanto, o que tem que acontecer aqui é que têm que se tomar medidas exatamente no sentido inverso, ou seja, no sentido de beneficiar aqueles que menos têm e não aqueles que mais têm ou aqueles que neste momento ainda têm o suficiente para manter um bom nível de vida. O que é preciso é realmente projetar medidas para que se possa proteger todos e, fundamentalmente, nas presentes circunstâncias, os mais desfavorecidos.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, para inscrever o Sr. Deputado Alonso Miguel.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

**Presidente:** Obrigada.

Julgo não haver mais inscrições. Vou então dar a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas para agradecer os esclarecimentos que foram prestados pelo Sr. Vice-Presidente do Governo. Nós tínhamos, de facto, muitas dúvidas em relação a esta proposta que agora analisamos. E com estes

esclarecimentos ficamos convictos que esta proposta não conseguiria alcançar os objetivos a que se propunha. E, portanto, naturalmente, não poderemos acompanhá-la.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente aquela que foi a explicação do Sr. Vice-Presidente acerca desta proposta. Claro que ficou claro para toda a gente, e já era claro para nós, que, quando falamos em matéria de IRS, em primeiro lugar, falamos em imposto que incide sobre o trabalho e, em segundo lugar, é um imposto progressivo, é verdade.

Mas usando daquela que foi a lógica explicada aqui pelo Sr. Vice-Presidente, então, aquando do aumento do diferencial fiscal para o 1.º escalão, não só os beneficiários do 1.º escalão foram beneficiados, ou seja, aqueles que menos têm, mas também, por consequência e por arrasamento, todos os outros beneficiários de todos os outros escalões, inclusive aqueles que mais têm também foram beneficiados. E, nessa altura, isso não foi aludido, isso não foi questão.

Não sei porquê, neste momento, o que está a passar cá para fora para as pessoas que nos ouvem é que com esta proposta estamos a beneficiar não só aqueles que menos podem, devo aqui salientar que quem beneficia do 2.º e 3.º escalão não são propriamente milionários, não são propriamente pessoas que vivem na abundância, são pessoas, digamos, remediadas e que neste momento precisam de um apoio, neste caso o apoio seria uma redução em matéria fiscal, e, portanto, o que o Sr. Vice-Presidente pretendeu neste debate foi passar a ideia de que com esta proposta estaríamos também a beneficiar

todos os outros escalões e, aqui, nomeadamente, escalões de pessoas que ganham bem mais do que o médio do açoriano e de todos os açorianos e açorianas, o que, em parte, corresponde à verdade, mas também se fosse assim e tal como eu referi inicialmente, então, aquando do aumento do diferencial fiscal para o 1.º escalão, também assistiríamos ao mesmo efeito, e que de facto assistimos, também todos acabaram por ser beneficiados.

Com esta minha intervenção final o que pretendo fazer passar é que não podemos deixar que esta seja a mensagem que passe para todos os açorianos e açorianas, de que reduzir a carga fiscal sobre o trabalho é privilegiar quem mais pode.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Tem então a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\* **Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu queria só acrescentar aqui alguma informação porque é relevante e para que a decisão seja tomada com consciência dos números na sua totalidade. É verdade, e nisso o Sr. Vice-Presidente tem razão, que baixando os escalões mais baixos também beneficia, pelas regras do cálculo do IRS, os escalões mais elevados, neste caso o 6.º e o 7.º escalão. Mas também é preciso ter consciência do seguinte: acima da taxa de 36%, na Região dos Açores, num conjunto de 109 mil beneficiários ou famílias contribuintes, ou seja, em 109

mil só 1700, 1800 agregados, ou seja, menos de 2%, é que se situam nos dois últimos escalões. E, portanto, essa questão também é relevante, ou seja, ainda que possam beneficiar da baixa dos escalões inferiores de uma forma marginal, a verdade é que eles representam muito pouco. Significa isto o quê? Significa que a baixa de 5% ou o aumento de 5% num diferencial beneficia sobretudo quem está abaixo desses dois escalões. E, portanto, numa decisão imparcial, este dado é importante que fique bem claro, ou seja, não fique a ideia de que são mais beneficiados aqueles que têm mais rendimento, porque esses representam uma faixa muito, muito pequena, inferior a 2% no conjunto dos contribuintes de IRS na Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sim.

**Presidente:** Sra. Deputada Graça Silveira...

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Gostaria de fazer uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Para uma interpelação à Mesa, mas eu peço-lhe que fale num tom mais alto, porque eu, de facto...

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, permita uma inscrição. Peço desculpa meter-me aqui no meio.

**Presidente:** Sim, vou dar a palavra então... A inscrição é para si, Sr. Deputado José San-Bento?

**Deputado José San-Bento (PS):** É para o Sr. Deputado Carlos Silva.

**Presidente:** Para o Sr. Deputado Carlos Silva. Muito bem.

Sra. Deputada Graça Silveira, então, para uma interpelação, tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, uma vez que eu não tenho mais tempo e foi dito pelo Sr. Vice-Presidente que das minhas

palavras ou poderia intuir má-fé ou ignorância, que fizesse chegar à Mesa os cálculos com esta proposta, porque, claramente, no ponto resolutivo eu não estou falando de taxa de tributação. O Sr. Vice-Presidente disse que eu não sabia calcular os impostos sobre o trabalho, do rendimento, mas eu não estou a pedir uma alteração à taxa de tributação. Isto é importante que fique claro. Eu estou-lhe a pedir, à Mesa, que faça passar essa informação, clara, a todos, para sabermos...

Eu estou a pedir 5 pontos percentuais no diferencial fiscal, que é uma coisa bem diferente. E no meu ponto resolutivo diz que é apenas até ao 5.º escalão. Eu admito, não sendo especialista, que possa haver um efeito colateral de poder um escalão acima até ser afetado. Mas foi colocada essa questão diretamente ao Sr. Vice-Presidente: quanto é que esta medida representava e em que ponto é que as famílias açorianas eram afetadas.

**Presidente:** Sra. Deputada...

**A Oradora:** Pedi, é só isto, porque eu não estou a fazer aqui...

**Presidente:** Sim, mas, Sra. Deputada, só isto já foi toda uma intervenção no âmbito do debate.

**A Oradora:** Pedi para que o Sr. Vice-Presidente faça chegar à Mesa, em nome do que é correto, porque eu até tive o cuidado de dizer: como mais ninguém se vai inscrever e eu tendo pouco tempo... E, portanto, isto é uma leitura política, as pessoas virem acusar a Deputada Graça Silveira disto, daquilo e daquele outro, sabendo e já tendo eu dito em antecipação que ia esgotar o meu tempo.

Portanto, estamos todos no debate e somos todos sérios. Em nome da seriedade das acusações, se era por má-fé ou por ignorância, sendo o Sr. Vice-Presidente especialista nesse cálculo, que faça chegar à Mesa um cálculo certo, com os valores atuais do impacto que esta medida teria efetivamente nos impostos dos açorianos, ...

**Presidente:** Senhora...

**A Oradora:** ... para todos nós ficarmos esclarecidos com o nosso sentido de voto.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Fica registada a sua interpelação, mas, como deve calcular, esta interpelação extravasou aqui um pouco o seu âmbito. E ainda mais, porque, ainda se fosse para a Sra. Deputada fazer chegar à Mesa algum documento... Agora, eu não posso pedir em seu nome nenhum documento a mais ninguém. Por isso, acho que isso também tem que ficar claro.

Quanto aos tempos e quanto às intervenções, eu, ainda há pouco, noutra intervenção da parte da manhã, tive a oportunidade de dizer: a Mesa não pode obrigar ninguém a inscrever-se na altura que abre as inscrições, nem tão pouco pode impedir que se inscrevam quando assim o entendem. Portanto, a Sra. Deputada deve compreender que, mesmo tendo esgotado o seu tempo, todos os outros partidos podem continuar a intervir no debate as vezes que assim o entenderem.

Sr. Deputado Carlos Silva, estava inscrito. Tem a palavra, Sr. Deputado.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sim, faça favor.

**Presidente:** Eu peço desculpa. O Sr. Secretário Regional tinha-se inscrito para uma interpelação ou era para...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Eu pensava... Não, não, era para uma inscrição. Eu pensava que estávamos no fim de uma ronda. Já vi que não estamos. Portanto, depois do Sr. Deputado Carlos...

**Presidente:** Mas pode fazer a inscrição, porque eu assim já...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Pronto, para inscrever o Sr. Vice-Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada.

Assim já ficamos com esta inscrição também e evitamos cortar tanto tempo ao debate.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem então a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Silva** (*PS*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta última interpelação da Sra. Deputada Graça Silveira servir um propósito: ela acabou por assumir que a sua proposta está mal formulada. E, estando mal formulada, ela não cumpre a finalidade a que propõe. Ela não serve, de facto, para ajudar as famílias que foram mais prejudicadas. E é por isso que nós, Partido Socialista, entendemos que ela não é uma medida socialmente justa, porque não tem em conta o grau de afetação das famílias açorianas pela crise. E, por isso, não a podemos apoiar.

É verdade que é fácil e é agradável pedir para reduzir impostos, é uma medida popular, nós compreendemos porque é que a Sra. Deputada o fez, mas também é verdade que é uma medida irresponsável neste momento. Financeiramente, ela retiraria muitas verbas ao Governo dos Açores para fazer face às necessidades das famílias açorianas. Usando os números apresentados pela Sra. Deputada Graça Silveira, cerca de 6,6 milhões de euros, eu penso que será mais, mas, usando esses dados, aprovando esta medida, significaria que, por exemplo, se tivéssemos em conta a medida de antecipação da liquidez do mês de abril, com 6,4 milhões de euros nós apoiamos 10 mil postos de trabalho, com esta medida nós deixaríamos de



apoiar 10 mil postos de trabalho. Só para termos em conta a dimensão daquilo que é proposto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria esclarecer uma coisa e na minha intervenção fui muito claro. O que eu disse foi que não acreditava que fosse por má-fé que a Sra. Deputada apresentou essa proposta, foi, e eu disse-o, porque não conhecia, efetivamente (e tenho que reconhecer que não conhecia), como é que era calculada a taxa de IRS. E apenas atribuo a apresentação dessa proposta ao facto de não conhecer, como foi demonstrado aqui, como é que é calculado o IRS, porque a sua intenção era uma, mas o impacto da sua proposta é diferente. Não é questões de má-fé nem é nada disso, é apenas: a Sra. Deputada não conhece as regras de cálculo do IRS e, por isso, apresentou uma proposta parecendo que tinha um objetivo, quando o impacto real dessa proposta é completamente diferente desse objetivo.

Da mesma maneira que eu tenho muito cuidado em não falar de matérias que não conheço, também, Sra. Deputada, sobre essa matéria a Sra. Deputada apresentou uma proposta com base em pressupostos que estavam errados. E o pressuposto errado é que o IRS é um imposto progressivo. O apuramento da taxa de IRS de cada contribuinte não é feito com base no escalão. O rendimento de cada contribuinte é dividido consoante os escalões. É isto que estamos aqui a alterar. E a cada nível de rendimento é aplicada uma taxa diferente. Quanto maior for o rendimento, mais escalões abrange com taxas diferentes, o que quer dizer que uma pessoa que esteja no 7.º escalão paga uma parte dos seus rendimentos com uma taxa do 1.º escalão, uma parte dos

seus rendimentos com a taxa do 2.º, uma parte dos seus rendimentos com uma taxa do 3.º e assim sucessivamente até ao 7.º escalão. O que faz com que, quando baixamos o 2.º, 3.º, 4.º e 5.º, nos rendimentos dentro desses valores, de quem ganha um valor por exemplo superior a 80 mil euros que é aquele que é englobado no último escalão, vai ter uma redução de IRS nessa componente. É assim que é apurado o IRS.

E, por isso, ao contrário do que a Sra. Deputada disse, e disse aqui convictamente, eu lembro-me da frase, que isto não abrange os Deputados da Assembleia porque os Deputados da Assembleia estão no 6.º escalão, quem está no 6.º escalão é abrangido por esta redução de IRS nos seus rendimentos até aos 36856 euros, que é uma parte substancial neste caso concreto, quase a totalidade do rendimento.

E como a taxa é progressiva, a aplicação de 5% de desconto beneficia mais quem mais ganha, porque, quanto mais ganha, com a progressividade de escalões, há uma progressividade também da taxa. Por isso é que uma parte substancial da receita do IRS está nos escalões mais elevados, porque é aplicado quanto maior o rendimento, maior a taxa. Se se aplica um desconto de 5%, maior é o desconto. E abrange todos os trabalhadores. É só isso que eu queria deixar ficar aqui claro.

E dizer que não acredito de maneira nenhuma que tenha sido uma proposta de má-fé, não é isso que eu disse na primeira intervenção. Atribui a apresentação da proposta apenas ao facto de não conhecer a forma real de como é calculado o IRS. E acredito que queria que a sua proposta tivesse um determinado impacto, mas por não conhecer as regras de apuramento do IRS a sua proposta tinha um impacto completamente diferente daquele que apresentou.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado, para se inscrever?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sim.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Tem a palavra então, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu quero, também, um pouco, acompanhar também aquela que foi a apresentação feita agora por parte do Sr. Vice-Presidente. Ou seja, o que o Sr. Vice-Presidente acabou de dizer é que não atribui à Sra. Deputada um princípio de má-fé em relação à proposta. O que considerou é que ela não calculou o impacto real que a sua proposta teria, nomeadamente em relação a quem tem rendimentos mais altos.

Mas eu considero que também o Sr. Vice-Presidente, já que adotou, digamos assim, uma perspetiva tão pedagógica, já agora também deveria aqui transmitir, de acordo com os cálculos que com certeza fez para analisar a proposta, também qual seria o seu impacto, ou seja, qual é o conjunto, qual seria a redução da receita fiscal que afetaria a Região. Ou seja, essa é uma informação que foi solicitada. É evidente que a proponente já avançou com um número em relação a esta questão, mas esse argumento foi utilizado, nomeadamente pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para dizer que isso significaria uma quebra de rendimento muito significativo e, um pouco demagogicamente, disse que isso afetaria por exemplo os apoios que estão concebidos para um grande número de trabalhadores. Ora, utilizando este tipo de argumentos, eu penso que é exigível então que se possa, de facto, quantificar qual seria a quebra da receita que estamos a falar, já que o debate acabou por ter esta perspetiva tão pedagógica.

E, portanto, eu solicito ao Sr. Vice-Presidente, de acordo com os cálculos que o Sr. Vice-Presidente terá feito, qual seria o impacto desta medida.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Gostaria de inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo.

**Presidente:** Eu aproveito para informar que o PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Vice-Presidente, tem agora a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Muito obrigado.

Eu vou responder à solicitação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, se bem que eu acho que quem deve quantificar as propostas são os proponentes. Mas, de acordo com as contas que o Governo fez, o impacto orçamental dessa proposta seriam 8 milhões de euros.

Mas a questão não está nos 8 milhões de euros, a questão está na injustiça da sua distribuição, porque 89% dessa redução fiscal de 8 milhões de euros seria para beneficiar 20% das famílias com mais rendimentos nos Açores, ou seja, 89% daquilo que seria o benefício seria para 20% das famílias que têm mais rendimentos na Região.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

**Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente...

**Presidente:** Sra. Deputada Graça Silveira...

**Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Sra. Deputada, eu vou-lhe dar a palavra, mas alguma coisa que passe da interpelação tenho que lha retirar imediatamente. Tem a palavra, Sra. Deputada, para uma interpelação.

(\*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Era só para informar a Mesa de que, efetivamente, no primeiro escalão estão 68% das famílias. Portanto, é normal que seja só 30%.

**Presidente:** Sra. Deputada, vamos lá ver uma coisa: nós estamos a trabalhar em situações muito excecionais, como a senhora sabe. À Mesa é difícil gerir quando à nossa frente temos um ecrã de televisão e não as Sras. e os Srs. Deputados. Por isso, eu apelo a todos que o uso das figuras regimentais seja utilizado dentro de alguma lisura para que eu também não tenha que estar constantemente a chamar-vos à atenção.

Muito bem. Eu penso que não há mais inscrições.

Vamos passar à votação da iniciativa:

Francisco César.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, ouve-me bem?

**Presidente:** Muito bem.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Ainda bem. O meu voto é contra.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues** (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira** (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves** (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva** (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Eu não ouvi, Sr. Deputado. Peço desculpa. Peço-lhe que repita.

**Deputado Carlos Silva** (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra. Obrigado.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia** (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, contra.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** O meu voto é contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa. Elisa Sousa.

Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.



**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís. O meu voto é contra.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

Mónica Seidi.

Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação, tem a palavra.

**Secretário:** Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do Partido Socialista, 2 votos contra do CDS-PP e 1 do PPM; 16 votos a favor do PSD, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 da Sra. Deputada independente; e não teve abstenções.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto 6 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 223/XI – “Sistema de incentivos à inovação produtiva no contexto da COVID-19”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar nesta figura regimental.

E para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A presente iniciativa tem como objetivo a criação de um sistema de incentivos à inovação produtiva no contexto da COVID-19.

No sentido de contribuir para o combate aos efeitos negativos na economia, da COVID, mas igualmente para criar alternativas económicas complementares que possam estimular a atividade empresarial, afigura-se essencial adaptar o atual sistema de incentivos ao investimento privado para que inclua um conjunto de incentivos relevantes e excecionais destinados à inovação produtiva decorrente da COVID-19. Terá como objetivo específico facilitar a investigação e desenvolvimento de capacidades adicionais para a produção de produtos necessários no atual contexto.

Os novos investimentos a incluir no sistema destinar-se-ão à inovação e instalação ou aumento da capacidade de produção de bens, como: dispositivos médicos, vestuário e equipamento de proteção individual, instrumentos de diagnóstico e matérias primas necessárias, desinfetantes e seus produtos intermédios, substâncias químicas básicas necessárias para a sua produção, ferramentas de recolha e processamento de dados e ainda outros que a indústria local possa considerar possíveis e economicamente viáveis.

Face à crise que atravessamos, com impactos negativos em todos os setores económicos, importa procurar todas as alternativas que possam contribuir para a minimização dos seus efeitos. A pequena dimensão da nossa economia e a importância da sua diversificação justificam essa necessidade, bem como pelo facto de o investimento ser uma condição básica para minimizar a recessão económica.

A nível nacional, foi aprovada, pelo Ministro do Planeamento, a Portaria n.º 95/2020, em 18 de abril, que cria um sistema de incentivos sobre esta mesma matéria e respetivo regulamento, cujos apoios excecionais não reembolsáveis poderão chegar até 95%.

Assim, propomos que este Parlamento recomende ao Governo dos Açores que proceda à alteração do Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir +), de forma a que passe a incluir incentivos excecionais aos investimentos em inovação e instalação ou aumento de capacidade produtiva de bens necessários ao combate e proteção da COVID-19.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado.

**Deputado Francisco César (PS):** Gostava de inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, para uma inscrição. Alonso Miguel.

**Presidente:** Sr. Deputado Alonso Miguel. Obrigada.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, gostaria de me inscrever.  
António Lima.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista encara todas as suas propostas com rigor e sempre com a abertura de procurar consensos e de conseguir assim as melhores propostas para os açorianos e para as empresas açorianas. É neste sentido que nós analisamos esta proposta como um contributo que pode ser válido e que merece a nossa atenção. Por isso, lançamos ao Partido Social Democrata o repto de, em conjunto com o Partido Socialista, conseguirmos articular uma proposta que seja equilibrada e exequível, não nos termos como foi apresentado, mas, por exemplo, considerando uma majoração excecional de 10 pontos percentuais ao atual Subsistema à Inovação, que já existe, que é do conhecimento público, e que possamos, de facto, contribuir para melhorar e que seja mais apelativo para as empresas açorianas.

Por isso, deixamos aqui em aberto esta proposta do Partido Socialista para o diálogo, para a procura de consensos, mas, sobretudo, para garantir que esta torna-se uma proposta exequível e equilibrada.

Muito obrigado. Ficamos a aguardar pela resposta.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do que acontecia ontem num Projeto de Resolução que nós discutimos, também do PSD, no qual se pretendia a atribuição de uma

majoração para todos os apoios previstos no âmbito do Competir +, nos seus diversos subsistemas de incentivos e que, como tive oportunidade de dizer, no entender do CDS, se tratava de uma medida cega e pouco criteriosa, neste caso o que está em causa é uma proposta de atribuição de incentivos excecionais direcionados concretamente num setor, nomeadamente para investimentos a realizar no setor da inovação e produção de materiais indispensáveis ao combate à pandemia da COVID-19.

No entanto, esta, também, no fundo, acaba por ser uma iniciativa que representa um pouco uma faca de dois gumes, contendo aspetos positivos e negativos, restando, por isso, pesar e avaliar qual deles é que pesa mais. Se por um lado, havendo lacunas em relação à disponibilidade deste tipo de materiais, como equipamentos de proteção individual, desinfetantes, equipamentos médicos, nós podemos olhar para esta iniciativa como uma aposta num setor estratégico para a Região, que permitiria uma redução da nossa dependência externa e minimizar as sujeições às variações de mercado, que, como nós sabemos, em caso de escassez, dita muitas vezes o aumento drástico dos preços e, por essa via, justificar-se-ia a atribuição de benefícios excecionais para as empresas que decidam fazer investimentos na produção desses materiais e até, sobretudo, devido ao elevado grau de incerteza em relação a esta pandemia e à sua evolução e em relação à possibilidade até de novas vagas de infeção e quando também estaremos seguramente durante mais algum tempo sem um tratamento eficaz e sem um vacina, por outro lado e olhando por outro prisma, tendo em conta a carência deste tipo de materiais e de equipamentos a nível global e atendendo aos níveis de procura...

Sra. Presidente, há alguém que tem o microfone ligado, que está aqui a fazer alguma interferência. Pedia, se fosse possível...

**Presidente:** Penso que já não está, Sr. Deputado. Pode continuar.

**O Orador:** Muito obrigado.

Dizia que, olhando por outro prisma e tendo em conta a carência que existe desse tipo de materiais e de equipamentos a nível global e que a procura verificada foi muita um pouco por todo o mundo, então este terá sido um dos poucos setores que, seguramente, não só não terá sido afetado pela pandemia, como também terá registado um crescimento significativo. E, por esta via, torna-se difícil explicar a atribuição de benefícios excecionais, no âmbito e no contexto da COVID-19, para empresas que decidam fazer investimentos num setor quando o risco em relação ao investimento nessa área não só não terá aumentado pelos efeitos da pandemia, como certamente terá diminuído. E é este o dilema e é isto que temos que pesar o que é que neste caso conta mais.

Com a substituição integral que o PSD apresentou a este Projeto de Resolução, acabou por esclarecer um pouco melhor o que é que entendia por incentivos excecionais, mas, muito sinceramente, não nos parece que essa alteração tenha dado um grande contributo para que este Projeto de Resolução pudesse ser aprovado, uma vez que, nos termos em que foi apresentado, acabou por introduzir alguma rigidez à medida, ainda por cima fixando percentagens de comparticipação bastante elevadas, o que, olhando pelo tal prisma de este ser um setor que não foi afetado, antes pelo contrário, aumenta ainda mais a dificuldade em justificar uma aprovação deste apoio que agora é proposto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD tem como objetivo a criação de incentivos excepcionais ao investimento em inovação e instalação de capacidade produtiva de bens necessários ao combate à COVID-19.

O objetivo parece-nos positivo. É importante que a Região tenha efetivamente alguma capacidade de produção nesta área, como em outras, mas, efetivamente, nesta área em particular neste momento. E que essa produção tenha, obviamente, também ela qualidade e consiga cumprir com aqueles que são também os requisitos legais e que são os padrões também da indústria de produção destes equipamentos, que têm, como é obvio, de ser bastante rigorosos.

Parece-nos que aqui o mais importante, efetivamente, é existir e passar a existir alguma produção. A procura existe, mas a capacidade também das empresas açorianas de entrar nesta produção não será, em muitos casos, idêntica à capacidade da demais indústria nacional, para não falar da internacional. E, por isso, parece-nos que, de forma a permitir o arranque de alguns projetos, essa majoração, de forma temporária, como é proposto, obviamente, pela proposta de substituição integral do PSD, parece-nos adequada, independentemente de existirem ou não ainda alterações à proposta que estamos a discutir.

Posto isto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente a presente iniciativa, porque, efetivamente, não vemos qualquer problema, antes pelo contrário, em dar este contributo ao arranque de projetos numa área que não é propriamente aquela em que a Região tem a sua capacidade, tem produção por tradição, não é uma área onde haja propriamente produção nos Açores. E, por isso mesmo, esse contributo para o início parece-nos importante na fase em que vivemos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Agradeço que se inscrevam para participação no debate.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Senhora...

**Presidente:** Sr. Secretário...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Gostaria de inscrever o Sr. Vice-Presidente. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Obrigado, Sra. Presidente.

Eu aproveito a ocasião, porque ontem por questões técnicas não consegui falar no diploma sobre a alteração dos sistemas de incentivos, para dar nota, porque estou aqui a ver algumas intervenções e é preciso ficar claro aquilo que é um enquadramento da regulamentação comunitária que está no âmbito dos sistemas de incentivos. E, ao contrário do que foi dito por um Sr. Deputado ontem... hoje, aliás, onde disse que já lá ia essa regulamentação comunitária, não é verdade, a regulamentação comunitária de auxílio de Estado mantém-se em vigor nos mesmos termos que era a anterior. E pela experiência que nós temos de vários apoios que já atribuímos, a Comissão Europeia é extremamente rigorosa na análise de todas essas matérias. E, por isso, não há, nessa matéria, qualquer alteração nas limitações impostas pela Comissão Europeia. E, por isso, qualquer alteração no sistema de incentivos tem que se reger, se quisermos ser responsáveis e exequíveis as propostas, obrigatoriamente pelas normas que estão definidas.



E as normas são duas, o nosso sistema de incentivos foi desenhado e aprovado pela Comissão Europeia no âmbito de dois princípios: há subsistemas que são feitos no âmbito do Regulamento Comunitário n.º 1407/2013, que é chamado e conhecido como a regra *de minimis* e que define regras objetivas que não podem ser violadas, nesse âmbito; e outros sistemas que implicaram uma modificação prévia e negociação prévia pela Comissão Europeia, no âmbito do mapa nacional para financiamento de auxílios de Estado e, nomeadamente, a definição da taxa máxima de apoio em termos de equivalência de subvenção bruta (é assim tecnicamente que se chama). Ou seja, não podemos alterar as taxas dos subsistemas que estejam no âmbito deste mapa nacional aprovado pela Comissão Europeia sem prévia autorização e negociação com a Comissão Europeia. Podemos fazê-lo com mera notificação nos subsistemas que estão abrangidos pelo Regulamento n.º 1407, que é o regulamento da regra *de minimis*. A esse só implica a informação à Comissão e dizer que o mesmo abrange as regras *de minimis*. Portanto, do ponto de vista operacional, só é possível alterar aquilo que estiver dentro desse regulamento. E o que é esse regulamento? Esse regulamento define que esses subsistemas de apoios têm como regra o limite máximo de apoio de investimento elegível de 300 mil euros para uma participação de 200 mil, ou seja, 66,6% de taxa de participação para um investimento de 300 mil, podendo ser ajustado o valor da taxa de participação para investimentos se forem inferiores a isso. E nunca a subvenção equivalente bruta, ou seja, o auxílio de Estado, nunca pode ser superior a esse montante dos 200 mil euros. É esse o quadro regulador que tem.

A proposta que aqui é trazida é uma proposta, uma iniciativa que foi já apresentada por uma Câmara do Comércio no âmbito de um grupo de

trabalho que temos. Foi-lhes explicado porque é que não podia ser de uma maneira e concordaram.

E, por isso, o Governo tem como posição: é importante haver incentivos com este quadro de enquadramento.

Por um lado, esses incentivos já estão... Daí a troca. Há uma coincidência aqui. Nós comunicamos à Câmara do Comércio porque é que uma proposta não podia ser e como é que podia ser. Curiosamente, entretanto, dessa comunicação, a proposta do PSD, que não podia ser da outra forma, agora já pode ser, porque, efetivamente, já está no âmbito do Subsistema de Qualificação e Inovação previsto a elegibilidade desse tipo de despesa. Daí, o PSD trocou completamente a proposta, coincidentemente depois dessa reunião, em que passa para a majoração e não para a criação desse tipo de apoio, que é a diferença entre a proposta anterior do PSD e esta, porque esse apoio já é previsto nesse subsistema, aliás, como nessa reunião nós comunicamos.

E, por isso, a nossa disponibilidade total para aprovar uma proposta e para fazer uma proposta. E penso que o Governo acompanhará a execução dessa resolução, que correspondia àquilo que o Governo já estava a pensar fazer e a preparar fazer no âmbito desse grupo de trabalho.

Mas, não é necessário mudar o Subsistema de Incentivos, ele já existe. O que é necessário fazer neste contexto é apenas ajustar as taxas de comparticipação, na nossa opinião, porque, também, essas taxas correspondem a um programa de apoio nacional que foi criado e que teve um mau resultado da forma como foi feito, porque se esgotou imediatamente porque tinha taxas de comparticipação muito elevadas.

E, no fundo, o resumo do nosso contributo é: se quisermos incluir, como é aqui proposto, no Subsistema de Qualificação e Inovação, tem que cumprir

obrigatoriamente as regras do Regulamento n.º 1407/2013 da Comissão Europeia para poder ser incorporado.

Segundo, o mesmo deve ter esse objetivo de integração nesse subsistema e, por essa via, é passível e deve ser ajustado em termos de taxas de comparticipação, para evitar que seja criado um sistema à parte, não no âmbito do Subsistema de Incentivos e que não resulte naquilo que resultou o nacional. Como as taxas eram praticamente 100%, toda a gente se candidatou e a dotação que estava disponível ficou esgotada, sendo que muitas empresas queriam-se candidatar a esse sistema e não se conseguiram candidatar por esgotamento das dotações.

E era esse o contributo que gostaria de deixar ficar.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Inscrevo o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Penso que, para já, não. Então tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é intenção voltar à discussão de ontem, mas aquilo que constava da nossa iniciativa não fixava uma data exata para que isso fosse feito e também pressupõe, naturalmente, como qualquer iniciativa nessa matéria, que toda a regulamentação comunitária e as próprias políticas comunitárias em matéria de incentivos ao investimento, naturalmente, sofrerão algumas alterações. De outra maneira não seria expectável.

Mas voltando aqui à iniciativa de hoje, esta questão, e já agora para que se dê algum enquadramento, de facto...

Mas só mais um esclarecimento: nós não tivemos contacto com a Câmara do Comércio, desta reunião que o Sr. Vice-Presidente disse. E, portanto, a alteração que fizemos resulta basicamente do seguinte: de facto, no Competir + há dois subsistemas que supostamente poderiam ter enquadramento em projetos que tivessem a ver com o COVID-19. O primeiro é o da Inovação, como falou, que é o Decreto Regulamentar n.º 16/2014; mas também o Subsistema da Base de Exportação, também, eventualmente, não na parte do turismo, mas na primeira alínea, eventualmente, poderia ter enquadramento para alguns projetos em produtos que são descritos aqui na nossa iniciativa. É evidente que faz mais sentido que seja através do Subsistema de Incentivos para a Qualificação e Inovação, mas nós, de facto, não sabemos exatamente qual é que tem sido a política do Governo, ou qual seria, nessa matéria.

A nível nacional, de facto, com base no Decreto-Lei n.º 6/2015, e pelas competências próprias e pela Orgânica do Governo da República, o próprio Ministro do Planeamento que teve competências próprias para a elaboração de uma Portaria que cria esse subsistema ou esse sistema de incentivos específico para a COVID-19 e que tem enquadramento nas alterações europeias, e que nesta própria Portaria fixa o regulamento em que estão as matérias, as despesas elegíveis, as participações, portanto, há um conjunto desenvolvido que, na prática, configura quase um subsistema especificamente para a COVID-19.

Qual é a forma legal em função das competências da Região, em função daquilo que tem sido a prática do ponto de vista do direito comunitário? Reconheço que nós não sabemos. E com certeza que o Governo, com a experiência que tem e com os apoios que tem, encontrará seguramente o caminho mais adequado.

Também, desde já, claro que estamos abertos a uma substituição integral, numa solução que possa servir as empresas açorianas. E, portanto, aí, a nossa abertura é total. Enfim, a única reserva aqui é que temos que olhar para as taxas nacionais, para aquilo que consta na Portaria nacional, para que não se crie uma situação, não digo que seja exatamente igual àquilo que é proporcionado às empresas nacionais, mas que haja aqui uma aproximação àquilo que, nas mesmas situações, sejam os incentivos às empresas nacionais.

Quanto a uma questão que colocou o Sr. Deputado Alonso Miguel, a verdade é que estamos a falar aqui não propriamente de beneficiar empresas que já estão neste setor e têm produzido. Cria-se aqui, sobretudo, capacidades adicionais, sobretudo, no sentido, primeiro, de criar alternativas a importações e substituição a importações e, simultaneamente, também criar alguma autonomia do ponto de vista da produção destes bens, no pressuposto de que a pandemia, embora caminhe num sentido favorável, mas temos que ter precaução e não sabemos o que é que será o dia de amanhã, o que é que será o surto de inverno. E, portanto, faz todo o sentido que se crie alguma capacidade adicional.

E também me parece que os investimentos para aquilo que são os produtos que aparentemente haverá capacidade de produção local não sejam investimentos em capital muito significativos. Eventualmente, há indústrias ou pequenas indústrias na Região que, com pequenos investimentos em equipamentos, em software e nalguma importação de tecnologia, possam, sem grandes investimentos, criar essa capacidade.

Por outro lado, também, há aqui um risco de que o mercado para esses produtos regionais pode perdurar no tempo, muito tempo, pouco tempo, ou até pode não acontecer e, portanto, daí a necessidade de incentivos excepcionais e significativos, porque, na prática, acabam por premiar o risco

dos investidores. Aliás, como qualquer incentivo, tem a natureza não de viabilizar os investimentos, mas de premiar o risco que correm os investidores.

E, portanto, nesse assunto fico satisfeito, ou ficamos todos satisfeitos, no sentido de que isto pode beneficiar a indústria e empresários regionais, em rever e articular com o Partido Socialista a substituição integral. E, portanto, a decisão da direção do Grupo Parlamentar é aceitar o desafio e, portanto, seguiremos agora essa negociação.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Francisco César (PS):** Ó Sra. Presidente, uma interpelação.

**Presidente:** Sr. Deputado, tem a palavra para uma interpelação.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Eu fiquei um pouco confuso, eu não percebi se o Sr. Deputado chegou a pedir um intervalo regimental para que possa alterar a proposta.

**Presidente:** Não pediu. E eu, aliás, antes de lhe dar a palavra, ia exatamente perguntar ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros, porque, como falou de que iria ser consensualizada uma proposta de substituição integral, e não tendo existido nenhum pedido de inscrição, o que eu ia perguntar agora exatamente era isso. É que, não havendo inscrições e se há intenção de haver algum tipo de consensualização, terá que ser feito agora um pedido de intervalo regimental ao abrigo do nosso regime excecional, porque, senão, caso contrário, temos que continuar os trabalhos. Portanto, não sei qual é...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Era precisamente isso. A Sra. Presidente antecipou-se. Portanto, eu iria solicitar, ao abrigo do regimento excecional que rege esta forma, com prazer, de reunir, 30 minutos para

podermos, na verdade, consensualizar a proposta e fazê-la de novo entrar sob a forma de uma substituição integral da iniciativa.

**Presidente:** Sr. Deputado, sim, está registado e naturalmente que tem que ser concedido porque faz parte do nosso regime. No entanto, pergunto se 15 minutos será o suficiente para fazer essa consensualização e alteração. Vou-lhe dizer porquê. Poderei conceder 30, mas, efetivamente, o que está no nosso regime é que seja 15. Mas se não for possível 15, pois, concederei mais tempo.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Não, Sra. Presidente, penso que 15 minutos chegará. E faremos todo o esforço para que, se não for 15, sejam 18. Tão depressa quanto possível.

**Presidente:** Eu agradeço então a vossa tolerância. O que vos peço...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, penso que é para uma interpelação.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Se for preciso mais tempo, da parte do PPM estamos disponíveis para pedir também um intervalo regimental.

**Presidente:** Obrigada pela sua disponibilidade. Mas aquilo que eu ia sugerir ao Sr. Deputado Luís Maurício e penso que é fácil nós conseguirmos consensualizar isto, é: está concedido um intervalo regimental de 15 minutos. Se por qualquer motivo for necessário mais tempo, é uma questão de entrarem em contacto comigo e nós fazemos adiar o tempo de regresso aos trabalhos, porque, ao fim e ao cabo, sem essa consensualização também não vamos conseguir continuar os nossos trabalhos.

Portanto, vamos regressar, para já, às 16h15.

*Eram 15 horas e 56 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade ao debate no âmbito do ponto 6.

*Eram 16 horas e 24 minutos.*

Alerto que esta substituição integral da iniciativa, que já tinha sido alvo de uma substituição integral, já foi distribuída por todos. Portanto, o debate incidirá a partir da matéria que consta na iniciativa agora redigida e entregue. E também será esta nova Resolução que será votada no final do debate.

Para já, a Mesa não tem inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Para uma inscrição também, Sra. Presidente. Alonso Miguel.

**Presidente:** Alonso Miguel.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver para já. Tem então a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós aceitamos as alterações e a substituição integral. Penso que é uma boa medida, ainda que, dentro dos constrangimentos que se impunham do ponto de vista legal, a nível nacional, supostamente, poderá ser ainda para as empresas nacionais ligeiramente mais vantajosa. Mas, de qualquer maneira, o que é importante é que os empresários da Região consigam ter um sistema majorado que permita, no contexto e naquilo que é o objetivo da nossa



iniciativa, potenciar em alguns investimentos, que serão seguramente importantes.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, esta solução de consensualização que foi encontrada agora permite dirimir uma das principais objeções que nós tínhamos levantado na minha primeira intervenção, que tinha que ver com a substituição integral que tinha sido apresentada e que, enfim, tinha trazido alguma rigidez excessiva à proposta em relação àquilo que havia inicialmente, ainda por cima com a fixação de percentagens de comparticipação que eram bastante elevadas, tal como eu tive oportunidade de dizer, e que, enfim, levavam à tal possibilidade de incumprimento com a regulamentação comunitária. Havendo esta substituição, esta questão fica ultrapassada. Parece-nos bem.

Também devo dizer, e agradecendo os esclarecimentos que foram prestados pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros, que, com os esclarecimentos que nos trouxe, me parece mais simples enquadrar a forma como nós olhamos para este diploma naquele prisma que falei inicialmente, que era da ausência e da lacuna que existia neste tipo de materiais e que, havendo, enfim, um incentivo extraordinário para a produção destes materiais, levaria com que a Região, enfim, tivesse que fazer um investimento mais estratégico e que possibilitasse que ficássemos menos dependentes da existência desses materiais e dependentes de um fornecimento externo e também que ficássemos menos dependentes das flutuações de mercado derivadas da escassez.

E, portanto, julgamos que com essa solução esta iniciativa fica mais equilibrada. E, enfim, foi um passo importante no nosso entender.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma inscrição da parte do PPM.

**Presidente:** Paulo Estêvão. Penso que o Sr. Deputado Francisco César também queria inscrever, não era?

**Deputado Francisco César (PS):** Queria inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva.

**Presidente:** Muito obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Graça Silveira.

**Presidente:** Graça Silveira.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Queria-me inscrever, João Corvelo, se faz favor.

**Presidente:** Ah, peço desculpa. Então ainda está inscrito nesta ronda, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem então agora a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para referenciar que, de facto, esta iniciativa do PSD é uma iniciativa que tem muita racionalidade e que, de facto, tem uma perspetiva estratégica evidente, que é de permitir, de facto, que a Região ganhe maior autonomia

em relação ao fornecimento deste conjunto de materiais que são necessários no âmbito do combate à pandemia.

Esta é, aliás, uma perspetiva que tem vindo a ser desenvolvida em toda a Europa. A Europa apercebeu-se que o sistema produtivo europeu estava demasiado dependente, extraordinariamente dependente. E ficamos todos imensamente surpreendidos com a dependência da União Europeia, e não só, também dos próprios Estados Unidos, em relação à China, em relação à produção de todos estes materiais. E, portanto, o que nos apercebemos é que a Europa, um pouco irracionalmente, estava absolutamente dependente do fornecimento chinês em muitos desses materiais. E, de facto, numa situação de crise, obviamente, o que aconteceu é que ficamos à mercê de um conjunto de procedimentos claramente especulativos e também com um fornecimento que não chegou porque a China tinha as suas próprias necessidades.

E, por isso, é obvio que isto é o tipo de resposta que tem que ser dada em toda a Europa e também nos Açores, à nossa escala, incentivando, criando as condições para que este investimento seja feito e para que se ganhe maior autonomia.

Isto é uma lição também para o futuro, não só neste caso que é um caso que nós podemos localizar do ponto de vista daqueles que são os materiais necessários para combater a pandemia, mas no conjunto da economia europeia, portuguesa e açoriana temos um grande grau de dependência em relação a um conjunto de produtos que nós podíamos produzir e que devíamos produzir, exatamente para não termos essa dependência face ao exterior e para que o fornecimento seja um fornecimento que possa, de facto, responder imediatamente às necessidades. E, nesse sentido, é uma perspetiva estratégica muito positiva.

Há aqui um avanço significativo. É preciso também realçar o papel construtivo que o Partido Socialista teve nesta matéria, que foi, de facto,

tentar enquadrar a proposta naquilo que é possível fazer e dentro do âmbito do que a legislação estabelece, para que ela tenha um sentido prático. E, nesse sentido, eu, desde já, também valorizo a postura do Partido Socialista neste caso específico e nesta matéria de forma específica. E, por isso, obviamente, nós associamo-nos àquela que é a proposta consensual que foi criada e, portanto, o PPM, obviamente, votará favoravelmente, porque valorizamos o sentido estratégico da mesma, consideramos que é necessário para nos dar autonomia, para termos a oportunidade e de não estarmos dependentes em relação ao fornecimentos destes materiais, para que também se possa desta forma recuperar economicamente a Região. É mais um dos fatores. Nós temos que avançar nesta medida e também porque ela tem um sentido prático, agora através deste acordo, em relação à elaboração mais precisa, mais contextualizada da proposta, também ela tem um sentido prático muito grande. E, portanto, valorizo também aquilo que foi o contributo do Partido Socialista nesta matéria. Portanto, votamos favoravelmente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Partido Socialista fica satisfeito pela aproximação do PSD e por ter ido ao encontro das nossas pretensões, porque, desde a primeira hora, o nosso objetivo era contribuir para incentivar a inovação, para aumentar a capacidade produtiva das empresas. E creio que com essa proposta nós estamos a contribuir para a solução. E esta tem sido a nossa postura desde o início, procurando a abertura ao consenso, ao diálogo, mas sempre com responsabilidade e respeitando aqueles que são os limites legais. Foi isso que

procuramos fazer e estamos sempre abertos para boas propostas, sempre com o objetivo de ajudar as empresas açorianas e as famílias açorianas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Bom, dizer que esta iniciativa tem todo o mérito, porque, independentemente do material de proteção, nomeadamente máscaras e muitas outras coisas que a Região tem toda a vantagem em se tornar autossuficiente, existe efetivamente toda uma área de inovação que nós podemos aproveitar, nomeadamente na área dos acrílicos de proteção individual em espaços de cabeleireiros, de estética, de restaurantes. Inclusivamente, vamos ter que encontrar novos mecanismos de desinfeção de calçado à entrada e à saída de espaços comerciais, como já acontece em todo o lado, inclusivamente na pré-escola. E, portanto, penso que esta iniciativa tem todo o mérito e é muito oportuna.

E não posso deixar de registar a atitude altruísta e pedagógica do Sr. Vice-Presidente, que faz questão de nos tornar, sistematicamente, enquanto deputados, em meros aprendizes de matéria fiscal, pelo menos neste caso tenha serviço para aprovar a iniciativa do PSD.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(\*) **Deputado João Corvelo** (*PCP*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para concluir, da parte da Representação Parlamentar do PCP, devido à alteração que foi efetuada na Proposta de Resolução, consideramos que ficou

melhor com a alteração feita. E, por isso mesmo, a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta Proposta de Resolução apresentada pelo PSD.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscreveria o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, por favor.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver para já. Tem então a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalizando, mostramos satisfação pelo consenso a que se chegou nesta iniciativa, não só do Partido Socialista, mas também da restante oposição.

Nós terminamos com esta que foi a quarta proposta apresentada neste Plenário em termos de medidas de apoio à economia. Infelizmente, as primeiras três não mereceram aprovação, independentemente das razões. Não estamos convencidos que elas não tenham mérito, achamos que têm e correspondem a necessidades da economia regional. O que esperamos é que, mesmo que tenham sido inviabilizadas, seja possível que o Governo, nos próximos tempos, possa retomar algumas das medidas que lá estavam contempladas, sobre outra forma, noutra enquadramento, naquele que entenda necessário, mas que, de facto, reflita sobre aquilo que eram as iniciativas e que aproveite muito do que nós pensamos que é essencial, a bem dos Açores e a bem das empresas açorianas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução:

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.



**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Maurício. Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, eu voto também a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Corvelo.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís. O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

**Secretário:** Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 223/XI foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário da Mesa.

Vamos avançar com os nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto 7 da nossa agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XI – “Revê o complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (COMPAMID)”**, apresentado pelo Grupo parlamentar do Bloco de Esquerda.

Os tempos para o debate desta iniciativa são os seguintes: o Governo Regional, o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda dispõem de 20 minutos; o PSD, 15 minutos; o CDS, 11 minutos; o PCP e o PPM, 7 minutos; e a Sra. Deputada independente, 2 minutos.

Para a apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos (COMPAMID) é reconhecidamente um instrumento de carácter social capaz de atenuar os efeitos do usufruto de pensões de valor reduzido, ao apoiar a aquisição de medicamentos.

O COMPAMID tem sido objeto de alterações desde a sua criação. Algumas dessas alterações visaram, certamente, o alargamento do âmbito dos destinatários, como foi o caso da inclusão de pessoas inválidas – independentemente da idade – com pensões ou prestações sociais de valor reduzido. Assim, por conseguinte, casos como os doentes de Alzheimer e Machado-Joseph passaram a estar cobertos também pelo COMPAMID, sem que tivessem de ter mais de 65 anos de idade.

A nossa pretensão é tão pura e simplesmente dispensar os beneficiários de qualquer pagamento antecipado dependente de perceção de reembolso.

Esta nossa pretensão ainda faz mais sentido nos tempos que correm em que os constrangimentos nos orçamentos familiares são maiores, e se antes desta pandemia já era difícil, para os beneficiários, adiantar o dinheiro para a aquisição dos medicamentos, agora ainda mais difícil será.

Todos sabemos que a tecnologia para cumprir esse desiderato existe e não é, certamente, inovadora.

Não será inexecutável ou até mesmo difícil substituir as atuais cadernetas por cartões eletrónicos que garantam um pagamento ao balcão da farmácia com dispensa de posterior reembolso.

Entregámos uma primeira proposta que previa a emissão de cartões bancários pré-pagos, sem que tal resultasse, necessariamente, numa desburocratização e desmaterialização de todo o processo, até porque o beneficiário continuaria a ter de fazer prova de reunir os critérios, nomeadamente da tipologia de medicamentos apoiados nos Serviços de Segurança Social dos Açores.

Aproveitámos para atualizar o estatuto deste sistema, tido como um complemento de pensão. Um estatuto que nunca teve qualquer sustentação, pois se assim for o seu usufruto nunca poderá ficar dependente da realização de uma despesa e posterior ressarcimento por reembolso. Essa foi, aliás, a razão para termos alterado a sua designação para APAMID, por forma a ser condizente com o seu novo estatuto de apoio social.

Ao recebermos, em sede de comissão, os vários pareceres relativos à nossa proposta, deparamo-nos com um parecer de grande utilidade para cumprir o nosso principal objetivo e até ir mais além e dar resposta a muitas das questões e problemas levantados pelos Deputados que participaram nas audições que serviram à apreciação da nossa iniciativa.

É, pois, atendendo a um desses pareceres, em resposta a algumas dúvidas e problemas levantados em fase de apreciação em comissão, e para acalmar espíritos mais incomodados com a autoria deste sistema que apresentamos um novo projeto de Decreto Legislativo Regional que, agora, nos preparamos para debater.

Com esta proposta obviamos o adiantamento do pagamento dos medicamentos aos balcões das farmácias e, por conseguinte, atingimos o nosso grande objetivo inicial.

Bem sabemos que o Governo Regional, em sede de Orçamento da Região para 2020, introduziu alterações com vista à desmaterialização do processo de atribuição do COMPAMID. Contudo, e apesar de ter merecido o nosso voto favorável, continuamos a entender que é insuficiente e não dá resposta ao essencial, ou seja, a dispensa do adiantamento do pagamento diretamente ao balcão da farmácia pelo beneficiário.

Mantemos a intenção de converter este complemento de pensão em apoio social, retiramos qualquer menção que possa dar a entender que se trata de um apoio a conceder exclusivamente a idosos, mas mantemos a designação

de COMPAMID como prova de que não tencionamos retirar o mérito a quem quer que seja, nem mesmo ao Grupo Parlamentar do CDS.

Tudo faremos para que o autor do COMPAMID participe no debate concorrente ao melhoramento e aperfeiçoamento desta medida e que abandone o insulto fácil e a provocação gratuita.

Mais uma vez, demonstramos a nossa predisposição para atender àquelas que são as dificuldades dos açorianos e açorianas, principalmente e sobretudo quem por maiores dificuldades passa, e damos, mais uma vez, prova da nossa abertura a todas as críticas construtivas feitas, quer pelo Governo, quer por Deputados de outros Grupos ou Representações Parlamentares e por entidades e individualidades. Porque é também assim que se valoriza o trabalho parlamentar, ao dar sentido, consequência e utilidade às reuniões de comissão.

Assim, e de acordo com a proposta que agora nos preparamos para debater e votar, os beneficiários do COMPAMID deixarão de ter uma caderneta em papel e de ter de adiantar o pagamento dos medicamentos. Em substituição deste meio e procedimento terão, não um cartão bancário pré-pago, mas um cartão eletrónico associado a uma plataforma informática online que dispensará o adiantamento de qualquer pagamento pelo beneficiário ao balcão das farmácias.

Dessa forma, dispensando o adiantamento do pagamento ao balcão das farmácias, obviamente que não se verificarão mais atrasos no pagamento do COMPAMID.

A plataforma informática associada ao cartão eletrónico permitirá a consulta atualizada do saldo remanescente após cada compra e dispensará a deslocação do beneficiário aos serviços do Instituto de Segurança Social dos Açores para fazer prova da elegibilidade e aquisição dos medicamentos, pois

a plataforma informática permite à entidade gestora acompanhar os pagamentos.

A atribuição nominal do cartão COMPAMID, com um código de leitura ótica que permite a sua validação online no ato da dispensa por confronto com a apresentação da receita médica prescrita no âmbito do Serviço Regional de Saúde, completa a recente e atual desmaterialização deste processo.

De resto, e conforme a nossa proposta inicial, mantivemos os mesmos critérios de elegibilidade: 65 anos ou mais de idade ou ser beneficiário da prestação social de inclusão e ter um rendimento *per capita* não superior ao correspondente a 14 vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida, e o montante a atribuir por ano, que continua a corresponder a 50% do valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região.

Trazemos, aqui, esta proposta, sem querer retirar mérito a ninguém, e com a vontade de facilitar a vida aos beneficiários ao dar uma folga aos seus parcos orçamentos mensais.

Compete, agora, aos Srs. e Sras. Deputadas viabilizar o cumprimento desta nossa vontade que creio ser a vontade de todos nós.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições. Peço que se inscrevam, por favor.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, João Corvelo, queria-me inscrever.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Secretário...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, eu.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado João Corvelo** (*PCP*): Sra. Presidente, eu prescindo da inscrição para que o Governo possa, primeiro...

**Presidente:** Sim, senhor. Está prescindido.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Então tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(\*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Cardoso*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era para prescindir da minha intervenção, porque eu gostaria muito de ouvir o Sr. Deputado Paulo Corvelo primeiro.

**Presidente:** Muito bem. Convém é que se inscrevam, porque senão não vamos ter debate.

Pergunto então se há mais alguma inscrição.

**Deputado João Corvelo** (*PCP*): Sra. Presidente, eu prescindi.

**Presidente:** O Sr. Deputado inscreve-se? O Sr. Deputado está-se a inscrever?

**Deputado João Corvelo** (*PCP*): Não. Prescindi há bocado, Sra. Presidente. Para ficar bem claro.

**Presidente:** Prescindi, tanto é que eu depois dei a palavra à Sra. Secretária Regional.

**Deputado João Corvelo** (*PCP*): Posso-me inscrever novamente, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada então, Sr. Deputado.



Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Então, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Decreto Legislativo Regional que o Bloco de Esquerda nos traz hoje a debate vai no sentido, no nosso entender, correto de uma forma global, ou seja, no sentido de poupar dinheiro aos utentes e de usar melhor o dinheiro público na despesa com medicamentos. Mas, ao contrário do que é proposto neste Projeto de Lei, o Governo tem feito outra coisa, porque o COMPAMID só é dado quando as pessoas que usufruem deste complemento apresentam comprovativos das suas despesas para justificar o dinheiro que o Governo irá reembolsar.

De forma simples, compreendemos que todas as pessoas que usufruem do COMPAMID precisam do dinheiro que é gasto com os medicamentos de forma urgente porque o rendimento que têm é reduzido. Exemplifico: os pensionistas recebem reformas reduzidas e no mínimo vão ter de pagar despesas de casa e comida, a isto habitualmente acresce a conta da farmácia, que não costuma ser pequena, à qual não têm qualquer apoio do Governo no avanço do dinheiro, esse dinheiro só chega mais tarde.

A Representação Parlamentar do PCP defende que é muito importante que se tomem medidas para que as pessoas que precisam deste complemento não passem necessidades por falta dele ou pelo seu atraso. Este deve ser o nosso foco. E para isso é preciso estabelecer regras mais claras e simples em matéria de quem usufrui (como já é previsto nesta iniciativa) e o prazo e forma que recebem este complemento.

Estes valores precisam de ser adiantados sempre, porque, no plano financeiro, para aquelas famílias que precisam de apoio para ter os seus medicamentos, para os reformados com reformas baixas, para os utentes e

os doentes que precisam das comparticipações que recebem do Governo, todas as ajudas são válidas.

Este dinheiro já é dado, só irá facilitar a vida destas pessoas que escusavam de aguardar por ele. Se é uma questão de dificuldades financeiras, temos de pôr na nossa lista como prioritária e não outras que são sempre invocadas para cortar direitos e nunca invocadas para acabar com os privilégios dos que muito têm.

Também sabemos reconhecer que existiu um esforço do Governo neste período de pandemia, que permitiu a verificação do direito à prestação que passou a ser efetuada por cruzamento de informação, mas o problema base, que neste caso é o atraso do dinheiro, continua a estar presente.

Devido aos argumentos expostos, a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta iniciativa proposta pelo Bloco de Esquerda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

**Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sra. Secretária...

**Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso):** Em primeiro lugar, eu queria pedir desculpa. É porque a minha inabilidade... Era uma brincadeira que eu estava... Quando iniciei a minha intervenção há pouco, era para brincar com o Sr. Deputado Paulo Corvelo e sem querer desliguei aqui o sistema todo e depois fui religando aos poucos. Eu peço desculpa.

É para fazer a minha intervenção, de qualquer forma. E queria retomar e pedir para me inscrever.

**Presidente:** Muito bem. Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, para uma interpelação.

(\*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Para perguntar à Sra. Presidente se a Sra. Presidente já me viu, como Deputado Regional, a brincar com algum Secretário ou com algum Membro do Governo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado. Fica registada aqui a sua interpelação. Esta dinâmica, que é toda nova para nós, tem destas situações. E, portanto, aquilo que vos peço a todos é que me continuem a ajudar e a colaborar para que os trabalhos corram sempre da melhor maneira.

Sra. Secretária Regional, não havendo mais inscrições para já, vou-lhe dar então a palavra.

(\*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso):** Sim, senhora, Sra. Presidente.

Pedindo desculpa novamente, quer ao Sr. Deputado Paulo Corvelo, quer à Sra. Presidente, porque não tinha, como é óbvio, intenção de desligar todo o sistema, que foi o que acabou por acontecer, e não permitiu concluir aquilo que eu estava a dizer, ou pelos menos de forma audível para os senhores.

Portanto, agora retomando e, sim, dando nota daquilo que é a apreciação do Governo à proposta do Bloco de Esquerda, que é, no fundo, o que interessa. Aliás, eu nem consegui ouvir o Sr. Deputado Paulo Corvelo na sua intervenção.

Só dizer aos Srs. Deputados proponentes o seguinte, e aos Srs. Deputados presentes: o COMPAMID foi criado em 2008, mais precisamente em fevereiro desse ano, aliás, como já foi aqui hoje mencionado, há 12 anos atrás. Este complemento foi sendo alterado, melhorado e aperfeiçoado ao longo destes 12 anos, designadamente em 2012, 2013, 2016, 2019 e 2020.

Sofreu melhorias, desde logo, no seu objeto e também ao nível dos beneficiários, dirigindo-se inicialmente exclusivamente a idosos com mais de 65 anos, sendo que na sua redação atual foi alargada a sua abrangência para os pensionistas, independentemente da idade, desde que sejam titulares de prestação social de inclusão, cujo grau de incapacidade seja superior a 80%, ou de pensão de invalidez e que não ultrapasse anualmente 14 vezes o valor da remuneração mínima mensal garantida em vigor na Região, e também, mais recentemente, aos beneficiários de pensões que transitaram para a pensão social de invalidez (para a PSI) e que não disponham de atestado médico multiusos.

Mais recentemente, e nas alterações introduzidas no Orçamento da Região para 2020, o Governo dos Açores propôs, e a Assembleia Regional aprovou, alterações que visaram a simplificação administrativa do processo de avaliação e atribuição do apoio: desmaterializar o COMPAMID, eliminando o boletim; eliminar procedimentos redundantes na atribuição; garantir a celeridade e estabilidade na aquisição de medicamentos; disponibilizar outros canais de acesso à informação e entrega de documentação.

Dito isto, esta proposta do Bloco de Esquerda tem propósitos políticos, penso eu, claros, até pelo histórico que antecede esta terceira versão hoje em discussão. Apresenta como objetivos: em primeiro lugar, “a alteração do estatuto do complemento de pensão para apoio social”; e, em segundo lugar, “conformar o objeto do COMPAMID aos seus atuais beneficiários”. Eu fiz uma citação daquilo que consta de uma parte do preâmbulo da proposta.

Em relação ao primeiro objetivo, designadamente a alteração do complemento de pensão para apoio social, devo dizer que uma leitura atenta do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 1.º da proposta permite exatamente concluir que não é alcançado este objetivo com a redação proposta. Como podem perceber, no artigo 1.º a redação é: “O presente Decreto Legislativo Regional

estabelece as condições de emissão e atribuição do complemento para aquisição de medicamentos.” Ou seja, permanece a designação como complemento. É verdade que a correção é feita no artigo 3.º, em que diz que o COMPAMID constitui um apoio social, mas não é feita no artigo 1.º.

No que diz respeito ao segundo objetivo, e o segundo objetivo, vou relembrar, é conformar o objeto do COMPAMID aos seus atuais beneficiários, devo-lhe dizer que, na minha opinião, não compreendendo sequer muito bem que haja alguma desconformidade da atual redação do COMPAMID com os seus beneficiários, lembro que a atual versão, ou seja, que é a terceira, no fundo, com estas alterações que são agora propostas... ontem, que foram ontem propostas ao artigo 2.º e 3.º, não constitui mais do que uma alteração ao artigo 4.º da atual redação em vigor. E este artigo 4.º não é mais nem menos do que respeitante a procedimentos de emissão e atribuição. Portanto, não há nada aqui que respeite àquilo que é o objetivo anunciado pelo Bloco de Esquerda na apresentação da proposta e que diz respeito a conformar o objeto do COMPAMID aos seus atuais beneficiários. Para mais e terminando a apreciação do Governo dos Açores a esta proposta, dizer apenas que, em termos formais, a proposta do Bloco de Esquerda revoga expressamente o Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008, decorrendo daí a revogação dos artigos 73.º e 84.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2020/A, de 8 de janeiro, que dispõe sobre o aumento de 25% do valor do complemento e o aumento de 50% para compensar a alteração da data de atribuição, constante no n.º 2 do artigo 3.º. Ou seja, e de forma resumida, esta proposta do Bloco de Esquerda revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008, mas, na verdade, limita-se, por um lado, a alterar o artigo 4.º, a copiar todas as normas até agora alteradas e já aprovadas, e a ignorar as normas transitórias e de atualização aprovadas no Decreto

Legislativo Regional n.º 1/2020/A, prejudicando os pensionistas quando comparado com o atual quadro em vigor.

Contas simples: atualmente e este ano, os pensionistas beneficiam de um apoio de 590,62 euros para aquisição aos medicamentos, na atual redação do diploma; com a proposta do Bloco de Esquerda seriam prejudicados, passando a beneficiar exclusivamente de 333,38 euros. Ou seja, resulta da proposta do Bloco de Esquerda um prejuízo de 257,25 euros em termos de apoios à aquisição dos medicamentos.

E, portanto, esta com certeza que não era a intenção do Bloco de Esquerda quando apresentou a proposta, mas a verdade é que, não tendo tido em consideração aquilo que eu aqui expus, prejudica, lesa os pensionistas da Região beneficiários do COMPAMID em mais de 200 euros, o que, conforme aqui invocado pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda Paulo Mendes, com certeza que é altamente prejudicial na altura e na conjuntura que se vive.

Aproveito também para concluir dizendo que alegar dois outros argumentos, como foi feito aqui pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, designadamente os atrasos nos pagamentos, não é válida essa argumentação. Da mesma forma que também não é válida a obrigatoriedade de deslocação aos serviços, até porque a última alteração prevê exatamente, por via da desmaterialização também do boletim e da forma de apresentação de documentos, que os beneficiários o possam fazer via email com a digitalização dos documentos e, portanto, nem que para isso tenham que se deslocar aos serviços.

Em meu entender, pese embora, com certeza, os objetivos muito meritórios da proposta, não são conseguidos na redação a que se propõe.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, para inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, por favor.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado.

**Deputado Francisco César (PS):** Para inscrever o Sr. Deputado Domingos Cunha.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem que ligar o microfone.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Ah, peço desculpa, estava com o micro desligado.

**Presidente:** Excesso de zelo, Sra. Deputada.

(\* **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, e depois daquela que foi a intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes, não posso deixar passar sem dizer que, efetivamente, deve estar equivocado, porque o insulto gratuito não deve ser, certamente, a nossa forma de trabalhar e a forma de trabalhar do Grupo Parlamentar do CDS.

E também dizer que, quanto à legitimidade e originalidade desta medida, estou certa de que todos nós, quer aqui na Assembleia, quer os açorianos, sabem de onde a mesma vem.

Dizer que o trabalho do CDS, ao longo destes anos, tem-se pautado sempre por uma ação atenta e ativa com vista a melhoria da vida dos açorianos. E o

COMPAMID é uma dessas muito boas medidas que o CDS tem apresentado nesta Casa e que algumas delas têm conseguido ser aprovadas, melhorando assim a vida de muitas pessoas. E, neste caso em particular, um apoio que foi aprovado, como até já foi dito, em janeiro de 2018, por unanimidade, beneficiando assim muitos açorianos, incluindo muitos idosos da nossa Região, porque sabemos que muitos deles têm condições que são baixas e os encargos com a medicação representam a grande fatia ou uma elevada fatia do orçamento disponível.

A verdade é que este não tem sido um documento fechado. Até, como já foi anteriormente dito pela Sra. Secretária, a medida tem sofrido diversas alterações desde a sua implementação, tentando dar sempre uma resposta àquilo que são as necessidades ou que é a nova realidade, com o objetivo de facilitar o acesso, de alargar a medida abrangendo mais pessoas e até o aumento do valor atribuído, o que tem sido visto, como é natural, como bons olhos por parte do Grupo Parlamentar do CDS.

Também, relembrar que, aquando do Plano e Orçamento para 2020, apresentamos a proposta, que foi aprovada, do aumento dos 25% do COMPAMID, o que consideramos que efetivamente é uma grande ajuda para todos estes beneficiários.

E a verdade, também, e começando por aquilo que é o argumento do Bloco de Esquerda quando apresenta esta iniciativa, efetivamente, no nosso entendimento, muitas vezes reivindicamos muitas coisas que estão de uma forma no papel, mas na prática não funcionam. Mas a verdade é que, para nós, Grupo Parlamentar do CDS, mais importante do que como é que está no papel e qual é a designação que tem, é como é que a medida está a ser operacionalizada e como é que ela está a servir, na prática, as pessoas. E, como tal, se a designação mais correta deverá ser complemento de pensão ou apoio social, para nós não será esse o fator mais relevante da medida



COMPAMID, porque, para nós, o importante é como é que esta medida está a servir os beneficiários, como é que esta medida está a servir os açorianos, até porque é feita esta referência pelo Bloco, mas mantém a designação de complemento. E, como tal, para nós, o importante é efetivamente como é que a medida está a beneficiar a vida dos açorianos.

A maioria dos beneficiários são idosos, efetivamente. A verdade é que, como até foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, existiu inicialmente uma medida que seria a APAMID. Entretanto, foi retirada e foi feita esta substituição, é verdade, mas, por nós (e mantemos a nossa posição), até por aquilo que nos foi dito no debate na Comissão, a utilização do cartão por parte dos beneficiários, acho que muitas vezes pode ser também geradora de complicações por parte destes. Porque a verdade é: quantos idosos na nossa Região é que ainda hoje em dia não têm um cartão multibanco, por exemplo? Ou quantos deles é que o têm, mas são os familiares que utilizam? Porque a verdade é que os idosos são sempre muito acautelados e têm às vezes receio dessas novas tecnologias. E dou um exemplo: por exemplo, no caso do apoio à deslocação de utentes, ainda no outro dia ligou-me um utente de São Jorge, porque tinha recebido o seu apoio e o apoio era um valor que ele achava que era demasiado e até não queria estar a gastar se aquilo não fosse o valor correto, não fossem depois pedir o dinheiro.

E, portanto, eu acho que o objetivo tem que ser o caminho que se tem seguido, que é de melhorar a medida, é de aumentar o valor do apoio, é de tentar desmaterializar todo este processo. E acho que esse, sim, tem sido o caminho.

Portanto, a questão que está aqui, ao contrário daquilo que o Deputado Paulo Mendes disse, de que poderíamos estar, nós, enquanto proponentes da medida inicial, constrangidos com esta alteração, não tem nada a ver com isso, porque sempre tivemos a abertura suficiente para perceber que, quando

há uma alteração a uma medida que foi proposta inicialmente por nós e essa alteração é benéfica em prol dos açorianos, nós estaremos sempre ao lado dessas medidas. Agora, nesta situação, não nos parece que esta alteração vai ter os benefícios que poderiam advir, até porque nunca podemos aceitar e pôr aqui em causa o aumento dos 25% que foi aprovado para o ano de 2020 e, como tal, isto seria, como se costuma dizer, “pior a emenda que o soneto”, e por isso nunca poderíamos estar a apoiar esta iniciativa nesse sentido, pondo isso em causa, efetivamente, este aumento. Retorno e reitero aquilo que disse anteriormente: o aumento dos 25% proposto pelo Grupo Parlamentar do CDS aquando do Plano e Orçamento parece-nos que foi algo bastante positivo e que vai melhorar e que tem melhorado a vida daqueles que beneficiam da ajuda.

No entender do CDS, o COMPAMID, da forma que está a vigorar e com as alterações e com os reforços que têm sido realizados, consideramos que está a servir o seu propósito. E o mais importante é que está a servir muitas pessoas, está a servir muitos açorianos. E é uma medida que tem vindo sempre a ser melhorada.

É necessário, sim, e isso nunca iremos abdicar, é que efetivamente é necessário garantir que não existam atrasos dos pagamentos. E isso o CDS nunca irá abdicar.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O COMPAMID – complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos, criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 4/2008/A, de 26 de

fevereiro, foi aprovado por unanimidade, nesta Assembleia, depois de ter sido proposto pelo CDS-PP.

Este projeto, da iniciativa Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem como objeto “rever o complemento para a aquisição de medicamentos pelos idosos”, a que chamou, também, COMPAMID.

O COMPAMID, aprovado em 2008, tem sido executado de modo contínuo desde a sua criação e tem merecido o reconhecimento da sua importância pelos nossos idosos e demais beneficiários.

O Governo dos Açores, consciente da sua importância, tem garantido a continuidade do reforço orçamental nos sucessivos Planos e Orçamentos da Região.

Com algumas alterações introduzidas na abrangência do objeto, o COMPAMID passou a ser um apoio social especificamente destinado à aquisição de medicamentos, sempre que possível genéricos, prescritos em receita médica no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

Esta exigência demonstra uma das virtudes do COMPAMID, ao não permitir a aquisição de medicamentos sem receita e a não participação sem prova efetiva da compra.

Tem contribuído para melhorar a adesão ao tratamento por parte dos beneficiários e impede-os de não fazerem outras opções terapêuticas.

Beneficiam do COMPAMID os pensionistas residentes na Região, com idade igual ou superior a 65 anos ou que, independentemente da sua idade, sejam titulares de prestação social para a inclusão, pessoas com pensões de invalidez e que auferam um rendimento *per capita* que não ultrapasse anualmente 14 vezes o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida em vigor na Região, apurado de acordo com a última declaração de IRS disponível.

O Bloco de Esquerda já tinha apresentado uma proposta, a que lhe chamou APAMID, mas retirou-a antes de ir a discussão plenária, em fevereiro de 2019, e, em setembro, apresenta a atual iniciativa, agora, intitulada COMPAMID, cujo objeto é o “rever o complemento para a aquisição de medicamentos pelos idosos”.

Atente-se que esta iniciativa não propõe melhorar o apoio social que vigora desde 2008 na sequência da proposta do CDS-PP, que a bem da verdade não pode ver ser-lhe retirado o mérito e a sua aprovação por unanimidade.

Este projeto do Bloco de Esquerda propõe também “conformar o objeto do COMPAMID aos seus atuais beneficiários”, propondo para isso a criação de um cartão bancário pré-pago, tipo multibanco, associado a uma logística parabancária passível do pagamento de taxas e custos adicionais para o Orçamento da Região, a que acresce o risco de poder haver créditos indevidos e necessidade de devoluções, o uso indevido do cartão por pessoa não titular do mesmo, como poderá levar os beneficiários a geri-lo para pagamento de medicamentos não prioritários, sem participação ou de venda livre.

Sendo um cartão de débito, depois de esgotado o *plafond* haverá a possibilidade de os beneficiários terem de suportar todos os custos na aquisição dos medicamentos e, por esse motivo, aumentar o risco do abandono da medicação por impossibilidade de compra.

Outro dos objetivos propostos pelo Bloco de Esquerda é “a alteração do estatuto de complemento de pensão para apoio social.” A este propósito, a Sra. Secretária da Solidariedade Social, em Comissão, esclareceu, e vou citar, “que, em 2018, com algumas alterações (no valor e na abrangência de beneficiários), o COMPAMID deixasse de ser complemento de pensão e passasse a ser um apoio social.”

O atual COMPAMID não tem merecido reclamações dos beneficiários e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não só se regozija com esta postura, mas também regista com agrado a atualização dos pagamentos desta medida de apoio social.

O mecanismo para verificar a agilização do direito à prestação deste apoio passou a ser efetuado por cruzamento de informação com a Autoridade Tributária, o que faz com que os pensionistas fiquem dispensados da entrega da prova dos seus rendimentos anuais, junto do Instituto de Segurança Social dos Açores.

O Governo dos Açores, no âmbito das ações e medidas implementadas na sequência da pandemia pela COVID-19, reforçou o complemento para a compra de medicamentos por idosos açorianos, o designado COMPAMID.

O valor a atribuir passa de 315,00 euros para 590,62 euros, e prorrogou o período de atribuição, que terminava em abril, para outubro, iniciando-se um novo ciclo no mês seguinte, e, assim, evitar a deslocação dos pensionistas no âmbito das medidas em vigor devido à pandemia da COVID-19.

E para terminar, este diploma pretende revogar o Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, com todas as implicações que traz aos beneficiários, tal como afirmou e esclareceu muito bem a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Por todas as razões, o Grupo Parlamentar Partido Socialista irá votar contra este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Inscrevo o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Antes de mais, referir que, para o PSD/Açores, esta é uma questão séria e que não deve ser motivo de brincadeiras, até porque estamos a falar de pessoas que geralmente sofrem de alguma dificuldade em lidar com este tipo de acesso a estes apoios e que, na sua fragilidade, sendo uma população frágil, nomeadamente no caso dos idosos, devemos tratar estes assuntos com toda a seriedade.

Queria começar por dizer que, da nossa parte, temos pontos a favor e também algumas críticas ao projeto do Bloco de Esquerda. De facto, com esta última alteração que o Bloco de Esquerda introduz no seu diploma, entrada hoje, no fundo, acaba por quase na totalidade destinar o diploma que vem revogar, sobrando, como bem disse a Sra. Secretária Regional, praticamente só a alteração ao artigo 4.º do COMPAMID, substituindo-o por uma nova forma de acesso ou de utilização deste complemento.

Complemento ao apoio, o resultado não nos parece de todo importante no aspeto prático, porque o que interessa, de facto, é que as pessoas possam aceder a ele e dele beneficiar de uma forma transparente e regular.

Não nos vamos deter com questiúnculas relativamente à matéria das divergências entre grupos parlamentares ou entre partidos sobre questões de pormenor que nos parecem pouco relevantes para esta matéria.

As questões levantadas pelo Sr. Deputado Domingos Cunha também não nos parecem muito relevantes. E eu digo porquê: porque a forma como esta matéria pode ser posta em prática em termos daquilo que é a proposta do Bloco de Esquerda, de atribuição de um cartão, é matéria para regulamentação em sede de regulamentação do Governo, governamental, que, aliás, está prevista no diploma, no artigo 5.º. Portanto, essa regulamentação pode definir esses critérios e essas dúvidas que o Sr. Deputado Domingos Cunha levantou, e bem, não é uma crítica a essas dúvidas, mas é um facto que elas não se resolvem por inteiro num diploma, quando este prevê que a sua regulamentação possa ser feita neste caso num prazo de 45 dias e que nesse sentido possa resolver as dúvidas que possam surgir quanto à utilização do cartão, a forma como este é utilizado.

E também deixem-me dizer que a crítica relativamente... Parece-me, também, de um ponto de vista formal, que o Bloco de Esquerda teria tido mais vantagem em termos práticos se se limitasse a fazer uma alteração ao atual diploma, porque, de facto, não altera substancialmente todo o escopo do diploma atual e, portanto, seria uma forma mais prática se calhar e menos problemática de resolver essa questão. Mas, na prática, um diploma que é revogado não revoga as referências que são feitas para ele quando ele é substituído. Seria o caos legislativo se assim fosse. Pensem na quantidade de diplomas que são revogados a nível regional e substituídos por outros, o que seria de nós se tivéssemos que revogar ou alterar toda a legislação que faz referência. E, portanto, não me parece que possa ser correto dizer-se que este diploma, ao revogar outro, as referências feitas para o que é revogado deixem de ter efeitos práticos. As referências são feitas para o diploma e, portanto, aqui o que se mantém é apenas uma questão prática, as referências não deixam de existir. E, portanto, parece-me incorreto usar esse argumento como crítica ou até como impedimento ou como uma forma de tentar dizer

que as pessoas ficariam a perder com esta revogação. Independentemente disso, não deixo de fazer a crítica ao Bloco de Esquerda pela forma como fez este projeto.

No entanto, na prática, e como resultado final e como opinião do Partido Social Democrata, é que existe, de facto, uma extensa burocracia, que ainda se mantém apesar das últimas alterações que entraram em vigor este ano, e que leva muitas vezes os nossos beneficiários do COMPAMID a terem dificuldades e a terem muitas vezes que recorrer a ajudas que não seriam necessárias e que os deixariam muito mais libertos na utilização deste apoio. As questões dos SMS, a questão dos emails, a questão de toda essa panóplia de forma de comprovar a aquisição do medicamento é uma dificuldade que nos tem sido de alguma forma relatada e que surge e que exige dos beneficiários muitas vezes uma ida à Segurança Social que não era necessária, uma ida a uma Junta de Freguesia, uma ida, sei lá, a algum outro auxiliar que prontamente ajuda para esses efeitos mais tecnológicos.

E, portanto, parece-nos que seria uma vantagem, e nessa medida concordamos com esta alteração, os idosos poderem simplesmente possuir um cartão que, regulamentado como deve ser, pode muito bem facilitar a sua vida e facilitar o acesso a este complemento e a este apoio. E, por isso mesmo, achamos que as críticas que foram levantadas não nos parecem relevantes ou impeditivas deste diploma ser considerado como algo que vem melhorar o atual COMPAMID no aspeto em que as pessoas acedam a ele com outra naturalidade e com outra liberdade.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.



**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, a Sra. Secretária teceu algumas críticas, creio eu que a maior parte muito construtivas, aliás, à semelhança dos Srs. Deputados e da Sra. Deputada que me precedeu na minha intervenção inicial.

E começo pelo início, pela designação: a designação em si, para nós, neste momento, é completamente acessória, tanto poderia ser COMPAMID, e desculpem talvez pela coloquialidade do termo, como poderia ser Maria Francisca, não nos faz diferença nenhuma. O que interessa aqui é beneficiar os beneficiários do COMPAMID.

Agora, há outro aspeto que concedo que não é o principal, que tem a ver com o estatuto deste benefício, digamos assim, que, de facto, não pode ser entendido como um complemento de pensão, nunca poderá ser. Será sempre um apoio social por razões que já foram aduzidas e que já estão até expressas na exposição de motivos e que foram abundantemente explicados por mim em sede de Comissão.

Passando a outra crítica que foi feita e é aquela que podemos entender como a principal crítica, que foi em parte desmontada pelo Sr. Deputado Bruto da Costa, ora, com a entrada em vigor desta proposta, se ela viesse a ser aprovada (creio que não será porque já está mais que visto que a maioria parlamentar irá inviabilizá-la), continuaríamos a obter aquilo que o Governo Regional entendeu que deveria ser concedido aos beneficiários, e bem, que se trata da desmaterialização de todo este processo e de toda a simplificação. E por isso é que nós entendemos, e já respondendo em parte a uma das críticas feitas pelo Sr. Deputado Bruto da Costa, lembrar que a nossa

proposta entrou antes das propostas de alteração operadas em sede de Orçamento e, portanto, nós ainda não tínhamos acesso àquele que era o processo de desmaterialização feito pelo Governo Regional e por isso mesmo é que fizemos esta última proposta de alteração e introduzimos estas alterações operadas em sede de Orçamento da Região, alterações essas que foram feitas ao DLR que neste momento vigora e que atribui o COMPAMID. Agora, outra coisa tem a ver com esta majoração que foi feita em sede de Orçamento e foi feita através do artigo 84.º, salvo erro, do Orçamento da Região para 2020, sob a forma de norma transitória. Não foi feita uma introdução permanente desta majoração no DLR que neste momento existe e que vigora sobre a atribuição do COMPAMID. Portanto, se a nossa proposta fosse aprovada, essa majoração continuaria a vigorar sem qualquer problema.

Quanto às críticas apontadas, e também elas construtivas, por parte da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, de que introduzindo aqui um cartão tudo ficaria muito mais complicado para os beneficiários, ora, eu devo recordar e já foi aqui mencionado que, neste momento, fruto do processo de desmaterialização e simplificação da atribuição do COMPAMID, foi possibilitado o envio da documentação, ou seja, o comprovativo da aquisição do medicamento e até as receitas médicas, por email. O que é que mais difícil para um idoso, enviar um email com anexos depois de digitalizados, ou usar um cartão para conseguir aceder a este apoio? Além do mais, é sempre possível, à semelhança do que acontece com a caderneta, com o cartão também consultar o saldo e ter a informação atualizada de qual é o saldo do cartão.

Passando agora às críticas feitas pelo Sr. Deputado Domingos Cunha, o Sr. Deputado Domingos Cunha de certeza que se estava a referir à nossa anterior proposta que tinha a designação APAMID. E, de facto, nessa proposta nós o

que procurávamos era criar e atribuir um cartão bancário pré-pago. Mas, sabe muito bem, com esta nova proposta abandonamos essa solução, até porque fruto de um dos pareceres que nos fizeram chegar à Comissão de Assuntos Sociais, nomeadamente da Associação Nacional de Farmácias, nós constatamos que há uma solução que não passa por um cartão bancário pré-pago, que traria algumas desvantagens, mas também achamos que não seria por aí que todo o processo seria prejudicado. Mas se há uma solução que é bem melhor do que um cartão bancário pré-pago, melhor ainda. E foi o que nós fizemos e, portanto, abandonamos a solução do cartão bancário pré-pago e utilizamos um cartão que, à semelhança por exemplo da Plataforma Dignidade que foi referida pela Associação Nacional de Farmácias e que neste momento está em vigor na Região Autónoma da Madeira, poderia na mesma contribuir para que os beneficiários do COMPAMID pudessem ter acesso mais facilitado ao seu apoio.

E quando digo aqui mais facilitado e para que se torne tudo mais claro, aqui o que se trata na realidade e aquilo que estamos neste momento a discutir é uma alteração que, parecendo ser muito simples, faz uma diferença enorme para os beneficiários do COMPAMID. É que com a utilização deste cartão podem aceder diretamente ao apoio, ou seja, não têm que se deslocar à farmácia e adiantar do seu próprio bolso o dinheiro para a aquisição dos medicamentos. Isso fará uma grande diferença para os idosos. E creio que não fará qualquer diferença ao Orçamento Regional. Portanto, trata-se aqui de utilizar uma tecnologia que já existe, que não é propriamente algo de inédito, algo de inovador e que pode muito bem ser utilizado para melhorar a vida a estes beneficiários. Porque o que impede a aquisição de medicamentos por parte destes beneficiários não é a incerteza que poderão eventualmente vir a ter acerca do *plafond* que lhes resta ou se o *plafond* se vai esgotar do cartão, porque o *plafond* também se esgota com a caderneta.

Aqui o que impede a aquisição dos medicamentos muitas vezes por partes destes beneficiários é não ter o dinheiro para adiantar ao balcão da farmácia. E esta situação ainda se torna mais frustrante quando sabemos que estes beneficiários têm direito a esta prestação, a este apoio e acabam na prática por não ter ou serem impedidos de aceder porque não têm o dinheiro para adiantar ao balcão da farmácia. Com este cartão, nós ultrapassaríamos essa dificuldade, com benefício para os beneficiários e sem prejudicar o Orçamento Regional. Portanto, aqui estamos numa lógica de *win-win*, ninguém perde, todos ganham.

Dizer que não tem recebido reclamações acerca da atribuição do COMPAMID. Olhe, eu, pelo menos, e creio que não sou o único, de certeza que muitos Srs. e Sras. Deputadas já se confrontaram com beneficiários do COMPAMID, que muitas vezes nos interpelam, até inclusive na rua, a perguntar-nos sobre o porquê do atraso do COMPAMID, da atribuição da sua prestação. Tanto é que nós já por várias ocasiões entregamos requerimentos nesta Casa para perceber as razões destes atrasos. E, portanto, este cartão, antecipando, digamos assim, aliás, antecipando o pagamento deste apoio social, nós iríamos ultrapassar também esses atrasos porque eles deixariam de ter razão de ser.

E devo aqui mencionar, e nunca é demais, que, aquando da criação do COMPAMID, o próprio proponente, logo no início da apresentação desta iniciativa, considerou e assumiu, e passo a citar, “que se trata de um apoio que é dado todos os anos (o COMPAMID) com a pensão do mês em princípio de maio, em que os idosos ficarão com crédito na farmácia para, ao longo do ano, irem adquirindo os seus medicamentos”. Ou seja, até o proponente, que tinha a intenção que esta prestação, que esse apoio fosse concedido sob a forma de crédito, ou seja, através da antecipação do dinheiro à farmácia para que o beneficiário não tivesse que pagar diretamente no

balcão da farmácia, até isso, a intenção do proponente era que essa fosse uma realidade, a realidade que hoje estamos aqui a debater.

Incompreensivelmente, quando se fez a tradução, digamos assim, do DLR para a regulamentação, aconteceu o contrário, ou seja, não se garantiu este crédito na farmácia. O que se garantiu foi o quê? Foi que o beneficiário tivesse que adiantar o dinheiro ao balcão da farmácia para só depois o receber nos serviços da Segurança Social. E isso não é um crédito na farmácia. Não é, certamente.

E, portanto, eu creio que, mais do que boa vontade, aqui o que falta é um pouco de arrojo político. Porquê? Porque já toda a gente viu que a tecnologia existe, não é de agora. Podem-se prender com detalhes acerca dos pormenores técnicos subjacentes à atribuição deste cartão e de como é que ele poderá ser utilizado, mas essa é matéria que compete aos técnicos e compete, tal como disse o Sr. Deputado João Bruto da Costa, à regulamentação, que, aliás, nós até prevemos isso na nossa proposta para que alguns aspetos mais detalhados dos procedimentos acerca da atribuição deste apoio também passem por regulamentação.

Creio que esclareci todas as dúvidas, pelo menos esclareci aquelas que eram as principais.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sim, Sr. Secretário...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Gostava de inscrever a Sra. Secretária da Solidariedade Social, se faz favor. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra a Sra. Secretária Regional.

(\*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Cardoso*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Eu já tive oportunidade de falar com o Sr. Deputado Paulo Mendes, seja por via da primeira proposta apresentada, seja por via da segunda proposta, e penso que é claro que o Governo Regional entende que, como é óbvio, o Bloco de Esquerda, quando apresenta estas várias e sucessão de propostas, o faz, naturalmente, com a melhor das intenções e tentando refletir aquilo que acredita que é, de facto, um constrangimento na obtenção eventual de apoios. A questão da boa intenção e do mérito, com certeza que compreendem que não ponho, nem ninguém põe, acho eu, minimamente em causa.

Já aconteceu na anterior proposta, e o Sr. Deputado bem sabe, e eu fui dando, quer na Comissão, quer depois em Plenário, nos momentos em que tivemos oportunidade de falar sobre esta matéria, dando até contributos no sentido do aperfeiçoamento das sucessivas propostas que foram sendo apresentadas pelo Bloco de Esquerda.

Devo lembrar que, por exemplo, na primeira, do APAMID, o Bloco de Esquerda ignorou as alterações subsequentes e considerava que esta era uma medida exclusivamente para idosos. E eu alertei para esse facto em Comissão e já posteriormente também em Plenário.

Esta segunda proposta que apresentam, e far-me-á com certeza justiça nessa matéria, na sua primeira versão ignora um conjunto de alterações que decorreram, não só as que decorreram em 2020 (e o senhor sabe do que é que eu estou a falar), mesmo anteriores. Ou seja, nas anteriores propostas, quer ao nível dos beneficiários, quer ao nível de um conjunto de outras normas, a proposta inicial ignorava estas alterações.

O Bloco de Esquerda fez um esforço agora nesta alteração à proposta para conformá-la com todas as alterações que foram feitas ao longo do tempo, assumindo também aqui que tudo aquilo que foi feito até agora, com certeza, e isso foi assumido por si, foi exatamente no sentido de melhorar, de aperfeiçoar, de aligeirar, no fundo, de desburocratizar a atribuição do COMPAMID, inclusivamente desmaterializar. A última proposta já prevê exatamente a desmaterialização do COMPAMID.

Eu, na minha primeira intervenção, fiz uma apreciação tão cuidada quanto possível, com a seriedade que naturalmente o assunto requer e, portanto, ative-me àquilo que foram os objetivos a que o Bloco de Esquerda se propôs e à concretização, ou não, na minha modesta opinião, desses objetivos na proposta que está aqui agora em discussão.

Na minha modesta opinião e também da avaliação jurídica que é feita, percebendo que possam haver avaliações jurídicas diferentes da nossa, mas a verdade é que o meu entendimento é que, designadamente, a questão, por exemplo, o Bloco de Esquerda, agora, na alteração que apresenta, considera a questão de que o apoio seja atribuído em novembro, mas, não considerando a norma transitória ou não refletindo aqui na proposta a norma transitória, o que quer dizer é que, no fundo, mantemos, no limite, 50% da remuneração mínima mensal garantida, mesmo que assumindo a questão dos 25% da alteração, que, quanto a mim, mesmo essa deixaria de estar em vigor. O que quer dizer que, ao contrário daquilo que nós propusemos e que foi aprovado por todos, conforme bem dito, por unanimidade, que foi, no fundo, um acréscimo de 50% para atender à dilação do prazo de maio para outubro, compatibilizando aqui as questões com a Autoridade Tributária, esta questão caía por terra, prejudicando, naturalmente, os beneficiários do COMPAMID. Foi este alerta que o Governo, por meu intermédio e na minha primeira intervenção, deixa aqui. Ou seja, a interpretação que nós fazemos do que

aqui está proposto, para além de todas as outras, porque isto foi a observação final, eu fiz uma série de outras considerações na minha intervenção que não tinham exclusivamente a ver com estas duas normas e também acrescentando àquelas que já tinha feito na Comissão, em meu entender, sem prejuízo das melhorias que esta segunda proposta já tem em relação à primeira, mesmo assim, quanto a mim, de facto não traz um benefício, desde logo, financeiro aos beneficiários.

E devo dizer que um dos argumentos que já ouvi por diversas vezes aqui utilizado, e eu tenho de facto que dizer e já transmiti isso na Comissão, mas vou dizer aqui a todos os Srs. Deputados, esta tecnologia que é aqui apresentada, é evidente que nós sabemos que ela existe, eu até já tive oportunidade de dizer, porque nós tivemos oportunidade, inclusivamente, de estabelecer contacto com essas entidades e conhecer, inclusivamente, os custos que teria o acesso a essa plataforma. Portanto, temos conhecimento dessa situação e ela não é gratuita, tem custos associados, em primeira instância.

Depois, há outra segunda questão que o Sr. Deputado também já argumentou de outras vezes e volta a argumentar agora, que tem a ver com o facto de os idosos poderem não ter os recursos para desembolsar no ato da compra dos medicamentos. Eu devo dizer que a maioria ou muitos dos beneficiários opta até por acumular, quer as receitas, quer os documentos de despesa de uma série de aquisições e só depois é que os apresenta, argumento que contraria a preocupação que o Sr. Deputado manifesta. Portanto, eu tive a oportunidade de confirmar isso mesmo com a Segurança Social, ou seja, eles optam por acumular até ao valor do apoio, então entregar e serem ressarcidos na totalidade. Esta tem sido a opção. E, pronto, mas cada idoso ou cada pessoa é livre de fazer aquilo que bem entende. Pode fazê-lo todos os meses até atingir o limite, ou pode acumular e apresentar de uma só vez ou em duas



vezes no ano, conforme entendam. Mas o que eu quero dizer é que os idosos fazem uma gestão já muito parcimoniosa deste apoio e, portanto, quer dizer, conhecem muito bem o regime.

E é importante, também, claro que todas as alterações devem ajudar os idosos na aquisição dos medicamentos e também na facilitação e na disponibilização do apoio, mas não devem, com a introdução que nós entendemos numa primeira leitura que possa ser útil, vir a complicar a vida dos idosos.

Portanto, já há aqui, no fundo, uma estrutura de um apoio que já resulta há 12 anos a esta parte, eu tive também oportunidade de transmitir, sem qualquer registo de queixa por parte dos idosos ou dos beneficiários desta medida no sentido de alterar a forma como ela é atribuída. Portanto, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado, e penso, naturalmente, que com boas intenções, traz aqui algumas preocupações, que eu acredito que existam, mas acredito também que sejam residuais e que não sejam representativas do universo dos beneficiários desta medida.

Portanto, eu, como digo, acho que esta proposta é muito melhor do que a primeira versão apresentada pelo Bloco de Esquerda. Quanto a mim, ainda enferma de alguns problemas, entre eles, e quanto a mim eventualmente o mais gravoso, o facto de, pese embora, alegadamente, querer alterar o conceito de complemento para apoio, não o fazendo na totalidade. E, depois, uma questão que para nós é essencial, que é corremos o risco, pela interpretação que a Segurança Social faz desta matéria, de a proposta pôr em causa o reforço que tinha sido considerado já para o corrente ano, inclusivamente tendo já havido idosos ou pessoas ou beneficiários que apresentaram despesa contando com esse apoio e eventualmente a correrem risco de terem de devolver valores já entretanto recebidos.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária Regional.

De momento, a Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Sendo assim...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma inscrição do PPM.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições para além da do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que ao longo do debate ficou claro que o Bloco de Esquerda iniciou aqui um caminho apresentado soluções diferentes no sentido de alterar o regime do COMPAMID. Essas soluções foram evoluindo, foram encontrando dificuldades que lhe foram explicadas ao longo do debate parlamentar e da informação que, entretanto, foi surgindo. E o Bloco de Esquerda apresenta agora uma proposta que, no seu entender, está consolidada.

Na nossa perspetiva, ficou evidente que ainda tem fragilidades. E, fundamentalmente, para nós, introduz aqui um elemento de descontinuidade num momento fulcral como é este. Esta alteração do regime do COMPAMID, nestas circunstâncias atuais, na nossa perspetiva, não é o momento adequado para introduzir descontinuidades no âmbito deste processo e pode provocar dificuldades. E já se viu que esse risco de provocar problemas em vez de solucionar questões é um risco real. E, portanto, na

nossa perspetiva, estas não são as melhores circunstâncias e também não está garantido que possa obter os melhores resultados. Tem este elemento de descontinuidade que, neste momento, é gravíssimo tendo em conta as circunstâncias que estamos a viver.

Depois, considero que, também, para nós, o que é absolutamente fundamental é, no âmbito destes apoios, como já foi a nossa posição nos anteriores debates sobre outras questões... A burocratização, na nossa perspetiva, deve ser sempre eliminada, mas mantendo sempre a absoluta segurança no âmbito da fiscalização, ou seja, nós queremos que estes apoios, os apoios deste género de âmbito social e outros nas diferentes áreas, possam ser sempre... que exista um rigor no âmbito dessa fiscalização, porque, como é evidente, nós consideramos que o dinheiro público deve ser acautelado sempre, em todas as circunstâncias, mesmo que isso provoque alguma burocracia adicional. Mas o que é fundamental é que esteja absolutamente garantida a sua honestidade e esteja garantido que o seu funcionamento é o funcionamento correto.

E, portanto, também não nos assusta nunca que sejam introduzidos mecanismos de verificação que nos garantam, de facto, a nós como legisladores, que estes elementos de verificação e de prova garantam que aquelas aquisições têm de facto aquele destino e aquela utilização. Portanto, desburocratizar, sim, mas mantendo sempre elementos de verificação e de fiscalização que sejam absolutamente eficazes.

Portanto, sintetizando a nossa posição, não arriscar uma descontinuidade neste processo do COMPAMID. Não é, nestas circunstâncias, aconselhável. Não, não verificamos que existam vantagens adicionais. Não verificamos que este conjunto de alterações provocam uma melhoria muito significativa daquilo que neste momento está a ser executado.

Dir-me-á: bom, mas existem neste momento questões relacionadas com alguns atrasos nos pagamentos. É verdade. O Governo não tem cumprido os prazos, também é verdade. Portanto, mas essa questão resolve-se muito simplesmente através da responsabilização do Governo. O Governo tem obviamente que cumprir os prazos, tem obviamente que realizar os pagamentos nos períodos que estão previstos. E, portanto, isto é pura e simplesmente bom-senso. E da parte do Governo, até tendo em conta as circunstâncias que estamos a atravessar, pois, eu acho que essas melhorias são urgentes e que o Governo deve é pagar quando tem que pagar e, portanto, não se pode atrasar no âmbito dos pagamentos.

Todas as outras questões são questões que a nós não nos parecem prioritárias. O sistema tem, de facto, funcionado, tem vindo a ser aperfeiçoado. Introduzir elementos de descontinuidade neste momento, não, não estamos de acordo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária demonstrou uma certa preocupação, e não é de agora, já em sede de Comissão também o fez, sobre a possibilidade de alguns dos beneficiários do COMPAMID, por utilização indevida, mesmo que de forma involuntária, deste apoio social, terem que posteriormente devolver o dinheiro e que, portanto, com este cartão, e não só com este cartão, com a possibilidade de obviar que o beneficiário tivesse que antecipar o dinheiro ao balcão da farmácia, essa seria uma possibilidade.

Ora, Sra. Secretária, devo lembrar que com a introdução deste sistema, que já existe em parte com a atual desmaterialização e simplificação, a faturação até pode ser eletrónica. Pode, não. É eletrónica. A faturação é eletrónica, pelo que dispensa a realização de prova da aquisição dos medicamentos. A

plataforma permitiria a definição da listagem de medicamentos e até mesmo as regras de concessão do apoio. Ou seja, a probabilidade de um beneficiário ter que devolver o dinheiro seria nenhuma ou muito ínfima. Isto responde em parte às reservas colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão acerca da fiscalização da atribuição deste apoio, porque tudo seria através do cruzamento de dados e através da faturação eletrónica e da digitalização automática de todos os documentos.

O que é que é mais disruptivo nesta altura para o Sr. Deputado Paulo Estêvão, continuar, os beneficiários do COMPAMID, a terem que antecipar os pagamentos dos medicamentos para só depois serem ressarcidos dessa despesa, ou terem de enviar, tal e qual como hoje em dia acontece, o comprovativo da despesa por email para só depois receberem o reembolso? É porque nesta altura será aconselhável a muitos destes beneficiários, por razões óbvias, em vez de terem de se deslocar não só à farmácia, mas também aos Serviços de Ação Social para entregarem os devidos comprovativos, é aconselhável que eles enviem por email toda esta documentação. E o que é que incomoda mais, o que é causa mais entropia no sistema, é todo este sistema que, apesar de tudo e apesar da recente desburocratização e desmaterialização, continua a ser burocrático, ou simplificar e principalmente no que diz respeito à atribuição direta deste apoio que, em vez de prever a antecipação do pagamento pelos beneficiários ao balcão da farmácia, prevê a concessão de crédito, tal e qual era proposto em 2008 pelo proponente do próprio COMPAMID, que era a concessão de crédito na farmácia e não o adiantamento do dinheiro por parte do beneficiário diretamente ao balcão da farmácia para só depois ser ressarcido? O que é que aqui causa mais entropia? Eu creio que é a situação atual.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Graça Silveira, Sra. Presidente.

**Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente...

**Presidente**: Diga, Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Eu inscrevo o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**Presidente**: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu, depois de ouvir toda esta discussão, ainda não percebi bem qual é que é a fragilidade da proposta do Bloco de Esquerda, se é nós introduzirmos um novo *modus operandi*, que, concordo com aquilo que a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras disse, efetivamente, as pessoas idosas têm alguma dificuldade em mudar as suas formas de atuar e que se possam sentir inseguras. Eu não sei se percebi mal, mas, há relativamente pouco tempo, no meio desta pandemia, a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social achou por bem que os pagamentos das reformas ou das pensões fossem feitos por transferência bancária. Inclusivamente, tenho conhecimento que houve algumas pessoas que chegaram ao banco, não tinham o número de NIB e foi dada a informação de que era para conferir se eram efetivamente as pessoas que eram titulares da conta, tentando facilitar todo este processo, e bem, para evitar que os idosos tenham que ir levantar as suas pensões para o banco, da mesma maneira que penso que é o argumento que o Deputado Paulo Mendes está a utilizar, de evitar que os idosos tenham que ir para a farmácia e ir buscar comprovativos.

Mais, se o próprio Sistema Regional de Saúde já introduziu a desmaterialização das receitas enviando o número de receita para os telemóveis, sabendo que grande parte dos doentes são idosos e que muitas vezes nem sequer levaram o seu telemóvel para a consulta porque foram de urgência e esqueceram-se do seu telemóvel em casa... Porque aconteceu comigo, estar a acompanhar um idoso da minha família e ter que dar, eu, o meu número de telemóvel para que fosse enviada a receita para o meu telemóvel. Se não existisse telemóvel nenhum, gostava de saber como é que isso acontecia. Portanto, a tendência é para que as coisas se tornem mais fáceis e desmaterializar. Portanto, o papão de que os idosos não se podem expor a novos modos, a verdade é que o próprio Governo o tem implementado. E se estou errada, gostaria que fosse corrigida.

Obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu acho que devemos, também, centrar esta questão naquilo que é efetivamente o que está em discussão e que é, neste momento, com as alterações e as sucessões de alterações ao diploma, a passagem à existência, ou não, de um cartão pré-pago ou pré-carregado para utilização dos idosos. É isso que estamos de facto a discutir, é a profunda questão que estamos a falar. Todo o resto são questões de pormenor.

Ninguém tira o mérito, penso eu, ninguém retirará alguma vez o mérito ao CDS quando fez nascer o COMPAMID. É uma marca que o COMPAMID terá, e que o CDS, com toda a legitimidade, o relembra, e que nós todos também não esquecemos. Mas isso é aquilo que perdura no tempo, tal como

houve quem votasse contra a escolha do Dia dos Açores e não é por isso que hoje não abraçam os Espírito Santo com todo o fervor e autonomismo.

Mas, pronto, é a sucessão dos acontecimentos que nos leva, de facto, a querer melhorar os diplomas e a querer facilitar a vida das pessoas.

Eu queria apenas, para, penso eu, fazer esta minha última intervenção, refutar mais uma vez o entendimento da Sra. Secretária. Isto não é uma questão de entendimento e do que é que nos parece, é uma questão daquilo que é efetivamente o que é. O artigo 73.º do Orçamento para a Região Autónoma dos Açores, sob a epígrafe “atualização do complemento para a aquisição de medicamentos pelos idosos”, diz o seguinte: “O Governo Regional, no primeiro trimestre de 2020, procede ao aumento de 25% do valor do complemento para aquisição de medicamentos para idosos.” Isto é o que o Orçamento altera. Isto é que é a essência da norma orçamental e legislativa. Nós podemos substituir este diploma 100 vezes, enquanto ele for um diploma sobre o complemento para a aquisição de medicamentos para idosos, esta norma, enquanto vigorar, mantém-se a fazer repercutir aqueles 25% naquele diploma que venha a suceder ao atual, porque é isto é que é a eficácia legislativa e a coerência legislativa da dinâmica do processo legislativo.

Eu volto a repetir, aí de nós se, quando fazemos uma revogação de um diploma, todas as referências para esse diploma ficassem automaticamente revogadas. As referências não são feitas para um número de um diploma, são feitas para o objeto do diploma. E, portanto, lendo a epígrafe e lendo aquilo que é a essência da norma do aumento dos 25%, continuo a dizer, do pouco que me pode caber em termos de perceção destas matérias, com esta revogação e com esta substituição do COMPAMID continua a existir um complemento para aquisição de medicamentos para idosos, continua a vigorar o artigo 73.º do Orçamento, continua a aplicar-se o aumento dos



25%. Se esse fosse de facto o argumento e se isso fosse de facto a realidade, naturalmente que nós também não estaríamos a favor.

Agora, o que está aqui de facto em discussão é a redução dos problemas em termos de eficácia do acesso ao COMPAMID e da melhoria desse acesso e da sua utilização por parte dos nossos idosos. E é isso que nós valorizamos neste diploma, novamente, mantendo os créditos da sua introdução na nossa ordem legislativa ao seu autor, que é o CDS-PP e, naturalmente, também valorizando aquilo que é a importância do COMPAMID para os nossos idosos e para aquilo que é o seu dia a dia de dificuldade na aquisição de medicamentos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, não temos inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Por isso, vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Votação na generalidade:

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, voto contra.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** O meu voto é contra.

**Presidente:** Não percebi, Sra. Deputada.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** O meu voto é contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Corvelo.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, voto contra.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís. O meu voto é contra.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado Manuel Pereira.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de DLR 45/XI, na generalidade, foi rejeitado com 30 votos do Partido Socialista, 3 votos do CDS-PP e 1 do PPM; e teve 18 votos favoráveis do PSD, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 da Deputada independente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Passamos agora ao ponto 8 da agenda: **Projeto de Resolução n.º 221/XI – “Reforçar o combate ao abandono escolar em tempos de pandemia”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Os tempos são os seguintes: o Governo Regional e o PS dispõem de 16 minutos; o PSD, 12 minutos; o CDS, 8; o Bloco de Esquerda, 6; as Representações Parlamentares do PCP e do PPM, 4 minutos; e a Sra. Deputada independente, 1 minuto.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau para apresentar a iniciativa.  
Sra. Deputada Sónia Nicolau...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Peço desculpa, Sra. Presidente. Estava aqui com alguma dificuldade em ligar o som.

**Presidente:** Tem a palavra.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta para debate e votação o Projeto de Resolução – “Combate ao abandono escolar em tempos de pandemia”, como mais uma proposta concreta para os tempos em que vivemos. Uma proposta de simples entendimento e, cremos ser, de máxima utilidade.

Esta proposta pretende salvaguardar os direitos das crianças e jovens no acesso à educação e apoiar os professores. Como? Através de um documento

orientador, elaborado pela Direção Regional da Educação e Comissariado dos Açores para a Infância, para melhor identificação de alegadas situações de risco a que crianças e jovens possam estar sujeitas, tais como o abandono escolar, a não realização de atividades escolares, negligência parental ou outras situações de perigo.

E porque o fazemos? Porque, na verdade, nós vivemos tempos diferentes numa situação excecional. Sabemos que se na sala de aula já se torna difícil, e perto da vista dos professores, identificar alegadas situações de risco, adensa-se na circunstância de cada um estar na sua casa e longe da vista dos professores. Temos crianças e jovens sinalizados e casos suspeitos não podem ser negligenciados. Ou seja, no nosso entendimento, há que estar alerta por exemplo:

Para as não respostas continuas e reiteradas por parte dos encarregados de educação;

Os não envios contínuos e reiterados das respostas às atividades escolares, sem justificação;

A ausência contínua e reiterada às aulas à distância, sem qualquer justificação.

Isto, entre tantos outros indicadores de alerta.

Para a proteção das crianças e jovens, pelo direito à educação, importa identificar as situações de eventuais perigos com o discernimento que se exige nas circunstâncias em que se vive.

O percurso dos Açores, das crianças e jovens açorianos para o combate ao abandono escolar tem sido efetivo e assinalável. No espaço de apenas uma geração, a taxa de abandono escolar nos Açores registou uma redução impressionante, passando de 17,15% em 1991 para 2,51% em 2011. Estes dados são de muito importantes, não por mera estatística, mas porque o abandono escolar zero é o desígnio de uma sociedade inclusiva e progressista

que valoriza a educação como o seu motor de desenvolvimento social, cultural e económico.

Assim, este Projeto de Resolução, como mais uma proposta concreta perante a situação pandémica que forçou à alteração do modelo de ensino e de aprendizagem, associa-se como um reforço às estratégias do Governo Regional para o desígnio do abandono escolar zero para salvaguardar os direitos das crianças e jovens no acesso à educação e apoiar os professores com recurso a um instrumento orientador.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em suma, este Projeto de Resolução agora apresentado concorre para a convicção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e que o nosso património progressista na área educativa bem comprova, de que o abandono escolar zero define-nos enquanto sociedade.

Estamos certos de que menos abando escolar é mais direito à educação, menos abandono escolar é mais percurso académico, menos abandono escolar é mais qualificação.

Disse.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Queria inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado.



**Deputado Luís Maurício (PSD):** Queria inscrever a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

**Presidente:** Muito obrigada.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado.

**Deputado António Lima (BE):** Gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A educação possui impacto em todas as áreas da nossa vida, em todas as classes sociais de todas as partes do mundo. A educação é algo transversal, é um pilar fundamental para a preparação do futuro e um retrato do presente e da sociedade em que vivemos.

Criar uma estratégia equilibrada, exequível e realista para o combate ao abandono escolar é o que sempre defendeu o Grupo Parlamentar do CDS.

Uma estratégia realista porque os Açores são a segunda região de Portugal com a menor taxa de analfabetismo, 4,7%, mas ninguém pode ficar indiferente quando temos uma taxa de abandono escolar precoce, ou seja, jovens entre os 18 e 24 anos não terminaram o ensino secundário, de 27 % em 2019.

Podem ser mais diversas as interpretações que se fazem aos números, por exemplo: a taxa de abandono escolar, de 2,51%, como é mencionado até na iniciativa e agora pela Sra. Deputada Sónia Nicolau, pode ser baixa quando comparada com os 17,15% de 1991, mas pode ser considerada um mau

resultado quando a média nacional de abandono escolar em 2019 é de 1,7%, ou quando olhamos para as taxas do território continental ou da Região Autónoma da Madeira.

Sabemos que, perante os números que persistem na Região quanto ao abandono escolar precoce, o sistema educativo continua sem conseguir superar esta realidade, sem conseguir criar uma estratégia que seja estimuladora para os alunos quererem e reconhecerem a importância do saber, mas também porque tal é resultado, muitas vezes, da falta de coesão social que existe na nossa sociedade.

Uma estratégia exequível, porque sabemos que na Estratégia Europeia para a Educação e Formação, para 2020, a meta europeia definida para a taxa de abandono escolar precoce deve ser no máximo de 10%. E que, em sintonia com isto, o programa ProSucesso definiu como objetivo principal a redução da taxa de abandono escolar precoce para níveis inferiores aos tais 10%. Mas já estamos em 2020 e a verdade é que não conseguiremos atingir essas tão desejadas metas e essas tão desejadas taxas dos 10%. Sabendo que é considerado, pela Comissão Europeia, a taxa de abandono escolar precoce um dos principais indicadores da performance dos sistemas educativos. Temos de definir metas ambiciosas, mas que sejam ao mesmo tempo exequíveis.

Uma estratégia equilibrada porque, por um lado, se consideramos que é ambicioso que todos tenhamos outras taxas de abandono escolar precoce, e acho que é transversal a todos os partidos, que a Região se aproxime das médias nacionais, que não seja consecutivamente a Região com os maiores índices de abandono escolar precoce, também não pode valer tudo, não pode valer facilitar tudo para que se alcance tais resultados.

Precisamos de estratégias, acima de tudo, que preparem as nossas crianças e jovens para o futuro, que estes adquiram conhecimentos sólidos sempre de

olhos postos no aluno, pois de nada servirá andarem os alunos de programa em programa, progredindo nos anos escolares, não tendo os conteúdos e as competências necessárias.

Todo este cenário que vivemos atualmente, o isolamento que foi necessário impor, que levou ao encerramento de algumas escolas e que permanecem ainda algumas encerradas e a opção do ensino à distância, antes de mais, o CDS tem que, mais uma vez, reconhecer todo o esforço de muitos pais, alunos, professores e conselhos executivos num trabalho árduo de adaptação a esta nova realidade e de muito empenho e dedicação para tentar minimizar esta nossa nova realidade e este ensino à distância.

Não há dúvida que toda esta situação pode aumentar mais as desigualdades e as disparidades entre os alunos, e estes podem ser fatores potenciadores ao abandono escolar precoce. As experiências são as mais variadas, porque a verdade é que:

Temos alunos que, dada a sua dinâmica familiar, está a resultar o ensino à distância bastante bem;

Temos alunos que estão a sentir grandes dificuldades, porque até precisavam, por alguma circunstância, de mais algum apoio, ou porque até o tinham no ensino presencial, ou até mesmo porque não estão tão habituados a este novo cenário tecnológico, ou até mesmo porque os próprios pais, como tinham até esse apoio presencial, não estão familiarizados com os programas e não conseguem dar esse apoio ao aluno, ou até porque também não estão familiarizados com as tecnologias;

Temos ainda aqueles alunos que se encontram muitas vezes em famílias mais destruídas e que não têm a motivação para acompanhar esta nova realidade, que até os próprios encarregados de educação não reconhecem a importância dos seus educandos participarem ativamente neste novo processo de aprendizagem e, como tal, os resultados não estão a ser os

melhores. E muitas vezes tem valido o empenho de muitos professores que tentam manter o contacto com a família, tentam manter o contacto com o aluno, mas sabemos que a realidade às vezes é bastante difícil.

O CDS, reconhecendo todas estas fragilidades, na tentativa de minimizar todas estas diferenças, apresentou até no Plenário passado uma iniciativa que visa a criação de medidas que permitam o acesso de todos os professores e alunos aos recursos necessários a este ensino à distância, a qual foi aprovada, nessa tentativa, também, de minimizar o que poderão ser os impactos e criar as condições necessárias para que isto resulte.

Não temos dúvidas que estas disparidades e estas desigualdades existem e que, na realidade, no que se refere ao abandono escolar, claro que temos que estar preocupados, como até já o estávamos no ensino presencial e claro que agora é uma situação mais difícil e uma situação que poderá potenciar mais o abandono escolar precoce.

Portanto, todas as iniciativas que poderão tentar minimizar esta situação, o Grupo Parlamentar do CDS vê com bons olhos. Contudo, ao avaliarmos o ponto resolutivo, parece-nos que até o que está a ser proposto agora parece-nos que é o que já ocorre ou que já acontecia no passado e que continuará a ocorrer. Está bem, se calhar não de uma forma formalizada, mas tal já existe, porque a verdade é que o Comissariado dos Açores para a Infância tem mantido sempre uma estreita articulação com o setor da Educação. Relembro ainda que, em abril do ano passado, este Comissariado sinalizava que a diversificação na oferta educativa poderia contribuir para o combate ao insucesso e ao abandono escolar. E, como tal, consideramos que também há uma estreita relação de muitos professores com as CPCJ, as CPCJ com o Comissariado para a Infância. E, portanto, acreditamos que se esta articulação e esta proximidade já existia no passado, por maioria de razão, deve continuar a existir.

Mas, como tal, consideramos que todas as iniciativas que venham tentar minimizar toda esta situação e o abandono escolar na Região são bem-vindas.

O Grupo Parlamentar considera que o abandono precoce produz, efetivamente, um impacto muito negativo nas oportunidades dos jovens no mercado de trabalho, representando, por conseguinte, um custo elevado, não apenas nesses indivíduos, mas também na sociedade e na economia. E a verdade é que, infelizmente, o abandono escolar precoce continua a ser um dos grandes flagelos sociais dos Açores.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma inscrição. Pretendia inscrever-me, Sra. Presidente. Paulo Estêvão.

**Presidente:** Sr. Deputado, ainda não acabamos a ronda.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ah, não posso, peço desculpa.

**Presidente:** Mas já fica inscrito. Mas, pronto, só para lhe alertar que ainda estávamos no âmbito da primeira ronda de inscrições, está bem?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu peço desculpa, Sra. Presidente.

**Presidente:** Não, não há problema.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A situação excecional em que vivemos, para a qual ninguém estava preparado, reportou-nos a uma nova realidade marcada por desafios constantes que exigem respostas excecionais e imediatas, tendo cada um de

nós um papel ativo e fundamental na procura das melhores soluções que visem minimizar os constrangimentos causados pela COVID-19.

O encerramento das escolas na Região foi uma das medidas mais importantes para travar o contágio da Covid-19. O foco estava e está na saúde das pessoas!

Assim, neste contexto de emergência e isolamento social, concordamos que o único modelo capaz de proporcionar aos alunos a continuidade de hábitos de estudo e momentos de aprendizagem era e é o ensino à distância.

A prioridade deve ser a garantia da universalidade do acesso à educação e a igualdade de oportunidades no que respeita a este setor, sendo que, por melhor que seja a utilização de todos estes recursos tecnológicos, não é igual à escola presencial.

A prioridade deve ser garantir que todos estejam ligados à escola, tendo a plena consciência de que nem todos os alunos dispõem nas suas casas de computadores com acesso à internet e que, em muitos lares, os recursos disponíveis têm de ser partilhados pelos pais e pelos filhos, como todos nós sabemos.

É na escola, na verdade, que todas as crianças e jovens recebem o mesmo tratamento, longe da situação pessoal que cada uma delas vive na sua casa. É nas escolas que eles adquirem as competências necessárias para se tornarem cidadãos ativos na sociedade.

E, por isso mesmo, para o PSD/Açores, o princípio basilar do acesso à educação deve ser assegurado, sabendo que a desigualdade no acesso à internet e a equipamentos informáticos/tecnológicos adequados pode aprofundar os abismos da desigualdade educacional e social.

Os professores e os alunos foram obrigados a avançar para um ensino virtual, os pais e encarregados de educação a acompanhar os filhos nas tarefas escolares, muitos dos quais até sem as melhores condições ou formação para

tal. As dificuldades sentidas pelos pais e encarregados de educação no acompanhamento dos filhos neste novo modelo de ensino não podem ser ignoradas. Quem já acompanhava soube gerir melhor este processo. O desafio maior foi para quem, ao contrário do que acontecia antes, viu-se como um parceiro efetivo do professor.

Assim sendo, se temos desigualdades do lado das famílias, com repercussões no desempenho dos alunos em contexto de sala de aula, agora que os alunos estão em casa e o papel da família exacerbado, as diferenças acentuaram-se. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não tenhamos a ilusão: as escolas e os alunos estão longe de ir todos à mesma velocidade e se não forem tomadas medidas claras, assertivas e preventivas, corremos o risco de contribuirmos para o aumento do abandono escolar dos nossos alunos.

É necessário que o ensino à distância seja estimulante e que os alunos sem conectividade e com fracos recursos tecnológicos não fiquem excluídos das formas de ensino à distância baseadas em apenas formatos digitais.

São absolutamente fundamentais o acompanhamento pedagógico e social dos alunos e famílias, mediante uma articulação interna na escola, envolvendo a comunidade escolar e a sociedade em geral, num combate que é de todos.

Neste contexto, o Comissariado dos Açores para a Infância e as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens têm um papel fundamental na defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens, no âmbito do exercício das suas funções, e de acordo com o que está previsto no Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto.

Pelo que o expectável é que a articulação entre o Governo Regional e o Comissariado seja funcional, seja feito de forma articulada e regular, com vista a promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Ademais, o próprio documento elaborado e enviado pela tutela às escolas no passado dia 06 de maio, onde estão elencadas as orientações para a avaliação dos alunos no ensino à distância, no que à assiduidade diz respeito, prevê a aplicação do Estatuto do Aluno, que, por sua vez, remete para as CPCJ.

Ora, considerando que o modelo de proteção de crianças e jovens no País e na Região apela à participação ativa da comunidade, numa relação de parceria com o Estado, concretizada nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, capaz de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social e educacional, sabendo que essas comissões visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo, tal como já foi referido, a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, nós desconhecemos qual o alcance do presente Projeto de Resolução, quando o recomendado já se encontra previsto no âmbito das respetivas competências!

Pelo que só podemos estar perante uma, de duas hipóteses: a recomendação do Partido Socialista não faz sentido, face ao já previsto na legislação, o que significa que as equipas estão no terreno e a desempenhar bem as suas funções; ou então a recomendação faz sentido, porque não está a ser cumprido o que se encontra legalmente previsto, e aí recaímos para a situação em que o funcionamento dessas equipas está a falhar!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:



Independentemente do esclarecimento que vier a ser dado pelo Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do PSD, por entender que todos devem fazer parte da solução e não do problema, votará favoravelmente esta iniciativa.

Votaremos favoravelmente esta iniciativa, pois, pese embora entendamos que seja redundante, reconhecemos e valorizamos o trabalho que tem sido desenvolvido por essas comissões na defesa e promoção dos direitos das nossas crianças e jovens.

Apresentamo-nos a este debate numa perspetiva de contribuição proativa para que nenhum aluno fique para trás, para tudo fazer com vista a garantir o melhor acompanhamento dos nossos alunos dos Açores. E, neste sentido, somos do entendimento que o combate ao abandono escolar implica a adoção de outras medidas com carácter preventivo, de forma atempada e não desorientada.

Com responsabilidade e humildade, é necessário reconhecer que estamos num ano excecional e que as implicações deste ano irão sentir-se no próximo, o que acarretará adaptações provavelmente a nível dos currículos e de outros tipos de organização escolar.

Por ser tempo de “preparar o *day-after*”, conforme afirmou o Sr. Secretário Regional da Educação na última sessão plenária, é tempo, por exemplo, de preparar o próximo calendário escolar e evitar precisamente a desorientação nas escolas, mediante orientações que colidem ou até obstaculizam o cumprimento de outras orientações.

O único propósito do PSD/Açores é garantir a igualdade de oportunidades a todos os alunos da Região, independentemente dos tempos de pandemia em que nos encontramos.

Pois, o sector da Educação apresenta outras fragilidades que merecem a nossa preocupação e reflexão sobre a eficácia das políticas educativas,

indicando a título de exemplo a elevada taxa de abandono escolar precoce nos Açores.

Em 2016, a taxa de abandono escolar precoce nos Açores era de 26,9%. Em 2019, atingiu os 27%. Ou seja, não se registou qualquer melhoria. Pelo contrário, a nível nacional houve, no mesmo período, uma redução de 14 para 10,6%. Estes números são muito preocupantes dado que, em sintonia com a Estratégia Europeia para a Educação e Formação 2020, o programa ProSucesso definia como objetivo principal a redução da taxa de abandono escolar precoce nos Açores. Estes indicadores dão nota de que o abandono escolar precoce continua a constituir uma grande vulnerabilidade do sistema educativo nos Açores, com impactos profundos no crescimento económico e na igualdade de oportunidades.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Garantir a todos as melhores oportunidades educativas, independentemente do percurso escolar que cada um possa realizar em função dos seus objetivos, não é apenas um imperativo de justiça social, é também uma forma de utilizar os recursos com maior eficácia e de promover a coesão social.

O progresso da nossa Região tem que passar por uma aposta muito forte no investimento direto nas pessoas.

O futuro da nossa Região depende da educação! A escola de hoje será a economia de amanhã.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os açorianos e açorianas confrontam-se com mudanças radicais no seu quotidiano devido às medidas de constrangimento à sua circulação e convívio decorrentes do combate à pandemia de COVID-19. Têm de aprender a lidar com a novidade do teletrabalho e com o ensino à distância, mudanças que acarretam autênticas reconfigurações do meio familiar e implicações na forma como se compatibilizam, com menor ou maior dificuldade, os domínios da família e do trabalho num mesmo espaço.

Muito recentemente, os açorianos viram-se confrontados com um processo gradual de desconfinamento. E ainda bem que se começa a falar em desconfinamento planeado, suportado por evidências científicas, mas nem sempre corroborado no terreno.

A reabertura do ensino básico ainda este ano letivo, no Corvo, Flores e Santa Maria, fez-se com a boa vontade e extrema dedicação de quem dirige as escolas, do pessoal docente e não docente e até com a compreensão de pais e encarregados de educação. Contudo, é normal que subsistam receios, alguns certamente com razão e outros nem tanto assim, até porque persistem défices nas condições de funcionamento destas escolas. Nem sempre o distanciamento social é garantido, até mesmo dentro das instalações escolares e, quando saímos os portões das escolas, nem sempre essas mesmas distâncias são respeitadas nos transportes escolares. Razões que levam muitos pais a questionar sobre a necessidade do regresso à escola, principalmente no caso dos alunos mais novos.

Numa altura que se pretende promover o diálogo entre a escola e as famílias para as sensibilizar e, se for o caso, corrigir situações que possam estar a contribuir para resistir ao regresso à escola, o Partido Socialista entende que qualquer forma de absentismo, quer na modalidade remota ou presencial, deve ser tida como uma forma de negligência parental. Não faz qualquer sentido tal postura, porque transmite uma mensagem dúbia às famílias.

Por um lado, foi dado um período suplementar de 15 dias do subsídio de apoio à família para os progenitores que queiram, mesmo assim, durante este período inicial, ficar com os filhos em casa e, pelo menos no Continente, as escolas asseguram que os alunos que não queiram regressar à escola não serão penalizados com faltas.

Por outro lado, o Partido Socialista procura com esta iniciativa legitimar a perseguição às famílias que entendam que não estão reunidas as condições para que os seus educandos regressem às escolas ou que se defrontam com dificuldades várias para prosseguir com o ensino à distância.

Assim, o Partido Socialista, em vez de apoiar as famílias na base da assertividade, opta por usar o Comissariado dos Açores para a Infância para legitimar as escolas para forçar o regresso dos alunos cujas famílias apresentem dúvidas e reservas legítimas acerca desse mesmo regresso.

O Sr. Secretário Regional da Educação, pese embora reconheça as limitações do ensino à distância, reafirmando que “a desigualdade é calcanhar de Aquiles” desta modalidade e que “é um fraco substituto do ensino presencial, sobretudo nos ensinamentos básico e secundário”, insiste em fazer de conta que conseguiu montar um sistema que rivaliza com o ainda imperfeito ensino presencial.

E é também perante uma modalidade de ensino tão potenciadora de desigualdades que, em vez de apoiar quem tem estado à margem desta modalidade de ensino, parte-se do princípio que estes alunos estão a ser negligenciados pelas respetivas famílias.

Não é com ações, como aquelas levadas a cabo na ilha das Flores, que se combate o abandono escolar, em que famílias foram, digamos que sensibilizadas pelas CPCJ locais para a obrigatoriedade do regresso às aulas presenciais, caso contrário poder-se-ia iniciar um processo que poderia resultar na retirada da tutela legal dos filhos a estas famílias, tão somente

porque apresentaram dúvidas e reservas sobre as condições oferecidas pelas escolas para um regresso em segurança.

A chave para combater o abandono escolar não é, certamente, colocar a escola contra as famílias, mas sim colocar a escola lado a lado com as famílias.

Hoje, o que aqui se propõe é vil e totalmente contrário aos intentos da escola pública, como uma escola verdadeiramente integradora do aluno, a começar pela sua família. É por essa razão que o nosso Grupo Parlamentar votará contra esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Está agora aberta uma segunda ronda de inscrições, sendo que já tenho o Sr. Deputado Paulo Estêvão para esta ronda. Pergunto se há mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Graça Silveira, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silveira.

Pergunto se há mais inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente...

**Presidente:** Sr. Secretário...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** O Sr. Secretário Regional da Educação, por favor. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após 12 anos de atividade parlamentar, finalmente vou cumprir o meu sonho, que é ser um Deputado do Governo nesta matéria, apenas por 4 minutos, mas sempre valeu a pena.

Porque a questão é esta: eu estou absolutamente surpreendido com esta proposta, porque esta proposta é um autêntico tiro no pé. Então, a Secretaria Regional sabia que isto não estava a ser feito pelas escolas, em total desrespeito pela lei e que, portanto, estes procedimentos, ou seja, deixou de fazer o exercício das suas competências em matéria de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em caso de absentismo das atividades escolares!? Mas eu não tenho nenhuma notícia que a Secretaria Regional da Educação não tenha feito, que a Direção Regional da Educação não tenha feito e que as escolas não tenham feito! Porque um Projeto de Resolução que este Parlamento com certeza aprovará porque há uma maioria parlamentar do Partido Socialista, isso significa que se está a recomendar ao Governo uma coisa que ele não está a fazer e, portanto, que está a recomendar ao Governo e se está a lembrar que deveria fazer e que não o fez!

E, portanto, eu, na minha perspetiva, parto do princípio que em nenhum momento a Secretaria Regional da Educação deixou de exercer as suas competências e em nenhum momento as escolas deixaram de exercer as suas competências. E, portanto, continuaram a exercer as suas competências! Eu não vejo e pelo menos não me chegaram notícias em relação à negligência do Governo Regional nesta matéria ou negligência dos respetivos conselhos executivos nesta matéria.

Portanto, todos sabem que a legislação continua em vigor e que, obviamente, esta é uma matéria que em todas as circunstâncias e nesta também, como é óbvio, deve ser acompanhada de perto. E os interesses das crianças devem ser protegidos em todas as circunstâncias.

E, portanto, eu estou absolutamente surpreendido que o Partido Socialista ache que a Secretaria Regional da Educação não está a fazer isto e que as escolas não estão a fazer isto. aguardo com muita curiosidade a intervenção do Sr. Secretário da Educação em relação a esta matéria.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão não vai ter que aguardar muito porque eu só vou falar 1 minuto, está bem? Já vai ficar a ouvir o Sr. Secretário Avelino de Meneses.

Bom, isto só para lhe dizer, Sra. Deputada, que se o seu Projeto de Resolução fosse aplicado à letra, seguramente que a minha filha Rosa seria encaminhada para uma instituição hoje ou amanhã, porque o critério que coloca aqui no seu projeto resolutivo para verificar o absentismo escolar é o absentismo das atividades escolares. A minha filha esteve em todas as aulas, mas seguramente que não fez muitas das atividades, e eu não consegui controlar se ela tinha feito ou não. Portanto, usar as atividades escolares para avaliar absentismo escolar, nunca tal imaginei. Mas pergunto-lhe: como é que a partir de agora vai conseguir verificar se efetivamente os meninos não estiveram nas aulas? Era porque não tinham computador? Não tinham internet? Daqui a duas semanas estão de férias, como é que vai chegar à conclusão que eles não estão a assistir às aulas, se é porque estão em absentismo, ou é porque estão de férias, Sra. Deputada?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sociedade do passado, na sociedade do presente e na sociedade do futuro, a família foi, a família é e a família deverá ser o principal amparo das crianças, dos adolescentes e dos jovens na transição para a vida adulta.

No entanto, há missões que a família podia cumprir. No entanto, há missões, eventualmente as mesmas, que a família já não pode cumprir.

Neste caso, as sociedades e os governos têm de assumir responsabilidades acrescidas que garantam o bem-estar às crianças, aos adolescentes e aos jovens, munindo-se de instrumentos de intervenção quando claramente os pais e os encarregados de educação não cumprem a sua missão de educadores por desleixo ou por incapacidade. Em tais circunstâncias, atrás da família, nas sociedades e nos governos, a educação, melhor dizendo, a escola, deve ser sempre o amparo das crianças, dos adolescentes e dos jovens na transição para a vida adulta.

Entre nós, a escola cumpre esta renovada missão? Sem dúvida. Entre nós, a escola enfrenta dificuldades no cumprimento desta renovada missão? Necessariamente que sim.

Quando se fala em proteção de crianças, de adolescentes e de jovens, ressaltam dois instrumentos de intervenção, onde possuem, aliás, assento representantes da Educação:

São as equipas de intervenção precoce, coordenadas pela Saúde, que zelum pelas crianças de tenra idade, visando a deteção de atrasos precoces para que não se tornem, de todo, irreversíveis, evitando a sujeição a maus-tratos, de todo, condenáveis;

São, também, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, vulgo CPCJ, coordenadas pela Solidariedade Social, que constituem uma espécie de consórcio da comunidade dos cidadãos e das instituições do Estado, que



estimulam a promoção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, de preferência junto das próprias famílias, só em última instância fora do ambiente familiar, de preferência pelo exercício da persuasão, só em última instância com recurso aos tribunais.

Mas antes dos casos desembocarem nas CPCJ, nas escolas, por exemplo as equipas multidisciplinares de apoio socioeducativo exercem funções de combate à exclusão e ao abandono.

De resto, como se sabe, são vários os projetos e diversa a legislação que salvaguardam os direitos de crianças, adolescentes e jovens dentro e fora da escola.

Nesta conjuntura de pandemia, que motivou o encerramento das instalações escolares, não pode a escola eximir-se da sua missão pedagógica assumida pela montagem e pelo desenvolvimento de um sistema de ensino à distância, não pode a escola eximir-se da sua missão social, conferindo, sempre, às crianças, aos adolescentes e aos jovens a necessária proteção em complemento da ação das famílias e das comunidades.

A prevenção do abandono escolar é, portanto, uma prioridade. Uma prioridade que concretiza o direito à educação, consagrado na Constituição. Por isso, nas várias orientações remetidas às unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional, acautelamos o incentivo e o controlo da assiduidade para que a escola seja fator de igualdade, contra a reprodução de todas as desigualdades. Senão, vejamos:

Nas orientações para o desenvolvimento do ensino à distância, de 03 de abril, na página 10 lê-se: “É fundamental que os professores compreendam que um aluno em regime de ensino à distância tem sempre menos apoio do que teria num sistema presencial, pelo que não se deve colocar níveis de exigência demasiado irrealistas levando a que o aluno desista da presença online. É, pois, fundamental que os professores mantenham o contacto com os alunos

na revisão e consolidação de conteúdos, adequando as suas metodologias às condições atuais e, de igual forma, fazendo-o nas questões de avaliação e/ou classificação.”

E na página 14 pode também ler-se: “O diretor de turma desempenha uma função central ao nível da articulação entre professores, alunos e pais e encarregados de educação. Coordena a organização do trabalho semanal, assegura a preparação da distribuição das tarefas dos alunos, nomeadamente na estruturação dos momentos de presença online, sempre que estes não tenham acesso a ambientes digitais, e garante o contacto com os pais e encarregados de educação. É fundamental que os professores titulares de turma continuem a apoiar os alunos com mais dificuldades, no âmbito das Atividades de Apoio às Aprendizagens. É igualmente imprescindível o apoio tutorial de psicólogos, técnicos da educação especial e professores tutores, professores da educação especial e mediadores EPIS, que devem continuar a apoiar os alunos de modo frequente, garantindo a eficácia da sua intervenção.”

Já nas orientações para a avaliação dos alunos em ensino à distância, de 06 de maio, na página 3 lê-se: “Ao nível da assiduidade e suas repercussões no contexto da aprendizagem, há que ter em conta o seguinte: aos alunos em ensino à distância aplica-se o disposto no Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo DLR n.º 12/2013/A, de 23 de agosto, e demais normativos em vigor, bem como no regulamento interno da unidade orgânica. Não obstante, conforme orientações anteriormente emanadas pela tutela, a falta de assiduidade dos alunos no contexto do ensino à distância não ser registada e contabilizada para efeitos de retenção/progressão, estes estão obrigados ao dever de assiduidade nas sessões síncronas, nos termos a definir pela unidade orgânica e no respeito pela legislação em vigor. Compete ao conselho pedagógico da escola definir as regras de registo de

assiduidade ajustadas às estratégias, recursos e ferramentas utilizadas pela escola e por cada aluno, garantindo-se também, no contexto de ensino não presencial, o cumprimento da escolaridade obrigatória. Nos casos em que, por motivos devidamente justificados, o aluno se encontre impossibilitado de participar nas sessões síncronas, pode a escola facilitar o acesso ao seu conteúdo em diferido. Compete aos professores recolher evidências da participação dos alunos, tendo em conta as estratégias, os recursos e as ferramentas utilizadas pela escola e por cada aluno. Compete aos professores elaborar um registo semanal dos conteúdos ministrados, das sessões síncronas e assíncronas realizadas e de outros trabalhos desenvolvidos pelos alunos.”

Mais recentemente, nas orientações enviadas às escolas, sobre o regresso às aulas presenciais pelos alunos dos 11.º e 12.º anos de escolaridade, nas páginas 1 e 2 lê-se: “Nos casos da existência de alunos que não cumpram a obrigatoriedade da assistência presencial às atividades letivas, deverá a unidade orgânica acionar a intervenção da CPCJ. Se o aluno for maior, estando, pois, fora da escolaridade obrigatória, deverá ser retido por falta de assiduidade.”

Quer tudo isto dizer que estivemos atentos à prevenção do abandono escolar e que estaremos atentos a mais formas de intervenção que se revelarem úteis e necessárias, quando, após uma luta porfiada de décadas, alcançamos uma taxa de desistência residual de cerca meio ponto percentual no ensino regular. Assim, não deve, nem pode, esta crise sanitária dificultar a obtenção do objetivo principal que reside na extinção do abandono.

Durante as intervenções dos Srs. Deputados, foram levantadas aqui algumas questões que gostaria também de referir. Foi feita aqui alguma confusão entre dois abandonos que são diferentes: o abandono escolar *tout court* e o abandono escolar precoce.

Nos Açores, nos últimos 7 anos, a taxa de desistência é de todo residual, de cerca de meio ponto percentual no ensino regular, embora com flutuações consoante os ciclos: de 0% no primeiro ciclo; 0,1% no segundo ciclo; de 0,4% no terceiro ciclo; de 2,4% no secundário.

Desde 1991, fomos a região portuguesa que registou maior redução do número de indivíduos que não completaram a escolaridade obrigatória a que estavam obrigados. Por isso, embora tendo partido, em 1991, de uma posição de maior desvantagem, com mais 6% de desistência do que a Madeira, com mais 4,5% de desistência do que o Continente, agora estamos relativamente alinhados com o exterior, a 0,09 da Madeira, a 0,9 do Continente. Nestas circunstâncias, o objetivo, de todo credível, é naturalmente o alcance do abandono escolar nulo.

E quanto ao abandono escolar precoce, dizer o seguinte: a nossa taxa de abandono escolar precoce diverge efetivamente da continental, na razão de 27% nos Açores para 10,1% no Continente. Mesmo assim, a recuperação tem sido notável. Da governação do passado herdamos uma taxa de mais de 60%, hoje reduzida para menos de metade. Com efeito, na Secretaria Regional da Educação e Cultura, conseguimos trazer a taxa de abandono escolar precoce para a casa dos 20%: com 28,8% em 2015; com 26,9% em 2016 (a mais baixa de todas e de sempre); com ligeiros acréscimos em 2017 e 2018 para 27,8 e 28,3%; com um novo abaixamento em 2019 para 27%.

Estaremos ainda com uma taxa semelhante à da Madeira, apesar de nos anos de 2017, 2018 e 2019 não haver dados para a Madeira por falta de fiabilidade dos números. Todavia, em 2016, estávamos somente separados por 3 pontos percentuais, depois de os Açores terem recuperado, desde 2011, 16,9 pontos percentuais e da Madeira somente ter recuperado, na mesma altura, 7,4 pontos percentuais.

Para terminar, fazia, portanto, uma alusão à intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes: apesar de ter referido citações minhas, e ao contrário talvez delas, acabou por dizer que eu queria equiparar o ensino à distância ao ensino presencial. Não, Sr. Deputado, não quero. Não é comparável. O ensino presencial, efetivamente, é preferível. O ensino à distância deve ser cada vez mais um complemento.

E acerca do ensino à distância, para que não restem dúvidas, digo aqui outra coisa, que já disse noutras circunstâncias, mas que desta vez não foi citada: em matéria de ensino à distância estaremos certamente abaixo do desejo de todos nós, estamos certamente acima das expectativas de todos nós.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma inscrição do PPM. Paulo Estêvão.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Então dou a palavra a Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero dar os parabéns à forma como o Sr. Secretário da Educação se defendeu nesta matéria e defendeu o Governo Regional. O Sr. Secretário provou que fez tudo aquilo que o Partido Socialista o acusa de não ter feito. O Sr. Secretário leu, abundantemente, que produziu as orientações que o Partido Socialista quer que produza, mas o problema é que já as produziu e, portanto, já fez o trabalho. Ou seja, o Partido Socialista está-lhe a recomendar que faça uma coisa que o senhor já fez. E, nesse sentido, obviamente, o senhor demonstrou, cabalmente, que a iniciativa do Partido Socialista é extemporânea, que a iniciativa do Partido Socialista é fundamentada numa desconfiança de que V. Exa. precisaria de ser avisado e

as escolas e todas instituições educativas precisavam de ser avisadas em relação à necessidade de ter estes procedimentos. E V. Exa. citou, abundantemente, um conjunto de orientações que demonstram que V. Exa. e as escolas e o Sr. Diretor Regional da Educação não estiveram desatentos em relação a esta matéria e cumpriram aquilo que está na legislação e que o bom-senso também indicava.

E, portanto, eu quero dar os parabéns a V. Exa. e dizer-lhe que compreendo bem o desconforto que é para o Governo Regional esta matéria, ou seja, ter o Grupo Parlamentar que apoia V. Exa. a dizer que o senhor não fez e que por isso lhe recomenda que faça. E o senhor demonstrou bem que fez aquilo que lhe é agora recomendado. E, portanto, se lhe estava a ser recomendado é porque o partido que vos apoia achava que V. Exa. não o estava a fazer.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** E, por isso, dou-lhe os parabéns da parte do PPM.

Obviamente que não posso votar a favor da recomendação do Partido Socialista, porque isso seria considerar que V. Exa. não fez o que fez e que a recomendação faz algum tipo de sentido. V. Exa. demonstrou que não faz sentido e que fez o que tinha que fazer.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para o debate.

De momento, não tenho inscrições.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições. Para já, não. Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

**Deputado José San-Bento** (*PS*): Sra. Presidente, queria inscrever a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Fica então inscrita já a Sra. Deputada. Sr. Deputado Paulo Mendes, tem então agora a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes** (*BE*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, causou alguma estranheza a vários Grupos Parlamentares que me antecederam nas suas intervenções e que tem a ver com o carácter alegadamente redundante desta iniciativa. Aliás, isso foi bem salientado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e, mais do que isso, o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou por concluir que, afinal de contas, e dada a intervenção do Sr. Secretário da Educação, tudo o que está previsto na legislação e nos normativos em vigor está efetivamente a ser cumprido e, portanto, esta iniciativa seria, nas palavras do Sr. Deputado Paulo Estêvão, completamente extemporânea.

Esta iniciativa só não é extemporânea, só não é redundante se tivermos em conta o contexto em que ela surge e a forma como ela surge, e não só, também o próprio objeto resolutivo. E tal e qual como a Sra. Deputada Graça Silveira alegou, e com razão, esta iniciativa, da forma como se coloca e a forma como a redação indica, poderá, dadas as circunstâncias que atravessamos atualmente, com um sistema de ensino à distância que, como diz o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, e com toda a razão, nunca será um substituto do ensino presencial, será sempre um complemento, e por um ensino presencial que gradualmente volta e gradualmente os alunos regressam às escolas em algumas das nossas ilhas, e quando me refiro aqui é essencialmente ao ensino básico, é normal que surjam aqui algumas dúvidas, quer por parte dos alunos e ainda mais pelos

pais e encarregados de educação. Todos nós sabemos disso, quer aqui nos Açores, quer mesmo no Continente.

Só que enquanto no Continente há uma certa flexibilização e diálogo, que é necessário nesta altura, com as famílias, principalmente com as famílias que têm dificuldades em, digamos, lidar com esta nova modalidade de ensino, que é o ensino à distância, e com aquelas famílias que neste momento...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Já termino.

Portanto, esta iniciativa do Partido Socialista só pode ser entendida como, repare, o estabelecimento e a criação de novas diretrizes para que a negligência e os maus-tratos neste contexto não sejam tidos tal e qual como eram antes desta situação. E, portanto, a simples não participação numa atividade escolar, quer seja remotamente, quer seja presencial, pode ser, de acordo com esta iniciativa do Partido Socialista, reconhecidamente uma forma de negligência e mau-trato, e não é isso que se pretende nesta altura. Nesta altura, o que se pretende é aproximar as famílias das escolas e não instrumentalizar certos órgãos para colocar as escolas contra as famílias. Isso nunca deve acontecer. E por isso é que esta iniciativa merecerá o nosso voto contra.

Obrigado pela sua compreensão, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(\*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de agradecer todas as questões e todas as abordagens que foram feitas à leitura do Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do Partido



Socialista e dizer às Sras. e Srs. Deputados que o intuito e o objetivo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve e tem a apresentar este Projeto de Resolução em parte foi respondido por muitos dos Srs. Deputados, muito em particular pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, há pouco, no fim.

Nós todos sabemos que as relações entre as escolas e as famílias são essenciais. E nós todos sabemos que as escolas são entidades de primeira linha no reporte de situações, quer ao nível do abandono escolar, quer ao nível da negligência parental ou outras situações de perigo. Isto é um facto, as escolas devem desenvolver todos os instrumentos que possam desenvolver até antes de chegar, digamos, a informação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

A Direção Regional da Educação, efetivamente, conduziu, até mesmo com o apoio dos próprios órgãos escolares, um conjunto de orientações. Mas é precisamente, e vou tentar dar a entender e explicar aquele que é o sentimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é precisamente este o nosso entendimento, porque a situação é completamente diferente daquela que nós vivemos em regime de ensino presencial.

O que nós queremos, efetivamente, como o Sr. Deputado Paulo Mendes há pouco referia, é que as situações não podem ser vistas de uma forma simples como são vistas quando o aluno está em regime presencial, nem pode ser, como há pouco a Sra. Deputada Graça Silveira referia dando o exemplo da sua filha, que apenas uma só atividade era sinónimo de um reporte à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Não é precisamente isso, é precisamente para evitar esses comportamentos, de quando por ausência de envio de uma atividade, de quando por ausência do contacto telefónico contínuo e reiterado, que foi isso precisamente que eu disse, é precisamente para evitar essas situações dúbias que nós aqui propomos a elaboração de um documento orientador entre a Direção Regional da Educação (porquê?

Porque a Direção Regional da Educação já emitiu um conjunto de orientações) e o Comissariado dos Açores para a Infância, precisamente para que não se caia nessa tentação...

Eu até diria que muitos dos argumentos aqui colocados pelos Srs. Deputados é a razão de ser deste Projeto de Resolução, é precisamente para isto, para que não se cai na tentação de, numa primeira ausência a uma aula assíncrona, de numa primeira ausência ao envio de atividades escolares, de numa primeira ausência de uma resposta a um contacto telefónico do pai, haja esse contacto imediato para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. É precisamente para isso. E é cumprindo a lei que garante aquele que é o enquadramento legislativo da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no seu artigo 7.º e 8.º, que as escolas devem fazer tudo o que podem, como entidades de primeira linha, antes de reportar. E é precisamente para isto.

O que nós não queremos, Sr. Deputado Paulo Mendes, que disse a perseguição à família... Ó Sr. Deputado, é precisamente o contrário! O que nós queremos é que a família trabalhe em cooperação com as escolas naquele que é o seu dever de garantir a educação aos seus filhos nas circunstâncias em que vivemos.

E não queremos que haja um abuso também por parte outras instituições, ou seja, que sejam avaliados pontos a pontos. Por isso é que existe um documento orientador onde se possam ver as razões que levaram à ausência de uma criança às atividades escolares, às aulas assíncronas, mas de uma forma homogénea, de uma forma integradora daquelas que são as orientações. É precisamente para isso. Nós não queremos abuso das instituições. Nós não queremos perseguição à família.

O Sr. Deputado Paulo Mendes era a última pessoa que eu achei que poderia dizer algo sequer parecido na abordagem a este Projeto de Resolução. Este Projeto de Resolução é para proteger as famílias! Este Projeto de Resolução

é para proteger as nossas crianças! É para garantir que, perante determinadas situações, haja um acompanhamento efetivo daqueles que são os direitos das crianças perante o acesso à educação. E não é no primeiro contacto que o pai não atenda ou que a mãe não atenda que haja uma denúncia à Comissão de Crianças e Jovens. E não é numa primeira aula que o aluno não frequente de aula assíncrona que haja uma denúncia. É precisamente o contrário! Eu diria, Sr. Deputado Paulo Mendes, que é para proteger as nossas famílias, para proteger os nossos alunos!

E, portanto, eu tenho alguma dificuldade, percebendo o que é que aqui foi dito, tenho alguma dificuldade nas intervenções que foram feitas. O Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando veio dizer, e tem razão, nós temos um bom edifício legislativo no âmbito do Estatuto do Aluno, uma Lei de Proteção de Crianças e Jovens que força as escolas a serem entidades de primeira linha, a responderem, mas, ó Sr. Deputado, não há qualquer desconfiança em que o Sistema Educativo não esteja a trabalhar. O que nós aqui estamos a dizer, Sr. Deputado, é que queremos reforçar e homogeneizar aquela que é a intervenção, através de um documento orientador que garanta essas situações de eventuais, porventura, por um lado, abusos, mas que não seja em prejuízo do aluno e que haja uma proteção do aluno. É precisamente para isso, porque, Sr. Deputado Paulo Estêvão, e disse-o há pouco, nós não vivemos numa situação normal, nós vivemos numa situação excecional. E a forma como os nossos professores, e bem, em situação de sala de aula, em situação de contexto de escola, avaliavam as situações de alegadas situações de perigo. Elas são diferentes, hoje, no sistema à distância. Nós sabemos isso, Sr. Deputado. E o Sr. Deputado sabe disto.

E, portanto, tenho alguma dificuldade em ver as críticas, que as aceito, entendo-as, mas acho que falta aqui, se me permitem, como todo o respeito pelas diferentes intervenções, falta aqui uma leitura mais global daqueles que

são os efeitos do ensino à distância e daquelas que são as necessidades de intervenção, com um documento orientador que dê instrumentos aos professores, instrumentos que possam ser, de certa forma, em cada situação, avaliar o que se está a passar em cada casa para poder agir, para poder salvaguardar as nossas crianças. E é precisamente isso que nós todos devemos exigir.

E, portanto, eu gostaria de reforçar, sabendo que, tanto o Sr. Deputado Paulo Mendes, como o Sr. Deputado Paulo Estêvão, não têm mais tempo, mas eu gostaria, para concluir, nesta minha segunda intervenção, de reforçar que o objetivo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é de apoiar as famílias, é de garantir que os nossos alunos possam ser acompanhados pelos seus professores, como o são em sala de aula, mas agora com um instrumento orientador que é diferente de quando nas aulas presenciais. Situações diferentes, exigem atuações diferentes. E é isto que nós aqui estamos a prevalecer.

Nós não vamos esperar que tenhamos notícias de eventuais abandonos escolares em situação de ensino à distância ou de outro tipo de perigo. Não é isso que nós queremos fazer. Nós, apenas e só, queremos garantir que neste modo de ensino à distância os professores estejam munidos de um instrumento que lhes possa orientar para as situações novas, que nós todos sabemos que elas acontecem em ensino à distância. É este o propósito, é o propósito de estar ao lado das famílias, de chamar sempre as famílias para o apoio aos seus filhos, como eu disse na minha primeira intervenção, tendo em conta as circunstâncias que nós vivemos, e atender que escolas são entidades de primeira linha e que tudo devem fazer para responder, antes de uma denúncia à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Este é um Projeto de Resolução que quer ajudar as famílias, orientar os professores, dar maior e melhores instrumentos para que esses possam

identificar. A salvaguarda dos direitos das nossas crianças é a nossa primeira responsabilidade nesta matéria que este diploma versa.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Eu vou anunciar os tempos restantes para amanhã, uma vez que o debate não se encerrou, portanto: o Partido Socialista dispõe de cerca de 3 minutos e 30 (porque não tive ainda feedback do Secretário da Mesa Bruno Belo, mas será cerca de 3 e 30); o CDS tem ainda 18 segundos; o PSD, 3 e 55; o Governo Regional, 1 e 49; e a Sra. Deputada independente, o PPM e o Bloco de Esquerda esgotaram o seu tempo.

Regressamos então amanhã às 10h.

*Eram 19 horas e 05 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Jaime Luís Melo Vieira**

*O Redator, André Silva*